

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG (FN) FLÁVIO AUGUSTO MORAES VIEIRA ALVES

GEPOLÍTICA DA COCAÍNA:

o caso colombiano na conformação do Poder Naval Brasileiro

Rio de Janeiro

2023

CMG (FN) FLÁVIO AUGUSTO MORAES VIEIRA ALVES

GEPOLÍTICA DA COCAÍNA:

o caso colombiano na conformação do Poder Naval Brasileiro

Tese apresentada à Escola de Guerra Naval,
como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Mello Valença

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2023

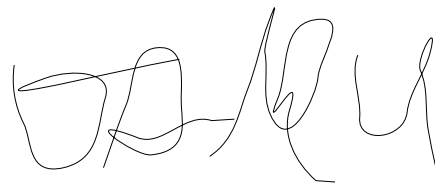
DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.



ASSINATURA DO AUTOR

Rio de Janeiro, RJ, em 17 de agosto de 2023

AGRADECIMENTO

A Deus, pois sem Ele nada faria sentido e somente a fé inabalável em Seus ensinamentos me dá forças para suplantar todos os obstáculos e desafios em minha vida.

A meu pai José Augusto – *in memoriam* – e minha mãe Elizeth, expresso toda gratidão pela educação e pela formação moral dispendida na minha estruturação como pessoa e cidadão.

A minha esposa Ane Cristiane, por estar comigo em todos momentos de minha vida e por compartilhar todas as coisas. Te Amo.

Aos meus filhos Matheus, Marcelo e Max, fonte de minhas energias, obrigado por tudo e por entender as peculiaridades da vida militar.

Aos amigos do Curso Política e Estratégia Marítimas 2023, Turma Almirante Caminha, obrigado por compartilharem conhecimentos, amizade e companheirismo.

Ao meu orientador, Professor Marcelo Mello Valença, obrigado pela forma prática, simples e cordial com que conduziu esse orientando.

A todos os Instrutores e Professores da Escola de Guerra Naval que, de alguma forma, contribuíram com seus conhecimentos no transcorrer desse Curso.

As regras da Lei da Guerra são cinco: mensuração das coisas, avaliação, cálculo, comparação e vitória. As mensurações das coisas dão lugar às avaliações; estas, aos cálculos; da comparação dos cálculos, se antevê a possibilidade de vitória.

(TZU, 2010, p. 50. Tradução de André da Silva Bueno).

RESUMO

O objetivo da pesquisa é analisar o tráfico de cocaína colombiano e a conformação da Armada da República da Colômbia (ARC), a partir de 2000, ano de implementação do Plano Colômbia, a fim de identificar como o Poder Naval Brasileiro foi afetado pelo narcotráfico colombiano e pelas mudanças naquela Armada, decorrentes do enfrentamento dessa ameaça. Por meio de pesquisa bibliográfica são correlacionados aspectos históricos, geográficos, políticos, econômicos e sociais do Estado colombiano que indiquem as causas do estabelecimento e manutenção do narcotráfico no país. Examina-se o enfrentamento do narcotráfico existente na Colômbia e o impacto dessa atividade no Brasil. Identifica-se que a Colômbia está em constante estado de tensão, intrinsecamente ligado à formação e ao desenvolvimento nacional do seu povo, permitindo o surgimento de atores não estatais, como o narcotráfico e os movimentos de guerrilha armada. Além disso, pontua-se que o combate ao tráfico de cocaína permanece ativo na Colômbia, com impactos consideráveis no Brasil. A análise das alterações quantitativas e qualitativas, sofridas na Marinha do Brasil (MB) e na ARC, no período considerado, indicam que aquela Armada foi estruturada para realizar esse enfrentamento. A correlação de todos esses aspectos da pesquisa indicou que o Poder Naval Brasileiro não foi impactado diretamente pelo tráfico de cocaína proveniente da Colômbia e, tampouco, pelas alterações ocorridas na Armada daquele país para combater o narcotráfico. A pesquisa indicou, de forma propositiva, duas alterações no planejamento estratégico da MB, relativas à força de trabalho e à forma de conduzir o apoio prestado pela Força Naval ao país de interesse.

Palavras-chave: Narcotráfico, Marinha do Brasil, Cocaína, Colômbia, Brasil.

RESUMEN

El objetivo de la investigación es analizar el tráfico de cocaína colombiana y la conformación de la Armada de la República de Colombia (ARC), desde 2000, el año de implementación del Plan Colombia, para identificar cómo se vio afectado el Poder Naval Brasileño por el tráfico de drogas colombiano y por los cambios en la ARC para combatir el narcotráfico. A través de la investigación bibliográfica, se correlacionan los aspectos históricos, geográficos, políticos, económicos y sociales del estado colombiano que señalan las causas del establecimiento y el mantenimiento del tráfico de drogas en ese país. Examina la lucha contra el narcotráfico en Colombia y el impacto de esta actividad en Brasil. Se identifica que Colombia está en un estado constante de tensión, intrínsecamente vinculado a la formación y desarrollo nacional y su gente, lo que permite la aparición de actores no estatales, como el tráfico de drogas y los movimientos guerrilleros armados. Además, se señala que la lucha contra el tráfico de cocaína sigue activa en Colombia, con considerables impactos en Brasil. El análisis de los cambios cuantitativos y cualitativos ocurridos en las Armadas de Brasil y Colombia, en el período considerado, indica que la ARC se estructuró para llevar a cabo este enfrentamiento. La correlación de todos estos aspectos de la investigación indicó que el Poder Naval Brasileño no se vio directamente afectado por el tráfico de cocaína de Colombia, ni siquiera por cambios en la Armada para combatir ese tráfico. Las investigaciones han indicado, de manera propositiva, dos cambios en la planificación estratégica de la Armada de Brasil, relacionados con la fuerza laboral y la forma de apoyo proporcionado a las fuerzas navales de los país de interés.

Palabras clave: Narcotráfico, Armada de Brasil, Cocaína, Colombia, Brasil.

ABSTRACT

This Thesis proposes to analyze the Colombian cocaine trafficking and the conformation of Colombian Navy – *Armada de la República de Colombia* (ARC), since 2000, year of Plan Colombian implementation, in order to identify how Brazilian Naval Power was affected by Colombian drug trafficking and by Colombian Navy's changes from the resulting of fight against drug trafficking. Through bibliographic research, historical, geographical, political, economic and social aspects of the Colombian state were correlated to identify causes of establishment and maintenance of drug trafficking in that country. Examine the existing fight against drug trafficking in Colombia and the impacts in Brazil. It's identified that Colombia is in a constant state of tension, intrinsically linked to its formation and national development of its people, allowing the emergence of non-state actors, such as drug trafficking and armed guerrilla movements. In addition, it's pointed out that the fight against cocaine trafficking remains active in Colombia, with considerable impacts in Brazil. The analysis, quantitative and qualitative, of changes occurred indicate that ARC was structured to fight drug trafficking. The correlation of all these aspects of the research indicates that Brazilian Naval Power was not directly impacted by cocaine trafficking from Colombia or by changes in ARC to combat this traffic. This academic work also proposes two changes in the strategic planning of the Brazilian Navy – *Marinha do Brasil* (MB), related to the workforce and how to support the navies of the countries of interest.

Keywords: Drug trafficking, Brazilian Navy, Cocaine, Colombia, Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Colômbia – Principais Conflitos com Vizinhos.....	97
Figura 2 – Colômbia – Político-Estratégico.....	98
Figura 3 – Regiões da Colômbia.....	99
Figura 4 – PIB Anual da Colômbia (valores em milhões de US\$).....	99
Figura 5 – PIB Per Capita Anual da Colômbia (valores em US\$).....	100
Figura 6 – Balança Comercial Brasil-Colômbia.....	100
Figura 7 – Produtos Importados da Colômbia ao Brasil.....	101
Figura 8 – Produtos Exportados do Brasil para a Colômbia.....	101
Figura 9 – Cultivo, Produção, Apreensões e Usuários de Cocaína em 2020.....	102
Figura 10 – Número de Pessoas que Usaram Cocaína em 2020 por Sub-região.....	102
Figura 11 – Quantidade de Cocaína Apreendida por Regiões e Sub-regiões.....	103
Figura 12 – Apreensões de Cocaína por Regiões e Sub-regiões em 2020.....	103
Figura 13 – Apreensões de Cocaína por País em 2020.....	104
Figura 14 – Rotas do Tráfico de Cocaína Conforme as Apreensões de 2016-2022.....	104
Figura 15 – Área Plantada de Coca, Números de Homicídios e Pessoas Afetadas pelo Conflito Armado na Colômbia, 1990-2020.....	105
Figura 16 – Densidade do Cultivo da Coca na Colômbia, 2020.....	106
Figura 17 – Rota do Tráfico de Cocaína para a Europa.....	107
Figura 18 – Organograma do Ministério da Defesa da Colômbia.....	108
Figura 19 – Pentágono Naval.....	108
Figura 20 – Orçamento Armada Nacional por Componentes de Despesas 2002-2020....	109
Figura 21 – Organograma Simplificado da ARC em 2004.....	110
Figura 22 – Organograma Simplificado da ARC em 2021.....	111
Figura 23 – Distribuição de Recursos Orçamentários da União Destinados às Forças Armadas 2005 – 2022.....	112
Figura 24 – Evolução do Número de Militares da MB – 1997-2021.....	113

LISTA DE TABELAS

1 – Convenções das Nações Unidas sobre o Controle de Drogas.....	114
2 – Preços da Cocaína por Países em 2020.....	115
3 – Assistência Financeira de Defesa e Segurança dos EUA à Colômbia (2000-2023).....	116
4 – Presidentes da Colômbia e dos EUA (2000-2023).....	117
5 – Produto Interno Bruto Brasil e Colômbia (2000-2022).....	118
6 – Orçamento do Ministério da Defesa e da ARC (2000-2022).....	119
7 – Efetivo das Forças Armadas Colombianas (2002-2022).....	120
8 – Principais Alterações na Estrutura Organizacional da ARC (2004-2021).....	121
9 – Evolução dos Meios Navais da ARC (2000-2021).....	122
10 – Operações de GLO e Relacionadas à GLO Realizadas pela MB (1992 a 2022).....	126
11 – Orçamento do Ministério da Defesa e da MB (2013-2022).....	126
12 – Efetivo da MB em 2021 – Fuzileiros Navais e Setor Operativo.....	127
13 – Evolução dos Meios Navais da MB (2000-2021).....	127
14 – Efetivo da MB em 2009 – Fuzileiros Navais e Setor Operativo.....	132
15 – Proposta de Novas Ações Estratégicas Navais.....	133

LISTA DE ABREVIATURAS

ACE	– Acordo de Complementação Econômica
ADA	– Amigos dos Amigos
AEN	– Ação Estratégica Naval
ANEMAR	– Anuário Estatístico da Marinha
ApexBrasil	– Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
ARC	– Armada da República da Colômbia
BAMAN	– <i>Batallón de Mantenimiento Anfíbio</i> (Batalhão de Manutenção Anfíbia)
BDA	– <i>Buque de Desembarco Anfíbio</i> (Navio de Desembarque Anfíbio)
BFLIM	– <i>Batallón Fluvial de Infantería de Marina</i> (Batalhão Fluvial de Infantaria de Marinha)
BHM	– <i>Buque Hidrográfico Multipropósito</i> (Navio Hidrográfico Multipropósito)
BIM	– <i>Batallón de Infantería de Marina</i> (Batalhão de Infantaria de Marinha)
BRIM	– <i>Brigada de Infantería de Marina</i> (Brigada de Infantaria de Marinha)
BtIOPRib	– Batalhão de Operações Ribeirinhas
CEPAZ	– <i>Centro de Entrenamiento y Capacitación para Operaciones de Paz</i> (Centro de Treinamento e Capacitação para Operações de Paz)
CIJ	– Corte Internacional de Justiça
CIMAR	– <i>Comando de Infantería de Marina</i> (Comando da Infantaria de Marinha)
CISMAR	– Centro Integrado de Segurança Marítima
CM	– <i>Corbeta Missilera</i> (Corveta Lançadora de Mísseis)
CMCON	– <i>Centro Internacional de Investigación y Análisis Contra el Narcotráfico Marítimo</i> (Centro Internacional de Investigação e Análise Contra o Narcotráfico Marítimo)
CNAO	– Comando Naval da Amazônia Ocidental
COFEN	– <i>Comando de Fuerzas Especiales Navales</i> (Comando de Forças Especiais Navais)
ComDN	– Comando do Distrito Naval
COMPAAz	– Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul
CV	– Comando Vermelho
DADEM	– <i>Dirección Atención de Desastres y Emergencias</i> (Direção de Atenção à Desastres e Emergências)

DEA	– <i>Drug Enforcement Administration</i> (Administração de Repressão às Drogas)
DICOD	– <i>Dirección Contra las Drogas</i> (Direção Anti-Drogas)
END	– Estratégia Nacional de Defesa
ELN	– Exército de Libertação Nacional
ESCAN	– <i>Escuela de Aviación Naval</i> (Escola de Aviação Naval)
EUA	– Estados Unidos da América
FARC	– Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FARC-EP	– FARC – Exército do Povo
FFO	– <i>Flotilla Fluvial del Oriente</i> (Flotilha Fluvial do Oriente)
FNC	– <i>Fuerza Naval del Caribe</i> (Força Naval do Caribe)
FNO	– <i>Fuerza Naval del Oriente</i> (Força Naval do Oriente)
FNP	– <i>Fuerza Naval del Pacífico</i> (Força Naval do Pacífico)
FNS	– <i>Fuerza Naval del Sur</i> (Força Naval do Sul)
FTCN-72	– <i>Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico "POSEIDÓN"</i> (Força-Tarefa Contra o Narcotráfico "POSEIDÓN")
FTCN-73	– <i>Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico "NEPTUNO"</i> (Força-Tarefa Contra o Narcotráfico "NEPTUNO")
GFENO	– <i>Grupo de Fuerzas Especiales Navales del Oriente</i> (Grupo de Forças Especiais Navais do Oriente)
GLO	– Garantia da Lei e da Ordem
GMI-CO	– Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia
GRUBC	– <i>Grupo Táctico de Buceo del Caribe</i> (Grupo Tático de Mergulho do Caribe)
GRUBP	– <i>Grupo Táctico de Buceo del Pacífico</i> (Grupo Tático de Mergulho do Pacífico)
JEMAF	– <i>Jefatura de Estado Mayor Naval de Apoyo a la Fuerza</i> (Chefia de Estado-Maior Naval de Apoio à Força)
JEMOP	– <i>Jefatura de Estado Mayor Naval de Operaciones</i> (Chefia de Estado-Maior Naval de Operações)
JEMPE	– <i>Jefatura de Estado Mayor Naval de Personal</i> (Chefia de Estado-Maior Naval de Pessoal)
JONA	– <i>Jefatura de Operaciones Navales</i> (Chefia de Operações Navais)
M-19	– Movimento 19 de Abril
MB	– Marinha do Brasil

Mercosul	– Mercado Comum do Sul
OBNAV	– Objetivo Naval
OEA	– Organização dos Estados Americanos
ONU	– Organização das Nações Unidas
OrCrim	– Organizações Criminosas
PAF	– <i>Patrullero de Apoyo Fluvial</i> (Navio-Patrolha de Apoio Fluvial)
PC	– <i>Patrullero Costero</i> (Navio-Patrolha Costeiro)
PCC	– Primeiro Comando da Capital
PDN	– Política de Defesa Nacional
PEM	– Plano Estratégico da Marinha
PIB	– Produto Interno Bruto
PMERJ	– Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PND	– Política Nacional de Defesa
PO	– <i>Patrullero Oceánico</i> (Navio-Patrolha Oceânico)
SIPRI	– <i>Stockholm International Peace Research Institute</i> (Instituto de Pesquisa Internacinal de Estocolmo)
SisGAAz	– Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul
SPAM	– Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha
SS	– Submarino
TTC	– Tarefa por Tempo Certo
UNODC	– <i>United Nations Office on Drugs and Crime</i> (Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime)
UPP	– Unidades de Polícia Pacificadora

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA.....	18
2.1	O Processo de Independência da Grande Colômbia.....	18
2.2	A Fragmentação da Grande Colômbia.....	20
2.3	As Tensões Sociais Constantes na Colômbia.....	21
2.4	As Principais Crises com Países Vizinhos.....	23
2.5	Aspectos Geográficos Colombianos.....	25
2.6	A Economia Colombiana e Relações Comerciais.....	29
2.7	As Guerrilhas na Colômbia.....	31
3	A COLÔMBIA E O NARCOTRÁFICO.....	36
3.1	A Folha de Coca e a Descoberta da Cocaína.....	36
3.2	O Comércio Legal da Cocaína e a Descoberta das suas Propriedades.....	37
3.3	O Início da Proibição.....	38
3.4	O Surgimento dos Cartéis Colombianos e o Modelo de Tráfico Adotado.....	41
3.5	A Pressão Estadunidense sobre o Narcotráfico Colombiano.....	42
3.6	A Fragmentação dos Grandes Cartéis Colombianos.....	44
3.7	O Tráfico de Cocaína na Atualidade.....	45
3.8	O Governo Colombiano no Enfrentamento ao Narcotráfico a partir de 2000.....	50
3.9	Impactos da Cocaína Colombiana no Brasil.....	53
4	AS MARINHAS DO BRASIL E DA COLÔMBIA CONTRA O NARCOTRÁFICO.....	59
4.1	A Armada da República da Colômbia.....	59
4.1.1	A Visão Estratégica da Armada Nacional.....	60
4.1.2	Os Recursos Orçamentários Colombianos.....	62
4.1.3	O Efetivo Militar da Armada Nacional.....	63
4.1.4	A Organização da Força Naval Colombiana.....	64
4.1.5	A Evolução dos Navios da Armada Colombiana.....	67

4.2	A Marinha do Brasil.....	69
4.2.1	A Visão Estratégica da Marinha do Brasil.....	70
4.2.2	Os Recursos Orçamentários Brasileiros.....	72
4.2.3	O Efetivo Militar da Marinha do Brasil.....	73
4.2.4	A Organização da Força Naval Brasileira.....	74
4.2.5	A Evolução dos Navios da Marinha do Brasil.....	75
4.2.6	O Relacionamento entre as Marinhas do Brasil e da Colômbia.....	76
4.3	Proposta de Alteração no Planejamento Estratégico da Marinha.....	78
4.3.1	Automação e Otimização de Processos Administrativos Gerenciais.....	79
4.3.2	Missões de Assistência Naval em Países Amigos.....	80
4.4	Considerações Finais.....	80
5	CONCLUSÃO.....	83
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	90
	ANEXO A – ILUSTRAÇÕES.....	97
	ANEXO B – TABELAS.....	114

1 INTRODUÇÃO

Espera-se da Marinha do Brasil (MB), como parcela integrante do poder militar brasileiro, capacidade para inibir ameaças ou atuar em oposição a forças adversas, sejam dos campos externo ou interno, na defesa dos interesses da Nação, de acordo com o ordenamento normativo do país.

Dentre as diversas ameaças existentes na atualidade, o tráfico de drogas destaca-se como um relevante fator de instabilidade sul-americana, pois a região concentra a quase totalidade da produção de cocaína do planeta e, conseqüentemente, produz efeitos em escala regional e global.

Nesse fito, a Colômbia distingue-se por ser o maior produtor de cocaína e a presença do narcotráfico naquele país vêm, a mais de cinquenta anos, impactando consideravelmente a sua estabilidade e governabilidade. Sendo o combate a essa ameaça executado pelo Estado colombiano, com amplo emprego das Forças Armadas, as quais são apoiadas, inclusive militar e financeiramente, pelos Estados Unidos da América (EUA).

Fronteiriço à Colômbia, o Brasil é diretamente influenciado pelo tráfico de drogas, tanto como mercado consumidor, quanto como entreposto para outras regiões do planeta. Além disso, a cocaína produz no campo interno nacional impactos à segurança pública e à estabilidade social.

As condicionantes geopolíticas da Colômbia, somadas à presença do narcotráfico no subcontinente, indicam considerável relevância das questões daquele país no entorno estratégico brasileiro e no próprio país. Sendo, portanto, alvo de atenção da MB no cumprimento de suas atribuições constitucionais, visto que parcela substancial desse tráfico utiliza rotas marítimas e fluviais para alcançar o país ou outras regiões do planeta partindo do Brasil.

Isso posto, este trabalho científico têm como objeto o Poder Naval Brasileiro, no sentido de responder como o narcotráfico colombiano e as mudanças ocorridas na Armada da República da Colômbia (ARC), decorrentes do enfrentamento daquela ameaça, afetaram a MB, a partir de 2000.

Entende-se o Poder Naval como parcela do Poder Marítimo que contribui para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais de defesa, atuando no mar, em águas interiores e em áreas terrestres limitadas de interesse para as operações navais, incluindo o

espaço aéreo sobrejacente (BRASIL, 2017).

Apesar da maior abrangência do significado de Poder Naval, para fins de condução deste estudo, a MB consubstancia o Poder Naval Brasileiro, por ser a parcela das Forças Armadas responsável pelos seus preparo e aplicação.

A moldura temporal estabelecida se justifica em decorrência da entrada em vigor do Plano Colômbia, acordo bilateral assinado, em 1999, entre os governos da Colômbia e dos EUA. Caracterizado pela ampliação e ápice do apoio estadunidense à Colômbia, sob diversas formas, inclusive financeira e militar, para combater o narcotráfico.

Para atingir o propósito de forma metodológica, este trabalho se fundamenta em pesquisa bibliográfica para sustentação das ideias apresentadas e está dividido em cinco seções, que correspondem aos capítulos, incluindo a presente introdução e a conclusão, onde estarão os principais resultados.

Na segunda seção, essencial para compreensão do todo, buscar-se-á identificar as causas estruturantes do estabelecimento e da manutenção de grupos adversos na Colômbia, como as guerrilhas armadas e os narcotraficantes, e as consequências, particularmente quanto à instabilidade e à segurança para o país.

Portanto, abordar-se-á questões históricas da formação do Estado colombiano, somadas aos aspectos geográficos, sociais e econômicos. Assim como, analisar-se-á questões fronteiriças com países vizinhos e o processo de surgimento das guerrilhas colombianas.

A terceira seção partirá da análise das características do processo de transformação da folha de coca em cocaína, buscado identificar peculiaridades desse produto, para, em seguida, tratar do comércio da cocaína, desde antes da adoção de medidas proibitivas, e como se desencadeou o processo de proibição do uso e de comercialização da cocaína internacionalmente, identificando as consequências dessa medida. Após isso, buscar-se-á identificar as particularidades na formação e no modelo de comercialização dos cartéis colombianos.

Com tais informações integradas, efetuar-se-á a análise do enfrentamento ao narcotráfico colombiano e as consequências, tanto do narcotráfico, quanto desse combate ao narcotráfico no Brasil.

Encerrando o desenvolvimento do trabalho, a quarta seção analisará as alterações ocorridas na ARC, a partir do ano 2000, identificando as mudanças daquela Marinha, principalmente aquelas relacionadas diretamente às ações de combate ao narcotráfico.

Sucessivamente, analisará as mudanças ocorridas na MB, na mesma moldura temporal, considerando diversos aspectos, de forma a identificar se as alterações ocorridas no Poder Naval Brasileiro decorrem do narcotráfico ou das mudanças na ARC para enfrentá-lo.

Ressalta-se que, para as análises da ARC e da MB serão utilizados aspectos quantitativos e qualitativos, englobando não só os meios navais, mais também orçamento, planejamento organizacional de longo prazo, mudanças estruturais percebidas e variações nos efetivos das Forças.

Finalmente, na seção conclusiva desse trabalho, apresentar-se-ão os resultados da pesquisa e, de forma propositiva, indicar-se-ão possibilidades de aprimoramento no planejamento estratégico da Força Naval Brasileira, visando a contribuir para o fortalecimento MB e, conseqüentemente, da liderança e capacidade de influência do Estado brasileiro.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS E GEOGRÁFICOS DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA

Esta seção apresentará algumas questões que favorecem o estabelecimento e a manutenção do narcotráfico na Colômbia. Para tal, apontará as causas do processo de independência da Grande Colômbia e sua posterior fragmentação e analisará o estado constante de tensão social, buscando identificar razões para sua existência.

Descreverá, também, o histórico das principais crises com países vizinhos, buscando identificar uma postura desejável ao estado colombiano, e compreenderá os aspectos geográficos e econômicos, identificando as questões de governabilidade e estabilidade nacionais. Por fim, apontará as causas do estabelecimento das guerrilhas armadas na Colômbia e as consequências para o país.

2.1 O Processo de Independência da Grande Colômbia

No século XIX, começaram os movimentos de independência na América Espanhola. Assim, várias regiões, províncias e cidades do Vice-Reino de Nova Granada, cuja dimensão territorial corresponde, aproximadamente, aos atuais territórios da Colômbia e do Panamá, iniciaram as lutas pela independência a partir de 1810. Porém, tais movimentos ainda eram incipientes e permitiram que a Espanha empregasse seu exército, a partir de 1815, para debelar as agitações populares e restabelecer o Vice Reino de Nova Granada à normalidade, episódio conhecido como “A Reconquista” (URIBE, 1989).

As relações comerciais da colônia eram exclusivas com a metrópole, conhecido como “sistema de las flotas”. Consistia no envio de navios espanhóis transportando produtos europeus para suprir a colônia e levando commodities, como ouro, prata e açúcar. As autoridades coloniais limitavam as relações comerciais entre as regiões coloniais, produzindo dependência em relação à metrópole. Havia relações comerciais não autorizadas, mas eram dificultadas pelo controle e pela deficiência de redes de transporte (MELO, 2017).

Os movimentos pró-independência não cessaram, culminando, em 7 de agosto de 1819, com a Batalha decisiva de Boyacá, determinante para a independência do Vice-Reino de Nova Granada, tendo Simón Bolívar como protagonista. Esse político e militar foi fulcral no processo de independência da América Espanhola, pelo qual ficou conhecido como “O Libertador”. Nesse aspecto, foi responsável direto no processo de formação da Grande

Colômbia¹, assim como na sua posterior fragmentação (URIBE, 1989).

Após a vitória em Boyacá, as forças pró-independência ocuparam Bogotá, para, em seguida, no congresso de Angostura, criarem a Grande Colômbia, tendo Simón Bolívar como primeiro presidente e Francisco de Paula Santander, vice-presidente (MAHONEY, 2020). O projeto da Grande Colômbia foi idealizado por Francisco de Miranda² em 1806, onde se imaginava a constituição de uma grande nação formada por toda a América Espanhola, capaz de resistir à dominação estrangeira e garantir a liberdade e prosperidade de seus povos (LYNCH, 2006).

A Grande Colômbia teve sua independência declarada em 1819, após a vitória na Batalha de Boyacá, mas o primeiro país a reconhecê-la oficialmente foi os EUA em 1822. Entretanto, o território foi sendo formado com o desenrolar das lutas pela independência da América Espanhola. Assim, a Grande Colômbia uniu os territórios de Nova Granada, Venezuela e Equador (RESTREPO, 1858).

Marie Arana é categórica ao afirmar que a Grande Colômbia foi produto da liderança e da capacidade militar de Simón Bolívar, pois tudo foi unificado, apesar das diferenças regionais e da ausência de relações de toda ordem entre as mesmas, conforme retratado a seguir:

A história havia forçado sua mão. Conhecendo apenas uma maneira de administrar – a maneira militar, de cima para baixo – ele seguiu em frente com o empreendimento. A cada passo, ele recebia amplo encorajamento: todas as repúblicas que ele libertou passaram a acreditar, mesmo a contragosto, que Bolívar tinha uma capacidade extraordinária de lidar com os confusos górdios. Se ele estivesse presente, se soltasse sua retórica fascinante, poderia domar um turbilhão, e um turbilhão é o que muitos temiam que viria sem o Libertador no comando (ARANA, 2014, p. 371, tradução própria).

Pode-se concluir que o processo de independência da Grande Colômbia não foi decorrente do surgimento de uma identidade nacional opositora dos interesses da metrópole, pois não havia unidade nacional, uma vez que as diferentes regiões se ligavam diretamente à Espanha, não havendo grandes relações entre as regiões da Grande Colômbia. Portanto, Simón Bolívar, pela sua liderança, conseguiu unir os interesses difusos de cada região por autonomia em relação à metrópole espanhola.

1 Expressão cunhada pela historiografia para distinguir o território colombiano no período de 1819 a 1831, logo após a independência da Espanha, da atual República da Colômbia (URIBE, 1989).

2 Revolucionário de origem no que hoje seria a Venezuela, participou ativamente das lutas pela independência na América Espanhola (LYNCH, 2006).

2.2 A Fragmentação da Grande Colômbia

De igual maneira, Marie Arana coloca que as diferenças e o isolamento das regiões, somada a centralização política e de poder estabelecida por Simón Bolívar, foram cruciais para a fragmentação da Grande Colômbia. O centralismo, em Bogotá, causou insatisfação das províncias, as quais se viram afastadas do processo decisório, muito próximo da situação vivida quando ainda eram colônias espanholas. Neste processo, Simón Bolívar deixou um legado, conforme retratado abaixo:

Bolívar estava morto, a Grande Colômbia se foi, e o sonho que ele tanto acalentava escorregou imperceptivelmente para o além. Mas não havia dúvidas quanto ao triunfo: seis novas nações — Venezuela, Colômbia, Equador, Panamá, Bolívia e Peru — surgiriam uma a uma para confirmá-lo (ARANA, 2014, p. 455, tradução própria).

Apesar de não terem ocorrido problemas significativos nos momentos iniciais da administração da Grande Colômbia, o governador do Departamento da Venezuela, José Antônio Paes, rebelou-se, em 1826, por não aceitar prestar contas ao governo central. Simón Bolívar tentou instaurar um regime ditatorial para manter unida a Grande Colômbia, mas em 1831 o país estava fragmentado, dividido em República do Equador, República da Venezuela e República da Nova Granada (MELO, 2017).

Posteriormente, Nova Granada tornou-se República da Colômbia, permanecendo o Panamá como um departamento com autonomia. Em constante tensão com o governo central colombiano, tendo ocorrido diversos movimentos separatistas, o Panamá tornou-se independente em 3 de novembro de 1903, sob forte influência e apoio dos EUA, cuja intenção era construir um canal de ligação entre os Oceanos Atlântico e Pacífico, o qual não foi autorizado pelo congresso colombiano à época (MELO, 2017).

Somente em 1910 a Colômbia reconheceu a independência do Panamá, após longo processo de mediação desempenhado pelos EUA e pela Liga das Nações. Adicionalmente, ocorreu um procedimento político interno para ratificação, pelo congresso, do Tratado Cortés-Root, firmado com os EUA, tendo a Colômbia recebido uma indenização de US\$ 2,5 milhões. (MELO, 2017).

A Centralização política estabelecida na recém-independente Grande Colômbia não compatibilizava a herança cultural de autonomia administrativa e comercial das diversas

regiões, o que foi decisivo para a rápida fragmentação do país. Não havia sentimento único de Nação, mas de regiões isoladas sem laços históricos.

Ademais, o processo de fragmentação ocorrido na Grande Colômbia serviu de predição daquilo que, mais tarde, se transformou em dificuldade de integração entre as diferentes partes do país e o conseqüente óbice de se implementar infraestruturas conectivas, como ver-se-á adiante em conjunto com outros aspectos.

2.3 As Tensões Sociais Constantes na Colômbia

Concernente à formação do povo colombiano, desde antes da independência havia tensões sociais decorrentes da quebra da estrutura hierárquica colonial, particularmente entre brancos, negros e mestiços. Contudo, “a maior ruptura social com a tradição colonial foi a emancipação dos escravos em 1851” (MELO, 2017, p.144, tradução própria).

Soma-se a esse quadro, os movimentos migratórios, os quais contribuíram consideravelmente para elevar as tensões sociais. Assim, parcela das camadas sociais mais baixas da população se deslocou das cordilheiras para as planícies, a fim de trabalhar nas lavouras de café no fim do século XIX e início do XX. Esse fluxo foi ampliado quando a Colômbia passou a exportar seus produtos agrícolas (MELO, 2017).

Da mesma forma, esse movimento também ocorreu com os seguimentos mais abastados da sociedade, onde procurou-se estabelecer grandes propriedades agrícolas voltadas para exportação. Como consequência, ocorreram expropriações de camponeses de suas pequenas propriedades, não raro envolvendo métodos violentos, para que estes passassem a ser empregados de latifundiários em precárias condições de trabalho e de vida (MELO, 2017).

Outro fator que se utilizou das tensões sociais, embora tenham suas fundações anteriores à questão, foi a disputa política entre os principais partidos da Colômbia: Liberal e Conservador, ambos fundados na década de 1840. Esses partidos têm dividido e fidelizado a sociedade colombiana, desde o século XIX até a atualidade, independente da classe social, incluindo as elites e os pobres, seja nas cidades ou no campo. Essa polarização tem ocasionado diversos conflitos na sociedade colombiana, incluindo aqueles armados. A Guerra dos Mil Dias (1899-1902) e a Violência Bipartidária (1948-1958) foram os principais conflitos armados internos (CASTRO, 2009).

A Guerra dos Mil Dias iniciou-se quando membros do Partido Liberal se rebelaram contra o governo, de origem conservadora, por questões diversas, mas que se resumia em disputa pelo poder no país. O conflito resultou em cerca de 100.000 mortos nos três anos de duração e terminou com um acordo de reconciliação entre as partes (CASTRO, 2009). O Pacto de Wisconsin, mediado pelos EUA, estabeleceu um sistema de alternância no poder entre os partidos políticos, na tentativa de evitar futuros conflitos armados e promover a estabilidade no país. Destaca-se, ainda, que o conflito contribuiu para que, no ano de seu término, a Colômbia perdesse parte de seu território, com a independência do Panamá (BUSHNELL, 1993).

No entanto, as disputas no campo político persistiram e o acordo não surtiu o efeito esperado, até que, em 9 de abril de 1948, ocorreu o assassinato do líder do Partido Liberal Jorge Eliécer Gaitán. Tal acontecimento desencadeou o “Bogotazo”, que foi uma série de protestos e revoltas iniciados na capital e, posteriormente, espalhados em todo o país, culminando com a permanência da Colômbia em estado de guerra civil por cerca de dez anos. Nesse período, conhecido como “*La Violencia*”, ocorreram diversos massacres, assassinatos políticos e confrontos entre milícias armadas de ambos os lados, onde estima-se entre 100.000 a 200.000 mortos (CASTRO, 2009).

O conflito encerra-se com um novo pacto político entre Liberais e Conservadores, conhecido como Frente Nacional. Tal acordo previa que o partido ganhador da eleição teria o presidente e o partido perdedor ficaria com a vice-presidência, a partir desse primeiro mandato de quatro anos, haveria alternância de cargos. Além disso, essa medida possibilitou a realização de algumas reformas sociais e agrárias, ampliando alguns direitos dos trabalhadores. O acordo durou até 1974, quando ocorreu uma maior abertura política na Colômbia. Contudo, essa ampliação da participação de partidos políticos no país não encerrou os problemas políticos e sociais do país, tendo a Colômbia enfrentado outros desafios, tais como o surgimento de grupos guerrilheiros, grupos paramilitares, narcotráfico e lutas por terras (MELO, 2017).

As tensões sociais na Colômbia são heranças do período colonial, cujas origens transpassam as questões de quebra de hierarquia social daquele período e a violência entre grandes propriedades de terra e trabalhadores das lavouras. Tais controvérsias encontraram solo fértil na fidelização bipartidária, presente até os dias de hoje, bem como contribuíram para o surgimento de grupos armados no país. As tensões sociais acompanham a história do

país e permanecem ativas na Colômbia, com características semelhastes àquela época, pois as diferenças sociais, o bipartidarismo e as questões agrárias estão presentes no cotidiano do país.

Essa divisão social implica a dificuldade de governança, a qual retroalimenta as insatisfações dos distintos grupos e, conseqüentemente, eleva as tensões sociais. O resultado desse processo conduz ao estabelecimento de grupos armados opositores ao governo instituído, como foi o caso das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

2.4 As Principais Crises com Países Vizinhos

Destaca-se que houve algumas escaramuças decorrentes dos conflitos internos na Colômbia, em áreas de fronteira com a Venezuela, o Equador e o Peru. Algumas inclusive ocasionaram ações entre as Forças Armadas dos países envolvidos, mas sem grandes desdobramentos (MELO, 2017).

Em relação a conflitos externos, a Colômbia envolveu-se em alguns problemas com seus vizinhos (FIG. 1), destacando-se a Guerra Colômbia-Peru (1932-1933), compreendendo disputas pela região amazônica fronteiriça de Letícia. Esse conflito militar permaneceu restrito à região de Letícia e, em 24 de outubro de 1933, chegou-se a um armistício de cessar fogo entre os países, os quais concordaram em submeter a disputa territorial à decisão arbitral da Liga das Nações, cujo posicionamento foi favorável à posse de Letícia pela Colômbia, conforme estabelecido pelo Protocolo do Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1934 (URIBE, 1989a).

Com o Equador, houve um acirramento das tensões, em 2008, decorrente da ação das Forças Armadas Colombianas contra um acampamento das FARC em território equatoriano, no Departamento de Sucumbíos, sem conhecimento e consentimento daquele país. Apesar do rompimento das relações entre os países naquela ocasião, a crise foi debelada por atuação da Organização dos Estados Americanos (OEA) e outros países da região, incluindo o Brasil (IDLER, 2019).

Por se tratar do país com a maior fronteira terrestre com a Colômbia, as questões das demarcações das fronteiras terrestres e a navegabilidade nos rios da região com a Venezuela envolveram ampla negociação para definição, culminando com o reconhecimento por ambos países do Tratado de Delimitação de Fronteiras de 1941 (URIBE, 1989b). Contudo, essa região

fronteiriça permanece como foco de tensão, potencializada pela permeabilidade da fronteira, por grupos armados de ambos os lados, pelo fluxo de contrabando, pelo tráfico de drogas e pela migração irregular (BUSHNELL, 1993).

A contestação entre Colômbia e Venezuela pela delimitação da área marítima no Golfo da Venezuela permanece ativa. Por se tratar de uma região rica em recursos naturais, destacando-se os hidrocarbonetos, e o histórico das recentes arbitragens territoriais favoráveis à Colômbia, do ponto de vista do governo venezuelano, a questão tende a permanecer inalterada (MYERS, 1985).

Com a Nicarágua, a Colômbia possui questões desde o século XIX sobre a soberania do Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. O Tratado Esguerra-Bárcenas concedeu a soberania das ilhas à Colômbia (URIBE, 1989b). Embora a Nicarágua tenha, no campo diplomático, contestado algumas vezes o tratado e a soberania sobre as ilhas, não houve grandes tensões entre os países. Contudo, a questão, recentemente, ganhou novo contorno, decorrente da disputa pela área marítima entre o arquipélago e o continente (LAROSA; MEJÍA, 2012). A Corte Internacional de Justiça (CIJ) arbitrou a soberania das ilhas em favor da Colômbia em 2012, bem como fixou a delimitação do mar territorial e plataforma continental de cada país. Em 2022, ocorreu um incidente entre os países, onde a CIJ determinou que a Colômbia cessasse de patrulhar uma área marítima pertencente à Nicarágua (BERG, 2022).

Atualmente, Brasil e Colômbia não possuem contendas fronteiriças. Contudo, na Colômbia permanecem latentes as questões de fronteira terrestres e marítimas com diversos países. As contestações seguem pela arbitragem pacífica das contendas, nos dias de hoje, mas não há garantias de que a solução efetivamente seguirá pela via diplomática. Corroborando tal assertiva, a própria história colombiana apresenta situações em que países limítrofes empregaram a força para a solução de contendas.

Releva destacar que a Colômbia possui contestações de outros Estados sobre delimitações de áreas marítimas, bem como obteve, recentemente, arbitragem da CIJ favorável à soberania colombiana sobre o Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina, cuja decisão é rebatida pela Nicarágua.

Conseqüentemente, a Colômbia tende a dispor de capacidade militar para se contrapor a essas ameaças e, também, desencorajar que os países fronteiriços busquem o emprego militar para solução das disputas. Percebe-se, assim, a dupla vocação histórica

desenvolvida pelas Forças Armadas Colombianas, quais sejam: defesa da Pátria, tarefa precípua, e garantir a ordem interna do país, como agente da segurança pública do Estado.

2.5 Aspectos Geográficos Colombianos

A República da Colômbia ou Colômbia, cuja capital é Bogotá, é um país situado no noroeste da América do Sul, com extensão territorial de aproximadamente 1.141.749 Km² e população de cerca de 51.609.000³ habitantes. O país está dividido político-administrativamente em 32 departamentos (FIG. 2), os quais são subdivididos em municípios, e um distrito capital. Faz fronteira terrestre com a Venezuela a nordeste, o Brasil a leste e ao sul, o Peru e Equador a sudoeste e Panamá a noroeste. Além disso, é o único país sul-americano banhado tanto pelo Oceano Pacífico, quanto pelo Mar do Caribe (HOLGUÍN, 2017).

A Colômbia possui grande variedade climática, resultante da sua localização na zona equatorial, relevo movimentado e ação da maritimidade no território, garantido ao país a segunda posição em biodiversidade, atrás apenas do Brasil. Nesse ponto, além das ilhas oceânicas, pode-se dividir o país em cinco regiões (FIG. 3): Andina, Caribenha, Pacífica, Orinóquia e Amazônica (DUSSÁN, 2019).

A Região Andina é caracterizada pela presença da Cordilheira dos Andes, que atravessa o país de norte a sul. Formada por vales, planaltos e montanhas, incluindo as três principais cordilheiras: a Oriental, Central e Ocidental, é uma região de grande atividade econômica, destacando-se a indústria, a agricultura e o comércio, além de abrigar a maior parte da população da Colômbia, bem como as principais cidades colombianas, entre elas Bogotá, Medellín e Cali. Destacam-se, também, os rios Magdalena e Cauca, os maiores e principais rios do país, os quais têm papel relevante na economia nacional, considerando o transporte fluvial, geração de energia hidrelétrica e irrigação de terras, entre outras (DUSSÁN, 2019).

A Região do Caribe, situada ao norte do país, também possui densidade populacional relativamente alta, principalmente nos centros urbanos como Cartagena, Barranquilla e Santa Maria. Além do turismo e comércio, possui diversas atividades econômicas, com

3 Atualizado com valores de 2022, de acordo com o *Countryeconomy.com*. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/populacao/colombia>. Acesso em: 31 mai. 2023.

presença da indústria petroleira, da agricultura, da pesca e da indústria manufatureira, englobando processamento de alimentos, bebidas, produtos químicos e têxteis (DUSSÁN, 2019). Merece destaque a atividade portuária nessa região, cujo volume de carga movimentado é de 86% do total nacional. O porto de Cartagena é o maior do país e o principal hub, por conta da infraestrutura portuária e da capacidade de movimentação de cargas, com relevante importância para o comércio internacional (COLÔMBIA, 2023).

A cidade de Buenaventura é a principal da Região do Pacífico, particularmente devido à atividade portuária, por ser a principal porta de entrada e saída de produtos pelo Oceano Pacífico. Embora a cidade seja um importante centro comercial, com considerável densidade populacional e interconectada ao país, essa região tem grandes desafios de infraestrutura, devido, particularmente, ao relevo acidentado e a cobertura vegetal típica de selva. Assim, existem várias localidades isolada entre si e com limitado acesso a serviços básicos. Ressalta-se que essa região é rica em recursos naturais, com destaque para os minerais, e o turismo tem potencial para alavancar a região (DUSSÁN, 2019).

A Região Orinoquia compreende uma vasta área, constituída de planícies e savanas, na parte leste da Colômbia. A densidade populacional é baixa e concentrada em centros urbanos, como a principal cidade da região, Villavicencio. Isto se deve principalmente às condições geográficas desafiadoras, à extensa presença de áreas rurais e à carência de infraestruturas, sobretudo aquelas que conectem os diversos pontos da região e essa com o país. As principais atividades econômicas são a agropecuária extensiva, a agricultura e o extrativismo, particularmente de hidrocarbonetos e madeira (DUSSÁN, 2019).

Também com baixa densidade populacional, a Região Amazônica abriga uma população dispersa em comunidades rurais e indígenas, com poucos centros urbanos. As principais atividades econômicas advém da exploração dos recursos naturais, como a mineração e a extração de madeira e hidrocarbonetos. As questões de infraestrutura são um grande obstáculo ao desenvolvimento regional, as quais limitam o acesso da população a serviços básicos, como saúde, educação, transporte e eletricidade (DUSSÁN, 2019).

Além dessas regiões, a Colômbia também possui territórios extracontinentais, constituídos por ilhas e arquipélagos no Oceano Pacífico e no Mar do Caribe, os quais, por suas características individuais diversas, não se configuram em uma região específica (DUSSÁN, 2019).

Releva destacar que não há homogeneidade na distribuição geográfica da população nas diferentes regiões em função, principalmente, da existência de áreas urbanas e rurais, da infraestrutura de determinada região e do desenvolvimento econômico (DUSSÁN, 2019). Segundo o último censo demográfico, realizado em 2018, mais de 75% da população vive em áreas urbanas. Bogotá concentra cerca de 16% da população do país, seguem-se as cidades de Cali, de Medellín e de Barranquilla, como grandes centros populacionais do país (COLÔMBIA, 2018).

A Colômbia possui grande variedade étnica, com impactos na diversidade cultural do país. A Constituição da República da Colômbia estabelece a igualdade entre os diversos grupos, mestiços, brancos, índios e negros. Contudo, a estrutura hierárquica de classes do período colonial, quebrada com a independência e a estrutura capitalista nacional, ainda apresenta traços de desigualdade social, particularmente nas regiões onde o Estado é menos presente e, conseqüentemente, produz tensões sociais nesses locais (LAROSA; MEJÍA, 2012).

O sistema de transporte rodoviário é o principal modal que interliga as principais regiões e cidades da Colômbia, tanto para passageiros, quanto para cargas, conectando, também, os principais locais produtores de commodities e regiões fabris aos portos, os quais são os grandes responsáveis pelo comércio exterior do país (DUSSÁN, 2019).

Junto às rodovias, a Colômbia possui ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. No tocante aos portos, a Colômbia dispõe de terminais marítimos e fluviais. Esses últimos interconectam mais de 18.000 Km de rios navegáveis das quatro principais bacias hidrográficas do país, cujos rios são os seguintes: Magdalena, Atrato, Orinoco e Amazonas (DUSSÁN, 2019).

Contudo, toda essa rede de transporte estabelecida no país não conseguiu interconectar as regiões e efetivamente permitir a integração nacional. Apesar de a Colômbia manter um histórico de investimentos no setor de transportes, as regiões montanhosas e de relevo acidentado, bem como as grandes áreas florestais dificultam a construção e manutenção das infraestruturas desse setor. Conseqüentemente, algumas regiões no interior do país e fronteiriças tem acesso limitado a transportes, dificultando a integração dessas regiões e o acesso das populações residentes nessas áreas aos serviços básicos do Estado (DUSSÁN, 2019).

Portanto, a questão histórica de integração nacional, oriunda do processo de independência e, posterior, fragmentação da Colômbia é percebida como grande entrave ao

desenvolvimento do país. A citação a seguir expressa a importância do transporte para a integração da Colômbia:

Uma nação tão dividida quanto a Colômbia, por geografia, raça, classe social e econômica, poder político, educação e sobrenome de família, **nunca pode se unir** completa e sinceramente, **mas colombianos** inovadores e inteligentes **trabalharam duro para criar infraestrutura**, parques, programas, **sistemas de transporte** e currículos universitários **que ajudem os colombianos a focarem no que os une como povo e nação**, e não no que historicamente dividiu a sociedade (LAROSA; MEJÍA, 2012, p.50, tradução e grifos próprios).

A grande biodiversidade colombiana, traduz-se em vasta heterogeneidade territorial, com a população concentrada nos centros urbanos. Soma-se os grandes problemas de interconectividade nacional, com grandes vazios demográficos em regiões de fronteira e nas áreas de selva, planícies e savanas no interior do país.

Essa baixa interconectividade acaba por trazer efeitos na governança do país, pois a ineficiência da gestão centralizada acaba produzindo centros locais com autonomia, verdadeiras cidades-estado, os quais, por vezes, governam dissociados das diretrizes nacionais.

Além disso, essas regiões, quase que isoladas do país, não contam com a efetiva presença do Estado para garantir direitos e promover cidadania às populações lá residentes. Tornam-se, portanto, amplificadoras das desigualdades sociais, presentes desde o período colonial e, conseqüentemente, locais para abrigar organizações paralelas ao Estado, normalmente, desenvolvendo atividades ilegais.

Em contraste com tal situação, as áreas mais povoadas contam com boas redes de transporte, principalmente o rodoviário, de forma a interligar as áreas produtivas aos portos. Esses garantem as transações comerciais do país.

Conclui-se que a Colômbia pode ser dividida, internamente, em duas macrorregiões. A primeira, compreende as regiões Andina, Caribenha e Pacífica, englobando o espaço físico desde a cordilheira até o litoral, incluindo os vales dos rios Magdalena e Cuaca, que concentra a maior parte da população e das atividades econômicas em praticamente a terça parte do território. A segunda, composta pelas regiões Orinóquia e Amazônica, é a região mais pobre do país, em que o Estado tem grande dificuldade de integrar em função da deficiente interconectividade.

A essa última macrorregião se conectam as tensões sociais pela dificuldade da presença do Estado. Para atenuar tal situação, as Forças Armadas são instadas a preencher

esta lacuna, dada a dualidade de emprego na Colômbia, valendo-se, portanto, da vertente de segurança pública em detrimento da defesa da Pátria.

2.6 A Economia Colombiana e Relações Comerciais

Segundo o Relatório do Banco Mundial, a Colômbia tem histórico de estabilidade macroeconômica e fiscal. Contudo, a atividade econômica encontra-se, atualmente, com inflação acelerada e com alto déficit em conta-corrente, indicadores de que a economia deverá permanecer em desaceleração para ajustar os desequilíbrios internos e externos. Em 2022, a inflação alcançou 13,1%, para um Produto Interno Bruto (PIB) de 343 bilhões de dólares⁴, o que se traduz no valor *per capita* de quase 7 mil dólares, sendo a quarta maior economia da América do Sul (BANCO MUNDIAL, 2023).

O Relatório, ao confrontar a evolução do PIB e a renda per capita ao longo dos anos (FIG. 4 e 5), aponta que a taxa de crescimento potencial da economia não é suficiente para o enfrentamento dos desafios estruturais, sobretudo as desigualdades sociais, mantendo a Colômbia dentre os países mais desiguais do mundo. Para atender as demandas sociais e econômico-fiscais, é necessário o aumento da produtividade e a adoção de tecnologia, transformando os setores energético, de transporte e de infraestrutura, o que requer investimentos significativos e mobilização de financiamento para o país (BANCO MUNDIAL, 2023).

A base da econômica colombiana são as commodities, com destaque para os hidrocarbonetos, minérios e agricultura. Além desses, o turismo tem papel relevante na economia nacional. Atualmente, os principais parceiros comerciais colombianos são: EUA, China, União Europeia, México e Brasil (DUSSÁN, 2019).

Em relação a blocos comerciais, a Colômbia faz parte da Aliança do Pacífico e da Comunidade Andina. Apesar de não figurar como país-membro do Mercado Comum do Sul⁵ (Mercosul), possui Acordo de Complementação Econômica⁶ (ACE) com esse bloco econômico, facilitando as relações comerciais com o Brasil e demais países componentes.

4 Fonte: Countryeconomy.com. *Colômbia – PIB – Produto Interno Bruto*. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/colombia>. Acesso em: 10 jun. 2023.

5 Mercado comum, criado em 26 de março de 1991, pelo Tratado de Assunção, constituído pelos seguintes Estados Partes: República Argentina, República Federativa do Brasil, República do Paraguai e República Oriental do Uruguai (BRASIL, 1991).

6 O ACE foi firmado em 2017 (BRASIL, 2017a).

Neste aspecto, o Mercosul suplantou a Aliança do Pacífico como origem das importações colombianas em 2022 (APEXBRASIL, 2023).

O comércio bilateral Brasil-Colômbia aumenta desde a década de 1990, passou de uma situação restrita, basicamente, às trocas comerciais na região fronteiriça, para uma relação ainda pequena, mas com potencial de crescimento considerável (DUSSÁN, 2019). Segundo dados de 2022 da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), o Brasil saltou de 4,3% em 2013 para os atuais 7% de participação do mercado naquele país. Esse percentual faz do Brasil o terceiro maior fornecedor colombiano, atrás de EUA e China, os quais juntos somam cerca de 48% do mercado colombiano. Além disso, as importações colombianas por blocos econômicos se traduzem em 13,7% da União Europeia contra 9,4% do Mercosul (APEXBRASIL, 2023).

As relações comerciais Brasil-Colômbia são assimétricas, com a balança comercial superavitária para o Brasil (FIG. 6), já que a Colômbia é o 25º fornecedor brasileiro, saindo de 0,6% em 2013 para 0,9% de participação do mercado brasileiro em 2022. As importações brasileiras de produtos colombianos são concentradas, pois os cinco grupos dos maiores produtos colombianos que chegam ao Brasil representam 74% das importações (FIG. 7), com destaque para o carvão e alguns de seus subprodutos, tais como o coque e hulha, polímeros e inseticidas (APEXBRASIL, 2023).

A pauta das exportações do Brasil à Colômbia é diversificada, com 71,8% de produtos manufaturados, 23,5% de produtos básicos e 4,7% de semimanufaturados (FIG.8). Destacam-se os veículos automotores em geral e seus acessórios, o milho e o café (APEXBRASIL, 2023).

A estabilidade econômica colombiana, calcada em commodities, não é suficientemente forte para corrigir as falhas estruturais e, conseqüentemente, reduzir as desigualdades sociais.

Pode-se afirmar, sob o ponto de vista econômico, que a Colômbia ainda é bastante isolada em relação ao subcontinente sul-americano. Por mais que tenha reduzido esse isolamento, suas relações são mais fortes com a América do Norte, Europa e Ásia. Isso é devido a presença de barreiras naturais, verdadeiros obstáculos dessa interconectividade regional, que são a floresta amazônica, as planícies e savanas da região Orinoquia e a Cordilheira dos Andes.

2.7 As Guerrilhas na Colômbia

Outro importante fator de tensão na Colômbia são os grupos de guerrilha armada, cujo aparecimento é decorrente principalmente da instabilidade política e social. Apesar desses grupos terem surgido em diferentes momentos, as principais guerrilhas armadas tiveram como causa a luta contra o governo e suas políticas pouco inclusivas com as populações, principalmente em regiões mais afastadas, onde a presença do Estado era limitada (SAFFORD; PALACIOS, 2002).

As FARC surgiram na década de 1960 como uma guerrilha camponesa de cunho marxista-leninista, inspirada na revolução chinesa e cubana. Seu estabelecimento é resultado dos conflitos entre governo e população rural pela reforma agrária e justiça social (SAFFORD; PALACIOS, 2002). As FARC se tornaram uma das guerrilhas mais poderosas e longevas da história. As negociações pela paz iniciaram em 2012, com o estabelecimento de um acordo em 2016, ocorrendo a desmobilização do grupo armado e sua permanência como entidade política (IDLER, 2019).

Em 1982, durante a VII Conferência das FARC, o grupo além de ajustar sua estratégia para conduzir mais operações ofensivas típicas de forças regulares, alterou a denominação para FARC – Exército do Povo (FARC-EP)⁷. Visou, com isso, a refletir o incremento estrutural do grupo, tanto como força militar com características convencionais de Forças Armadas, tanto quanto pela evolução em termos políticos, permanecendo focado nas diretrizes de luta pela revolução social, em busca da paz e da democracia (LEECH, 2011).

O Exército de Libertação Nacional (ELN) foi criado, também, na década de 1960 pelo mesmo motivo, mas inspirado na revolução cubana e outros movimentos de libertação na América Latina (LAROSA; MEJÍA, 2012). O grupo permanece ativo e tem participado de negociações de paz com o governo recentemente, mas sem sucesso. Ressalta-se que o ELN tem sofrido vários revezes, com perdas de vários líderes, decorrentes das ações das forças de segurança colombianas (SAFFORD; PALACIOS, 2002).

Embora as FARC e o ELN tenham sido criados na mesma década, com motivações similares e, no decorrer dos anos, realizaram atividades em grande parte do território colombiano, os grupos surgiram em áreas distintas, com as FARC iniciando suas ações em áreas rurais e florestais ao sul do país e o ELN, nas regiões montanhosas e fronteiriças ao

7 O presente trabalho não fará diferença entre tais expressões.

noroeste. Além disso, as FARC possuíam estrutura organizacional maior que o ELN (SAFFORD; PALACIOS, 2002).

Já o Movimento 19 de Abril (M-19) foi fundado em decorrência de um ataque do governo contra um movimento estudantil na data que leva o nome do grupo, 19 de abril de 1970. Portanto, sua origem é político-urbano, diferente dos demais grupos, mas também abarcava as questões sociais como causa a lutar. Buscava uma mudança na democracia, tornando-a mais inclusiva. O M-19 realizou, em 1985, um assalto ao palácio da justiça, onde ocupou o prédio e manteve várias autoridades como reféns por mais de dois dias. A ação terminou com um ataque das forças de segurança e com mais de 100 mortes, entre guerrilheiros, funcionários e autoridades. Em 1990 o grupo depôs as armas e passou a ser reconhecido como partido político legalmente instituído (MELO, 2017).

Todos esses grupos tiveram ligações com o tráfico de drogas, normalmente visando a financiar suas atividades. Essa aproximação com o mercado das drogas envolvia, desde extorsões, até a completa execução das atividades, contendo plantio, produção e distribuição, assim como alianças com organizações criminosas diversas (CASTRO, 2009).

Ressalta-se que a conexão dos grupos armados com o tráfico de drogas têm correlação direta com a ausência do Estado nas regiões de atuação daqueles grupos, onde persistem as carências de infraestruturas conectivas com as demais regiões do país.

Além disso, o aumento do narcotráfico, decorrente da crescente demanda do mercado de drogas internacional, e o controle de determinadas regiões colombianas pelas guerrilhas permitiu o surgimento de grupos paramilitares e milícias armadas à margem do Estado. Tais grupos surgiram em áreas rurais no Norte do país, ligados aos traficantes e grandes proprietários de terra, com o propósito de prestar-lhes segurança. Mas, logo expandiram suas áreas de influência, incluindo as regiões urbanas, e adquiriram autonomia. Suas ações incluíam cobrança por proteção em determinadas áreas, agressões a populações e confronto com grupos guerrilheiros. Conseqüentemente, as ações desses grupos foram responsáveis por deslocamentos forçados da população, principalmente de camponeses no interior do país (CASTRO, 2009).

As guerrilhas armadas colombianas são produto, primordialmente, do histórico de instabilidade político-social do país e da ausência do Estado em regiões isoladas dos grandes centros do país. Focam seus movimentos na luta contra o governo por inclusões sociais, com destaque para questões de reforma agrária. Além disso, tais grupos tiveram, em algum grau,

ligações com o tráfico de drogas, como forma de financiar suas ações.

Como consequência, surgiram no país milícias armadas e grupos paramilitares, inicialmente focada na proteção de grandes proprietários de terras ou traficantes de drogas, como forma de salvaguarda contra as guerrilhas armadas.

Ressalta-se que, no enfrentamento desses grupos, ocorreram deslocamentos forçados da população, principalmente nas áreas onde a presença do Estado era debilitada. Consequentemente, ampliou a instabilidade no país.

Atualmente, somente o ELN mantêm-se ativo na Colômbia, apesar das tentativas de negociar o fim dessa guerrilha. As FARC e o M-19 depuseram as armas e se estabeleceram na vida política do país.

Esta seção, ao pontuar as causas do processo de independência da Grande Colômbia, identificou a ausência de identidade nacional a época, pois as diversas regiões não eram integradas, portanto, o que se buscou foi a independência em relação à Espanha. De igual maneira, a fragmentação ocorreu por conta das regiões não aceitarem uma administração centralizada e sem autonomia administrativa e comercial.

Ao analisar o constante estado de tensão social, identificou-se as origens históricas ainda presentes no cotidiano, com destaque para o bipartidarismo, a quebra de hierarquia social do período colonial e as questões agrárias.

Percebeu-se a necessidade de dispor de capacidade militar, terrestre e marítima, para dissuadir que países fronteiriços busquem a solução de problemas pelo viés militar, quando interpretado o histórico das crises com outros países. Destacou-se, também, que Brasil e Colômbia não possuem disputas de fronteira atualmente.

Na compreensão dos aspectos geográficos, identificou-se a existência de duas macrorregiões distintas entre si, em termos de densidade populacional, desenvolvimento econômico e interconectividade. Além disso, as regiões mais isoladas possuem baixa governabilidade do poder central e ficam sujeitas à gestão independente de centros urbanos locais, que agem independentemente, assim como sofrem influências de agentes não estatais em função das desigualdades sociais.

No campo econômico, percebeu-se que as falhas estruturais do Estado impactam negativamente na redução das desigualdades sociais. Além disso, constatou-se que a Colômbia tem sua economia voltada para fora da América do Sul, ainda que esse

isolacionismo tenha reduzido, justificado pela existência de obstáculos dissociadores daquele país com os demais sul-americanos.

Ao discorrer sobre as causas do estabelecimento das guerrilhas armadas, identificou-se que o surgimento desses grupos decorre do histórico de luta por melhores condições sociais. Destacou-se que tais grupos obtiveram financiamento do tráfico de drogas e essa dinâmica social contribuiu para o aparecimento de milícias armadas e grupos paramilitares no país, bem como deslocamentos forçados das populações afetadas em regiões onde tais grupos estavam presentes.

Ao integrar os diversos aspectos, foi possível concluir que as regiões mais isoladas do país, desde suas origens históricas, acabam se tornando um espaço geográfico centrado em determinadas cidades que herdam mais autonomia e não estão conectadas entre si e nem ao governo central, razão pela qual acabam atuando como verdadeiras cidades-estado com uma esfera local de influência, o que já motivou vários conflitos internos ao longo do tempo. Além disso, essa fragmentação na governança do Estado e a incapacidade para controlar as diversas atividades em várias regiões do território possibilita o surgimento e estabelecimento de agentes não estatais, como é o caso do narcotráfico e das guerrilhas no interior do país.

Corroborando as características presentes na Colômbia para o surgimento de atividades não controladas pelo Estado, Michael J. LaRosa e Germán R. Mejía argumentam o seguinte:

A Colômbia, por razões geográficas e políticas, tornou-se o epicentro da exportação de drogas da América do Sul. Seu status como a única nação da América do Sul com dois oceanos ajudou; seus vales montanhosos forneceram cobertura geográfica para laboratórios clandestinos e a folha de coca prosperou nas regiões de altitude média da Colômbia (e no Peru, Bolívia e outras nações dos Andes). Politicamente, a estrutura de poder regional descentralizada, acompanhada por um governo central historicamente fraco, permitiu que pessoas como Escobar comandassem e controlassem uma vasta rede de terras, mão de obra, fundos e políticos.(LAROSA; MEJÍA, 2012, p.126 e 127, tradução própria).

Ademais, a análise dos aspectos históricos permite concluir que a Colômbia se mantém num permanente estado de conflito, seja no campo interno ou no externo. Nesse ponto, o Estado pende a manter-se preocupado com as questões de defesa nacional e de segurança interna. Atendendo ambos cenários, de forma a contrapor-se às ameaças de ordem interna, assim como as relacionadas à integridade territorial e à soberania do país.

Em síntese, essa seção pontuou alguns aspectos históricos, sociais, políticos, geográficos, econômicos e culturais presentes na Colômbia, os quais conjugados propiciam

condições para o estabelecimento e a manutenção do narcotráfico no país. Adicionalmente, demonstrou-se a dualidade histórica no emprego das Forças Armadas Colombianas, ora na destinação precípua de defesa da Pátria, ora em tarefas específicas de segurança pública, normalmente atribuídas a órgãos policiais. Na próxima seção, será analisado o histórico do narcotráfico presente na Colômbia e os impactos no Brasil.

3 A COLÔMBIA E O NARCOTRÁFICO

Identificado que a Colômbia possui condições basilares, ligadas aos diversos aspectos da formação do Estado, para produção e comercialização da cocaína, esta seção identificará as principais características da folha de coca e da cocaína e descreverá como ocorreu o comércio, inicialmente legal desses produtos, identificando os produtores e consumidores. Após, analisará o processo de proibição da comercialização da cocaína internacionalmente e as consequências dessa proibição.

Por fim, descreverá a formação dos cartéis colombianos e o modelo de comercialização da cocaína naquele país, para, em seguida, examinar a repressão a esses cartéis. Com essas informações integradas, será efetuada a análise do enfrentamento ao narcotráfico atualmente existente na Colômbia e os impactos do tráfico da cocaína daquele país no Brasil.

3.1 A Folha de Coca e a Descoberta da Cocaína

A *Erythroxylum coca*, nome científico da planta de onde é extraída a folha de coca, cresce em forma de arbusto e atinge, normalmente, um a dois metros de altura. Também conhecida como a planta divina dos Incas, possui condições especiais para se desenvolver e prosperar, destacando-se a necessidade do ambiente com temperaturas em torno de 21°C e pouca variação climática ao longo do ano. Conseqüentemente, encontrou na região intertropical da Cordilheira dos Andes, com altitudes entre 1000 e 2000 metros, condições ideais para se desenvolver (MORTIMER, 2019).

A folha de coca está ligada aos povos que habitavam os planaltos andinos há aproximadamente cinco mil anos. O uso alimentar, medicinal e ritualístico se mantém aproximadamente o mesmo, quando comparados a época dos habitantes pré-hispânicos às culturas indígenas dos dias atuais (LABROUSSE, 2010).

A primeira colheita da folha de coca só pode ser realizada a partir de dezoito meses, podendo chegar a cinco anos, dependendo das características da região. Com o arbusto em idade madura, a extração das folhas pode ser efetuada de duas a quatro vezes ao ano (MORTIMER, 2019).

A igreja católica preocupada com os efeitos do uso da folha de coca, tanto para os nativos, quanto para os espanhóis, e a associação dessa folha à religião indígena, procurou vetar seu uso. Apesar de serem aprovadas leis para eliminar essa prática local, os espanhóis derrubaram essas leis e tentaram comercializar a folha de coca ainda no século XVI. Contudo, não houve interesse comercial, provavelmente pela perda das propriedades das folhas nas longas viagens à Europa (WAGNER, 2003).

Em 1859, o químico alemão Albert Niemann, da Universidade de Göttingen, descobriu a cocaína, quando isolou esse alcaloide das folhas de coca entregues por Charles Darwin, provenientes da expedição realizada à América do Sul. Niemann descreveu em sua tese de doutorado a reação alcalina, o sabor da cocaína e efeito torpor (MORTIMER, 2019).

Apesar de os espanhóis terem identificado alguma potencialidade comercial nas folhas de coca, a comercialização desse produto não era viável em função das características de transporte a época. Com a descoberta da cocaína, não tardaria sua comercialização.

3.2 O Comércio Legal da Cocaína e a Descoberta das suas Propriedades

Ainda no século XIX, a cocaína foi comercializada nos EUA como remédio anestésico, principalmente para dor de dente em crianças e para artrites. Em 1883, o fisiologista alemão Theodore Aschenbrandt deu cocaína a soldados cansados, devido a exercícios militares extenuantes. Os resultados foram surpreendentes e empolgaram, pois ampliaram as capacidades combatentes dos militares, conforme a seguir descrito:

A Infantaria lhe [Theodore Aschenbrandt] serviria de cobaia. [...] Napoleão teria ficado encantado com os resultados. [...] O soldado de infantaria movido a coca era uma máquina de guerra superior. Tinha energia infinita, dificilmente percebia a dor, e podia lutar por mais tempo que o normal (COHEN, 2014, p. 87-88).

Mas foi Sigmund Freud o responsável pela difusão de estudos sobre as características farmacológicas da folha de coca, por meio de um trabalho escrito em 1884. Dentre os efeitos descritos por Freud destacam-se a melhora de quadros depressivos, a atenuação de desconforto gástrico e a potencialização das capacidades físicas e intelectuais. Além disso, concluiu, inicialmente, que a coca não teria efeito viciante (COHEN, 2014).

Após escrever alguns artigos sobre a folha de coca e a cocaína, Freud abandonou os estudos e a defesa do uso dessa droga, além de impedir que tais estudos fossem incluídos

em sua obra. Tal decisão decorre do fato de que Freud viu um de seus amigos de trabalho, Ernst Fleischl Marxow, morrer pela dependência da cocaína (COHEN, 2014).

Mesmo após abandonar a defesa do uso da cocaína, Freud recomendou o uso ao oftalmologista Carl Koller, que diluiu cocaína em forma de colírio para ser usada como anestésico local em intervenções cirúrgicas oculares, como a de cataratas (COHEN, 2014).

Portanto, com a descoberta da cocaína e algumas de suas propriedades na segunda metade do século XIX, inciou-se a importação das folhas de coca, provenientes do Peru e da Bolívia, primeiro e segundo produtores respectivamente, para processamento em laboratórios farmacêuticos na Alemanha e na Holanda, e posterior comercialização na Europa (MORTIMER, 2019).

A coca era vendida à época por conta de suas supostas propriedades terapêuticas, encontradas em produtos energizantes e elixires com propriedades estimulantes para intelectuais (MORTIMER, 2019). Nesse período, destacou-se o *Vin Mariani*, um vinho fabricado com extrato das folhas de coca produzido pelo químico e farmacêutico italiano Angelo Mariani. Além do sucesso em vendas, Mariani foi elogiado pela rainha da Inglaterra e condecorado pelo papa Leão XII (COHEN, 2014).

Em 1885 nos EUA, John Stis Pemberton retirou o álcool do vinho com coca e produziu uma espécie de tônica, que ele chamou de *French Wine Coca*. A empresa Coca-Cola foi fundada em 1886 e o produto criado por Pemberton, agora designado com o mesmo nome da empresa, era vendido como estimulante de uso medicinal e intelectual (COHEN, 2014).

Com a difusão das propriedades das folhas de coca e da cocaína, logo o mercado europeu e estadunidense viabilizou o uso comercial, exportando a matéria-prima da colônia para processamento e comercialização. O aproveitamento das propriedades da cocaína encontrou espaço inicial na medicina e na produção de estimulantes com supostas propriedades intelectuais.

3.3 O Início da Proibição

Em 1902, estimava-se cerca de 200.000 pessoas viciadas em cocaína nos EUA. Dessa forma, Pemberton foi pressionado pela opinião pública para retirar a cocaína da fórmula da Coca-Cola. Por conseguinte, ocorreu a substituição da cocaína pela cafeína em 1903

(WAGNER, 2003). Contudo, no mercado estadunidense existiam mais de 60 bebidas, que continham o ingrediente cocaína, vendidas legalmente em 1909 (RESTREPO, 2018).

Os movimentos ligados à proibição das drogas psicoativas⁸, somado ao incremento de viciados nos EUA, fez com que o país adotasse a primeira medida regulamentadora, a Lei Federal sobre Alimentos e Drogas⁹ em 1906. Apesar de não proibir, a lei introduziu o controle sobre tais substâncias e indicou qual seria a postura do governo estadunidense no cenário internacional (RODRIGUES, 2012).

Com o incremento do comércio da cocaína na Europa, a Holanda, no início do século XX, viabilizou o plantio de coca em Java, colônia daquele país à época. Em pouco tempo, Java tornou-se o primeiro produtor mundial, crescendo de 11%, no final do século XIX, para 80%, no período de 1914 a 1920 (RESTREPO, 2018). Ressalta-se que o Japão, também, conseguiu replicar, com sucesso, a experiência holandesa em Taiwan (LABROUSSE, 2010).

Por conseguinte, a primeira expansão comercial do consumo de cocaína ocorreu entre 1910 e 1940, valendo-se da produção e comercialização das folhas de coca de Java e de Taiwan, as quais eram processadas nos laboratórios na Alemanha, na Holanda e no Japão, visando ao mercado consumidor na Europa e nos EUA (LABROUSSE, 2010).

Em 1912, iniciou-se o processo de cessação do comércio legal da cocaína. Capitaneado pelos EUA, a Convenção de Haia foi o primeiro tratado internacional de controle de drogas, onde cada país elaboraria leis internas para banir o uso sem receita do ópio, da morfina e da cocaína. Entretanto, essa convenção somente começa a valer em escala global ao final da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando é incluída no Tratado de Versalhes¹⁰ (COHEN, 2014). Tratava-se, portanto, de uma grande vitória dos EUA, impondo o seu modelo de proibição do uso de drogas ao mundo (RODRIGUES, 2012).

Nos EUA, depois de debates contra e a favor da proibição das drogas, passa a vigorar, a partir de dezembro de 1914, a proibição do consumo de cocaína, heroína, morfina e ópio sem prescrição médica, por meio da Lei Harrison (WAGNER, 2003).

A decisão de manter em funcionamento, nos EUA, alguns setores da Liga das Nações, especialmente aqueles ligados ao controle e proibição das drogas, mostrou-se fundamental

8 As drogas psicoativas são aquelas que agem sobre o organismo, causando sensações ou mudando percepções, sem considerar aspectos relacionas à legalidade ou ilegalidade (RODRIGUES, 2012, p. 19).

9 *Food and Drug Act*.

10 Acordo de paz celebrado, em 28 de junho de 1919, com o fim da Primeira Guerra Mundial (MAGNOLI, 2006).

para a sobrevivência das medidas antidrogas com o fim daquela Liga e o surgimento da Organização das Nações Unidas – ONU (RODRIGUES, 2012).

Portanto, ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a questão da proibição das drogas ganha nova proporção na ONU, pois, a partir de 1961, foram firmadas três convenções (TAB. 1) com várias medidas e regulamentações visando a reduzir a demanda por substâncias psicoativas, incluindo a cocaína (DÍAZ; STÖCKLI, 2014). Conforme dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime – *United Nations Office on Drugs and Crime* (UNODC), tais convenções foram assinadas por mais de cem países, incluindo Brasil, Colômbia e EUA, e permanecem válidas atualmente (ONU, 2023).

A proibição internacionalmente estabelecida não surtiu o efeito esperado. Pelo contrário, o mercado internacional da cocaína ganhou nova escala, com o arrefecimento da produção asiática e a retomada do mercado pelos países sul-americanos (LABROUSSE, 2010). Agora ilegal, o comércio de cocaína obteve força na década de 1970 e atingiu o ápice na década de 1980, quando entrou no mercado outro subproduto da cocaína, o crack¹¹, cujo baixo custo e elevado potencial de criar dependência, tornou-o mais acessível e popular (WAGNER, 2003).

O movimento pela proibição das drogas nos EUA e o aumento no número de dependentes, fez com que aquele país iniciasse um processo de proibicionismo interno, mesmo não sendo unanimidade nacional. Com a vitória dos proibicionistas nos EUA e o aumento de sua influência no pós Segunda Guerra Mundial, associados à manutenção de estruturas da Liga das Nações, houve a adoção, em escala mundial, do modelo estadunidense de proibição das drogas, incluindo a cocaína e seus subprodutos.

Nesse aspecto, tal estrutura proibicionista foi adotada por diversos países, incluindo Brasil e Colômbia, os quais aderiram às três convenções regulamentadoras das diversas substâncias psicoativas, das quais fazia parte o controle da comercialização da cocaína.

A proibição teve efeito contrário no cenário mundial, de igual maneira ao ocorrido internamente nos EUA. O aumento do consumo de cocaína e o fechamento do mercado produtor asiático, fez surgir na América do Sul o grande polo produtor do planeta, constituído por Colômbia, Bolívia e Peru.

11 O crack é um cristal bege ou marrom, obtido pelo aquecimento do cloridrato de cocaína, pó branco obtido a partir das folhas de coca, com outras substâncias químicas. Foi desenvolvido, em 1985, como uma forma fumável da cocaína. Ganhou, inicialmente, o mercado de Nova York e, rapidamente, se espalhou pelo mundo (WAGNER, 2003).

3.4 O Surgimento dos Cartéis Colombianos e o Modelo de Tráfico Adotado

No caso colombiano, o comércio de drogas ilícitas foi, inicialmente, estabelecido para a produção de maconha, nas décadas de 1960 e 1970, com foco no mercado consumidor dos EUA. Apesar da grande lucratividade dessa comercialização, a maconha colombiana entrou em decadência, em decorrência da concorrência estabelecida pelo México e pela própria produção no interior dos EUA (LABROUSSE, 2010).

Com o surgimento, na década de 1970, da demanda por cocaína no mercado estadunidense, os grandes proprietários de terra produtoras de maconha foram suplantados pelos traficantes de cocaína, principalmente os cartéis¹² de Medellín e de Cali. Consequentemente, a Colômbia torna-se grande polo exportador e suplanta o Peru nessa mesma década (LABROUSSE, 2010).

As áreas de plantio de coca na Colômbia saíram de alguns milhares de hectares na década de 1970 e alcançaram quase 40 mil hectares no início dos anos 1990. Contudo, a Colômbia recebia em seus laboratórios a matéria-prima proveniente do Peru e da Bolívia, a fim de disponibilizar ao mercado consumidor cercar de 600 toneladas de cocaína no início daquela década (LABROUSSE, 2010).

Importante destacar que o modelo de negócio adotado por Peru e Bolívia diferia daquele implantado na Colômbia. Naqueles países, apenas pequena porcentagem das receitas voltava, pois seus traficantes concentravam-se, basicamente, no fornecimento do produto. Na Colômbia, menos de dez organizações, com destaque para os cartéis de Medellín e Cali, regulavam toda a indústria da cocaína nacional, ditando os preços, o fornecimento e, também, exercendo controle no processo de exportação da droga. Assim, os cartéis colombianos obtinham enormes lucros por administrar todas as etapas do tráfico de cocaína (WAGNER, 2003).

Em 1981, na capital do departamento de Antioquia, Medellín, surgiu a mais importante organização criminosa colombiana, decorrente da união de grupos menores chefiados por Carlos Lehder, José Gonzalo Rodríguez Gacha, Juan Ochoa e Pablo Escobar (WAGNER, 2003). Ressalta-se que o Cartel de Medellín também é uma herança histórico-geográfica advinda das atividades ilegais desenvolvidas na região, a partir de chegada dos

12 Apesar de consagrado para designar os grupos colombianos responsáveis pelo tráfico de cocaína, o termo cartel é inadequado, pois esses grupos contavam com centenas de membros e empregados, sob a liderança única, tratando-se, portanto, de uma cooperativa de gangues (LABROUSSE, 2010).

espanhóis, indo desde a pirataria, passando pelo contrabando, até chegar ao tráfico de drogas (LABROUSSE, 2010).

O principal líder e símbolo do Cartel de Medellín foi Pablo Escobar, cuja habilidade em recrutar colombianos residentes nos EUA era inconteste, bem como em associar as elites políticas e financeiras do país ao tráfico de cocaína. Propondo-lhes parcela dos lucros em cada remessa ou coagindo, com extrema violência, aqueles que se opunham aos interesses do cartel, Escobar acabou por estabelecer vínculos e dependência da governança do país às atividades do tráfico (LABROUSSE, 2010).

Da mesma forma, o Cartel de Cali, chefiado pelos irmãos Gilberto e Miguel Rodríguez Orejuela, tinham o mesmo *modus operandi*, mas com maior penetração social do que o Cartel de Medellín, pois obtiveram maior apoio voluntário e inserção nas classes dominantes locais e, depois, nacionais (LABROUSSE, 2010).

Releva destacar que, o Brasil, até o fim da década de 1970, permanecia inexpressivo para o consumo e tráfico de cocaína. Essa droga tinha seu uso elitizado na sociedade, com alto preço de comercialização, inibindo, portanto, a expansão naquela época. Ademais, o Brasil permanecia deseixado da rota do tráfico aos EUA, pois a comercialização para a Europa era pequena naquela época (RODRIGUES, 2012).

Com a expertise de comércio de ilícitos, decorrente de herança histórica, a Colômbia migra da produção de maconha para a cocaína e estabelece seus grandes cartéis. Diferente dos demais países produtores, esses grupos colombianos controlam todas as fases do tráfico e inclusive importam a matéria-prima dos demais produtores. Assim, os cartéis colombianos passam a obter grandes lucos e aumentam suas influências no nível político nacional.

Entretanto, a influência dos cartéis colombianos e do tráfico de cocaína no Brasil era incipiente, sem atratividade comercial e sem conexões com o mercado internacional.

3.5 A Pressão Estadunidense sobre o Narcotráfico Colombiano

Em resposta ao aumento da demanda de cocaína no interior dos EUA, o presidente Richard Nixon, em 1972, declara Guerra às Drogas – *War on Drugs*, identificando os psicoativos ilícitos como inimigos prioritários dos EUA, em uma clara escalada da repressão ao narcotráfico no país. Apesar de não ser uma declaração formal, a Guerra às Drogas permanece ativa atualmente e colocou o tema para além da questão de segurança pública,

transformando-o em nível de segurança nacional, vitimizado os EUA, na condição de país consumidor, e colocando os países produtores como agressores (RODRIGUES, 2012).

O surgimento de Pablo Escobar coincide com a ampliação do consumo da cocaína e a chegada do crack nos EUA na década de 1980. Assim, o número de usuários salta para cerca de 7 milhões naquele país e, em paralelo, ocorre o aumento de crimes relacionados ao uso de drogas nas cidades estadunidenses, bem como o incremento de gastos com serviços de saúde relacionados ao consumo de crack e cocaína (BARTER, 2001).

O cenário expansivo das drogas nos EUA levou o governo estadunidense a adotar medidas nos campos interno e externo para reduzir os impactos da cocaína e do crack no país. Internamente, destacam-se: o fortalecimento da *Drug Enforcement Administration* (DEA)¹³, agência federal destinada ao combate às drogas, na intensificação da repressão; o aumento de penas relacionadas ao combate ao tráfico; e as campanhas de conscientização sobre os efeitos maléficos do uso da cocaína e do crack (RODRIGUES, 2012).

No Campo externo, as ações envolveram desde a colaboração à pressão sobre os países produtores, incluindo programas de assistência financeira e de treinamento (RODRIGUES, 2012). Nesse ponto, “os Estados Unidos passaram a defender a militarização do combate ao narcotráfico, apoiando diretamente a formação de grupos de elite *antidrogas* em forças armadas latino-americanas” (LABROUSSE, 2010, p.10).

Ressaltando que, nesse período, houve aumento de poder dos grupos paramilitares e dos movimentos de guerrilha, em decorrência da expansão do tráfico de drogas na Colômbia, o qual financiava de diversas maneiras esses movimentos armados (LABROUSSE, 2010).

Adicionalmente, os EUA cunhou, na década de 1980, o termo “narcoterrorismo” para classificar a associação entre o narcotráfico e as guerrilhas. Esse conceito viabilizou o aumento da repressão militarizada do governo colombiano às guerrilhas locais (LABROUSSE, 2010).

A Guerra às Drogas, decretada pelos EUA, fez com que a Colômbia militarizasse o combate ao tráfico, aumentando os níveis de violência e instabilidade no país. Agravado pelo conceito de “narcoterrorismo”, somando aos problemas de enfrentamento do Estado os grupos de guerrilha existentes no país.

13 Criada em 1973 pelo presidente Richard Nixon, no contexto da declaração guerra às drogas, a DEA tem o propósito de coordenar, a nível federal, as atividades de controle de drogas nos EUA (RODRIGUES, 2012).

Com o envolvimento direto das Forças Armadas nessa questão, coube, prioritariamente, à ARC ações nos rios e litorâneas, valendo-se principalmente de embarcações menores e de fuzileiros navais.

3.6 A Fragmentação dos Grandes Cartéis Colombianos

Uma das consequências das ações de combate às drogas adotadas pelo governo colombiano foi a postura de guerra ao Estado declarada por Escobar, a qual não foi apoiada pelo Cartel de Cali. Portanto, o Cartel de Medellín realizou uma série de assassinatos contra integrantes do governo e do Cartel de Cali (BOWDEN, 2001). Tal rivalidade entre os dois principais cartéis da Colômbia contribuiu para que esse último ajudasse nas ações que conduziram à morte de Escobar em 1993 (LABROUSSE, 2010).

Com o enfraquecimento do Cartel de Medellín, o Cartel de Cali chegou a controlar 80% do tráfico de cocaína para os EUA, mas logo foi desmantelado por ter se tornado foco das ações do governo colombiano e da política antidrogas estadunidense para a região (LABROUSSE, 2010).

O efeito da intensa repressão aos dois maiores cartéis colombianos não foi a redução do tráfico de cocaína, mas a pulverização dessas organizações, a partir da segunda metade da década de 1990, passando de menos de uma dezena para mais de uma centena de cartéis de médio e pequeno porte, conhecidos como “Los Cartelitos” (LABROUSSE, 2010).

Sobre o comércio das drogas nos EUA, Wagner é categórico ao afirmar que para sufocar o mercado das drogas não basta a repressão, pois é uma questão de oferta e procura, conforme a seguir:

O problema que nossa sociedade enfrenta hoje é como quebrar a conexão entre nossa demanda por drogas e a disposição de muitos países de fora para suprir esse comércio altamente lucrativo. Este é o mesmo problema que enfrentamos desde que os narcóticos e a cocaína foram proibidos pelo Harrison Narcotic Act de 1914, e ainda não o derrotamos, apesar dos gastos atuais de aproximadamente US\$ 20 bilhões por ano na “guerra às drogas” (WAGNER, 2003, p. 6-7).

Além disso, os traficantes passaram também a expandir suas redes, possibilitando a conquista de novos mercados, particularmente na Europa. Até então, os cartéis conduziam os carregamentos até o caribe, de onde o comércio era terceirizado para a Europa. Com o

fortalecimento e a capilarização das estruturas, passou-se a dispensar os intermediários locais (LABROUSSE, 2010).

Consequentemente, houve o aumento da esfera de influência desses pequenos cartéis. Com estruturas menores e descentralizadas, a presença do tráfico de cocaína junto ao mercado consumidor, traz novas dificuldades para o combate dessa ilegalidade pelos Estados. “Los Cartelitos” atuam independentes e, pelo tamanho e segmentação das atividades, os órgãos de repressão têm óbices para detectar, acompanhar e reprimir as atividades do tráfico de drogas.

O mercado da cocaína afeta a economia fragilizada dos países produtores. Oferece oportunidade de emprego e salários mais vantajosos que as atividades econômicas lícitas regulares, como, por exemplo, a agrícola. Além disso, o tráfico de drogas transborda para além do plantio e o comércio, necessitando de estruturas, tais como: laboratórios de refino e pistas de pouso, as quais também oferecem empregos vantajosos (WAGNER, 2003).

Evidencia-se, portanto, as consequências da limitada capacidade estrutural do Estado, ligadas as falhas de interconectividade, propiciando atratividade às populações isoladas e desassistidas para migrarem ou se estabelecerem na economia ilegal do narcotráfico.

A política estadunidense proibicionista para a questão das drogas não deteve o crescimento interno da procura pelos ilícitos. Ademais, influenciou, com sucesso, a adoção da mesma postura no cenário internacional e, da mesma forma como no cenário doméstico, as medidas proibicionistas não trouxeram o efeito esperado.

No caso da cocaína, a concentração dos centros produtores em países com estruturas socioeconômicas combalidas potencializou o comércio internacional dessa droga. Com o incremento das ações repressivas aos grandes cartéis colombianos, inclusive com a militarização da questão, ocorreu a pulverização e expansão das estruturas do tráfico de drogas, ampliando ainda mais o tráfico de cocaína. Portanto, pode-se dizer que a adoção de ações voltadas somente para o viés da repressão tendem a não resolver a questão.

3.7 O Tráfico de Cocaína na Atualidade

Segundo o Relatório Mundial sobre Drogas 2022¹⁴ – *World Drug Report 2022*, da UNODC, 21,5 milhões de pessoas usaram cocaína, em 2020, em todas as regiões do planeta

14 O relatório utiliza os dados coletados até o ano de 2020.

(FIG. 9 e 10), o que corresponde a 0,4% da população mundial entre 15 e 64 anos. A área de cultivo de coca, restrita quase que exclusivamente a Colômbia, Peru e Bolívia, permaneceu praticamente inalterada, em 234.200 hectares, enquanto que a produção de cocaína atingiu novo recorde com 1.982 toneladas¹⁵, um crescimento de 11% em relação ao ano anterior (ONU, 2022a).

A produção de cocaína mais que dobrou, quando o mercado voltou a crescer em 2014. Além disso, dados estatísticos sugerem que as interceptações do tráfico de cocaína estão crescendo, mas acompanhando a oferta do produto no mercado mundial, atingindo, em 2020, 1.424 toneladas¹⁶ em apreensões. Destaca-se, ainda, que as interceptações pelo mar cresceram, tendo alcançado, em 2021, 89% do total das apreensões (ONU, 2022a).

A América do Sul mantém a liderança no volume de carga capturada, com mais de 60% do total (FIG. 11). A América do Norte ainda se mantém com elevada quantidade de apreensões, mas reduziu em relação ao todo. Além disso, observa-se uma inversão nos volumes de retenções do Caribe e da América Central, indicando um aumento da quantidade traficada pela via Pacífico-América Central e uma redução na rota do Caribe (ONU, 2022a).

No cômputo total, o Continente Americano segue com mais de 80% das apreensões, aderente ao fato de contar com a quase totalidade da fabricação e o maior mercado consumidor. Nesse aspecto, os quatro países que detém as mais avultosas quantidades de apresamento de cocaína estão nesse continente (FIG. 12 e 13). Em primeiro, a Colômbia, o maior produtor de cocaína, com 41%, seguido pelos EUA, o primeiro colocado em consumo, com 11% (ONU, 2022a).

A Europa, segundo maior continente consumidor de cocaína, também obteve aumento considerável em apreensões no último quinquênio. Somando ao crescimento no número de tratamentos de transtornos relacionados ao uso dessa droga na Europa nos últimos anos, indicam tendência de elevação do consumo de cocaína, a qual apresenta, também, valores de mercado mais lucrativos que o estadunidense (ONU, 2022a).

Outra mudança considerável foi a maior dispersão dos laboratórios de processamento, onde estão sendo utilizados diversos países intermediários, como Brasil e Equador, bem como destinatários finais (LABROUSSE, 2010). Com relação a esses últimos,

15 Quantidade ajustada ao grau de pureza de 100%.

16 Quantidade apreendida sem ajuste de pureza.

cita-se o caso na Holanda, onde foi descoberto o maior laboratório de processamento de cocaína na Europa em 2020. (GUY, 2020).

Na África, o volume de cocaína traficada permanece baixo em relação ao volume mundial e a outras substâncias. Contudo, as apreensões crescentes, particularmente na costa ocidental do continente, indicam a importância de África como ponto de trânsito do tráfico de cocaína entre a América do Sul e a Europa (ONU, 2022a).

De forma similar, a Ásia apresenta baixo consumo interno de cocaína, mas vem crescendo sua funcionalidade como ponto de trânsito para o destino final na Austrália, conforme as estatísticas de apreensões recentes (ONU, 2022a).

A cocaína é o principal produto traficada na Oceania. Estima-se que 2,7% da população entre 15 e 64 anos fez uso de cocaína em 2020, sendo o continente que detém o maior percentual de habitante que usam essa droga, com cerca de 730.000 pessoas. A Austrália é o grande centro consumidor da região, seguido da Nova Zelândia. Esse mercado é bastante promissor em função da demanda e do preço final do produto (ONU, 2022a).

Após conhecer os locais de produção e os principais centros de consumo, é importante identificar as rotas do narcotráfico da cocaína (FIG. 14), compreendendo os caminhos efetivamente percorridos e os modais de transporte utilizados pela cocaína e seus subprodutos, desde os centros produtores, até os consumidores.

As duas rotas que demandam a América do Norte são as que, juntas, apresentam o maior volume comercial, visando a atender principalmente o mercado consumidor estadunidense. A rota caribenha escoia a produção valendo-se de diversos países como entreposto, utilizando os modais aéreo e marítimo, aí inclusos aeronaves de pequeno porte ou comerciais, pesqueiros, veleiros e submersíveis especificamente fabricados para transporte de drogas, até atingir os EUA no próprio Mar do Caribe ou pela costa atlântica daquele país. Essa rota vem perdendo espaço em função das medidas de fiscalização utilizadas pelos EUA (ONU, 2022a).

A rota Pacífico-América Central tornou-se a principal, considerando que 74% da cocaína de origem colombiana destinada aos EUA proveio dessa rota. Envolve países de trânsito como o México, devido à proximidade do destino final, Equador, proximidade dos países produtores, e países da América Central. Emprega modais marítimo, terrestre e aéreo para transportar a cocaína (ONU, 2022a).

O mercado europeu é suprido diretamente pelos países sul-americanos ou via África, sendo Brasil, Colômbia e Equador os maiores fluxos de partida com destino à Europa (ONU, 2022a). O Brasil é o principal país de trânsito para aquele continente e o modal marítimo é o mais utilizado, valendo-se navios contêineres, veleiros, pesqueiros e submersíveis¹⁷. A Colômbia é o principal fornecedor, com 68% da cocaína disponibilizada nesse mercado e, também, o principal porto de partida (BARGENT, 2021).

A rota africana para a Europa cresceu mais de dez vezes em cinco anos, sem aumento de consumo significativo naquele continente, o que comprova a utilização dos diversos países africanos como entrepostos, particularmente aqueles situados na costa oeste do continente. Os locais de chegada na Europa são, normalmente, Portugal e Espanha e o principal meio de transporte é o marítimo. A maioria das apreensões realizadas nessa rota são provenientes do Brasil, tanto na parcela que permanece na África, quanto a com destino à Europa. Assim, o Brasil é o maior país de trânsito nessa rota (ONU, 2022a).

Já na rota direta da América do Sul para a Europa, a Colômbia é o principal fornecedor e porto de partida. Essa rota atinge a Europa via Mar Mediterrâneo ou Mar do Norte, sendo Espanha, Holanda e Bélgica os principais recebedores da cocaína para posterior distribuição na Europa ou consumo interno. O transporte marítimo, também, é o principal modal, valendo-se de navios contêineres, veleiros, pesqueiros e submersíveis (ONU, 2022a).

Os mercados asiático e do Oriente Médio representam menos de 1% do tráfico de cocaína, mas possuem diversas rotas. Pelo volume do tráfico apreendido, verifica-se que o Sudeste Asiático, particularmente a Malásia, tem sido o principal ponto de chegada na Ásia, bem como entreposto para a Austrália. Embora haja imprecisão nos dados estatísticos de emprego dos modais marítimo e aéreo, o Brasil se destaca como principal ponto de partida para esse comércio, uma vez que 46% da cocaína apreendida na Ásia, entre 2015 e 2021, passou pelo Brasil, seguido por Peru, com 24%, e Equador, com 14% (ONU, 2022a).

A partir dos anos 1980, o Brasil passou a ter significância como rota do tráfico de cocaína. A estrutura do tráfico encontrou nas favelas e nas comunidades carentes dos grandes centros urbanos, principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, locais ideais para se estabelecerem e gerenciarem o comércio internacional de cocaína, com destaque para o mercado consumidor europeu (RODRIGUES, 2012).

17 Submersível incluído pelo autor em função da matéria veiculada na BBC News Brasil, "O 'submarino de cocaína' que expõe o problema europeu com a droga", onde relata-se a apreensão de um submersível transportando cocaína por autoridades espanholas no litoral da Galícia (BEAKE, 2023).

A análise dos mercados consumidores de cocaína apontam para a manutenção da América do Norte com o maior volume, mas decrescendo percentualmente em função do aumento da demanda na Europa e na Oceania, regiões que possuem potencial de crescimento e preços atrativos.

África e Ásia permanecem sem muita alteração nos seus mercados, em função, principalmente, da concorrência de outras drogas. Contudo, tais regiões permanecem como rotas de passagem à Europa e à Oceania, respectivamente.

Conjugando mercados consumidores, principais rotas e preços da cocaína nos países consumidores (TAB. 2), pode-se dizer que, além das questões oferta e procura, as quais ditam a precificação de qualquer produto no mercado, o incremento ao preço de custo da cocaína varia basicamente em função de dois aspectos: proximidade dos países produtores e dificuldades a serem suplantadas no transporte. Essa última, envolvendo questões como a quantidades de fronteiras a serem atravessadas, os modais de transporte empregados e a legislação antidrogas dos países. Isso explica o porquê dos consumidores de cocaína na Austrália pagarem mais de cem vezes o valor praticado na Colômbia.

Essa contextualização explica, também, a perda de mercado dos EUA para a Europa e Oceania, apesar de manter-se na liderança. Nesse aspecto, as distâncias a serem transpostas tornam-se atrativas pelo preço final pago, assim como pelos menores riscos que os traficantes são potencialmente expostos às legislações mais brandas nos países de destino. Soma-se a essas questões o maior potencial de expansão dos mercados na Europa e na Oceania.

Com o aumento da representatividade do mercado europeu, o Brasil ganha importância como entreposto comercial. Além disso, o volume negociado e a proximidade dos países produtores tornam o preço atrativo ao mercado consumidor brasileiro. Consequentemente, o Brasil passa a ser ator relevante na geopolítica da cocaína.

O aumento da importância do Brasil nessa geopolítica traz impactos significativos ao país, uma vez que o aumento das drogas na sociedade brasileira e a crescente influência das Organizações Criminosas (OrCrim), ligadas a essa atividade, trouxeram degradação à segurança pública nos grandes centros urbanos. A sobrecarga dos órgãos de segurança pública responsáveis pela repressão ao tráfico de drogas levou as Forças Armadas à apoiarem esse enfrentamento, cuja forma de atuação será apresentada posteriormente.

3.8 O Governo Colombiano no Enfrentamento ao Narcotráfico a partir de 2000

A Colômbia iniciou o processo de repressão militarizada ao tráfico de cocaína na década de 1980, sob influência dos EUA. Essa persuasão estadunidense utilizou os vetores político, militar e financeiro, tendo alcançado seu ápice com a celebração do Plano Colômbia em 1999 (LABROUSSE, 2010).

O fracasso nas negociações de paz com as FARC e a desastrosa zona desmilitarizada estabelecida, a qual permitiu ampliar a capacidade logística e de recrutamento daquele grupo guerrilheiro, fez com que a já debilitada estabilidade social do país piorasse. Conseqüentemente, a popularidade e a aceitação do presidente colombiano, Andrés Pastrana (1998-2002), chegou a níveis preocupantes em 1999 e forçou àquele presidente solicitar ajuda aos EUA. Assim, nascia em 1999 o Plano Colômbia (ROSEN, 2014).

Em 13 de julho de 2000, o Plano Colômbia foi sancionado pelo presidente estadunidense Bill Clinton (1993-2001), após intensos debates no congresso dos EUA e algumas alterações ajustadas entre países, tornando-o mais direcionado ao enfrentamento militar do narcotráfico, aderente à política antidrogas dos EUA (ROSEN, 2014).

Por conseguinte, o Plano Colômbia aumentou a inserção das Forças Armadas Colombianas para atuação nas ações de segurança pública, em detrimento da destinação principal de defesa da Pátria.

Aquele plano foi conformado para atender aos interesses da política externa estadunidense, pois a situação fragilizada do governo colombiano restringiu significativamente suas capacidades de negociar com os EUA (ROSEN, 2014).

Nesse aspecto, Jonathan D. Rosen cita o seguinte:

Na realidade, Washington criou o Plano Colômbia e desenhou a estratégia de acordo com suas metas e objetivos. É importante ressaltar que uma versão em espanhol não existia até vários meses após a criação do documento em inglês, o que prova que os Estados Unidos definiram a agenda e desenvolveram o Plano Colômbia segundo os objetivos, prioridades e estratégias de Washington (ROSEN, 2014, p. 39, tradução própria).

Portanto, o envolvimento dos EUA vai além da Guerra às Drogas. A defesa dos interesses geopolíticos e econômicos, mantendo presença militar na região, bem como exercendo influência sobre o Canal do Panamá, cujo controle dessa importante passagem

entre os Oceanos Atlântico e Pacífico foi entregue às autoridades panamenhas em 1999 (LABROUSSE, 2010).

Sobre a presença militar estadunidense na Colômbia, o governo brasileiro, assim como a maioria dos países da América do Sul, posiciona-se desfavoravelmente, pois considera que a solução não demanda militarizar ainda mais o enfrentamento ao narcotráfico, sobretudo por tropas de outro país (CASTRO, 2009).

O Brasil, portanto, manteve a postura histórica da política externa brasileira de não intervenção e de respeito à soberania e à integridade territorial da Colômbia. Contudo, posicionou-se francamente quanto à não militarização da região amazônica, principalmente por países exógenos ao subcontinente (CASTRO, 2009).

Em 2016, após o estabelecimento do acordo de paz entre o governo colombiano e as FARC, o Plano Colômbia foi substituído por um novo acordo bilateral EUA-Colômbia, o *Peace Colombia* – Paz Colômbia. Essa iniciativa, assinada nos governos de Barack Obama (2009-2017) e Juan Manuel Santos (2010-2018), foca em três pontos: consolidar o processo de paz e redução de narcóticos, expandir a presença do Estado colombiano e Promover a justiça e outros serviços essenciais para as vítimas do conflito. (LINDSAY-POLAND, 2018).

Apesar das diferentes relações entre os governos colombiano e estadunidense desde o início do Plano Colômbia, as quais resultaram em distintas pressões e aportes de recurso dos EUA à Colômbia, a política externa estadunidense manteve-se presente, nos campos militar, político e financeiro, em apoio à Guerra às Drogas (ROSEN, 2014).

Destaca-se que os EUA incentivam o modelo de combate militarizado ao tráfico de drogas em diversos países. Entretanto, o Brasil, ao contrário da Colômbia, não foi afetado por esse modelo, permanecendo o enfrentamento fora do escopo prioritário das Forças Armadas Brasileiras (ROSEN, 2014).

Ao analisar o aporte de recursos de segurança e de apoio militar destinados, anualmente, pelos EUA à Colômbia (TAB. 3) e conjugá-los com os períodos em que os presidentes de ambos países exerceram seus cargos (TAB. 4), pode-se identificar a constância no apoio financeiro dos EUA, com uma média anual de US\$ 462 milhões, para o período de 2000 a 2022.

Ressalta-se que o suporte financeiro e de financiamentos dos EUA acabavam refinanciando a indústria de defesa estadunidense, principalmente nas aquisições militares

colombianas, de forma a reforçar a capacidade militar para lutar às drogas (LABROUSSE, 2010).

Apesar de todas as ações desenvolvidas para o combate ao narcotráfico ao longo dos anos, a Colômbia continua a ser o maior produtor e exportador de cocaína do planeta, com 61% da área de cultivo de coca. Embora a área de cultivo de coca tenha reduzido em 7,1% de 2019 para 2020, a fabricação potencial de cocaína aumentou em 8% no mesmo período, atingindo 1.228 toneladas. Isso se deve a melhoria do processo produtivo, explicado pelo fato de 87% das áreas de cultivo estarem em uso por ao menos dez anos contínuos, o que permite evoluções nas práticas agrícolas e melhoras no processamento das folhas de coca, normalmente decorrentes da proximidade dos laboratórios (ONU, 2022a).

Apesar de toda infraestrutura aportada no combate ao narcotráfico na Colômbia, a solução desse problema perpassa, também, por enfrentar às questões históricas, ligadas à herança político-cultural daquele país, como, por exemplo, o isolamento de algumas regiões e a consequente ausência do Estado nessas áreas, contribuindo para o estabelecimento de poderes paralelos, como é o caso do narcotráfico.

Quando comparado os dados referentes aos anos de 2019 e 2020, percebe-se o incremento de 10% na produção das folhas de coca por hectare, saltado de 5,8 para 6,4 toneladas, associado ao aumento de 18% na produção do cloridrato de cocaína processado por hectare de folha de coca extraído, aumentando de 6,7 para 7,9 quilogramas (ONU, 2022a).

Ao analisar a evolução da área de plantio de coca na Colômbia (FIG. 15 e 16), percebe-se pouca oscilação a partir de 2016. Contudo, houve um grande aumento na área plantada de coca entre 2013 a 2016, onde os locais de cultivo mais que triplicaram nesse período, que corresponde as tratativas de acordo de paz entre as FARC e o governo colombiano, encerrado em 2016. Após isso, ainda houve crescimento, mas a área de plantio regrediu ao patamar de 2016 e permanece sem grandes alterações (ONU, 2022).

As ações adotadas pelo governo colombiano para enfrentar o narcotráfico permanecem com o enfoque repressivo e sobre a liderança das Forças Armadas, conforme a influência político-diplomática estadunidense, refletida, sobretudo, por treinamento dos efetivos militares, suporte financeiro e pressão política.

Depois do processo de fragmentação dos cartéis de Cali e Medellín, os traficantes passaram a operar com estruturas menores, com grande capilaridade e controlando todas as etapas do tráfico. “Los cartelitos” aumentaram seus ganhos e influência no país.

A militarização do combate a essas estruturas debilita a economia colombiana e atrai, ainda mais, a população para a economia ilegal da cocaína. Apesar do sucesso no acordo de paz com as FARC, permitindo alguma estabilidade na Colômbia, a cocaína e as estruturas do tráfico permanecem fornecendo cocaína ao mercado internacional.

Os investimentos e financiamentos do governo dos EUA para aquisição de equipamento para as Forças Armadas Colombianas combaterem os narcotraficantes permitem manter a política de enfrentamento e trazem retorno à indústria de defesa estadunidense, mantendo a influência na região.

Contudo, essa influência dos EUA, sobretudo militar, é fonte de desconfiança para os países da região, em especial o Brasil. Nesse ponto, o país revelou preocupação, sobretudo, quanto à presença militar exógena na região amazônica.

3.9 Impactos da Cocaína Colombiana no Brasil

No início do século XX, o Brasil adotou uma postura semelhante à estadunidense, quanto à criminalização da cocaína. A Conferência de Haia, em 1912, contribuiu para que fosse promulgado o Decreto nº 14.969, de 3 de setembro de 1921, o primeiro ato condenando a utilização de psicoativos para fins não médicos. Em 1967, a Convenção Única sobre Entorpecentes, de 1961, é incorporada à legislação brasileira. Contudo, foi somente pela Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, também chamada de Lei de Tóxicos, que foi consolidado o proibicionismo adotado no Brasil, a despeito de várias legislações expedidas posteriormente (RODRIGUES, 2012).

O Brasil manteve-se alinhado à política de Guerra às Drogas, reforçando as ações de enfrentamento, a exemplo do estabelecimento da “Lei do Abate” – Decreto nº 5.144, de 16 de julho de 2004, permitindo derrubar voos clandestinos sob determinadas condições no espaço aéreo nacional. Entretanto, a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, estabeleceu a distinção entre traficantes e usuários. Esses últimos, sendo encarados como um problema de saúde pública (RODRIGUES, 2012).

Contudo, houve uma alteração significativa na participação das Forças Armadas Brasileiras no enfrentamento às drogas, por meio da Lei Complementar n° 136, de 25 de agosto de 2010, regulamentando o emprego nas operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), atribuindo poder de polícia às Forças Armadas na faixa de fronteira e águas interiores e mar territorial (RODRIGUES, 2012).

Normatizou, também, o emprego nas operações de segurança pública, permitindo a aplicação da Marinha e do Exército em uma força de pacificação no Complexo do Alemão – conjunto de favelas no Rio de Janeiro, denominada Operação Arcanjo. As tropas permaneceram por cerca de dois anos e se retiraram com o estabelecimento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), que visavam a manter a presença do Estado na região, promovendo cidadania à população (RODRIGUES, 2012).

Apesar da maior inserção das Forças Armadas no combate ao tráfico de drogas, diferentemente do modelo colombiano, o Brasil manteve as questões de enfrentamento no âmbito da segurança pública, inserindo os militares em apoio aos órgãos de segurança pública ou preenchendo lacunas de capacidades daqueles órgãos. Tal cenário evidencia as diferentes abordagens dos *modus operandi* das Forças Armadas Brasileiras e Colombianas e, portanto, suas Marinhas.

As ações dos EUA na Colômbia, principalmente depois do Plano Colômbia, trouxeram preocupações a diversos países na América do Sul, inclusive o Brasil. Além das questões diretamente ligadas a intervencionismos na região, já abordadas, existe o risco das guerrilhas, dos narcotraficantes e dos paramilitares adentrarem ao Brasil, decorrente das pressões militares no interior da Colômbia (LABROUSSE, 2010).

A ampliação dos negócios dos diversos cartéis alcança o Brasil nos anos 1990 e encontra condições para se estabelecer e se desenvolver, tanto no comércio internacional, quanto no mercado interno de cocaína. Nesse ponto, Thiago Rodrigues descreve o seguinte:

No caso brasileiro, o narcotráfico finca suas bases no sistema penitenciário e de lá para os morros, favelas e periferias, passando nos anos 1990 a influenciar instituições públicas através de ligações com políticos profissionais, funcionários públicos, juízes, policiais e militares (RODRIGUES, 2012, p. 65 e 66).

O Brasil é o segundo país que mais recebe cocaína no planeta, atrás apenas dos EUA (ONU, 2022a). Estima-se que, ao menos, 30% da cocaína que chega ao Brasil é exportada.

Nesse aspecto, a rota Brasil-Europa é a segunda maior e o modal marítimo é o principal utilizado para alcançar o segundo maior mercado consumidor de cocaína (ABREU, 2017).

Além da Europa, a cocaína que sai do Brasil chega, também, à África, para distribuição interna ou para alcançar a Europa, à Ásia e à Oceania (ONU, 2022a).

A posição geográfica do Brasil, próxima aos países produtores e com grandes fronteiras propícias ao comércio ilegal, bem como a posição no subcontinente sul-americano projetada ao mercado internacional, sobretudo pelo mar, faz do país um centro de distribuição para o tráfico de cocaína (ONU, 2022). Além disso, o menor custo em função da proximidade dos países produtores, conjugado ao tamanho da população brasileira, faz a cocaína ser acessível e promissora no mercado interno (LABROUSSE, 2010).

A política de enfrentamento ao tráfico de drogas, somada ao fortalecimento das OrCrim, decorrente do aumento da demanda pelos mercados interno e externo, transformou os territórios ocupados por tais grupos em verdadeiras zonas de conflito com as polícias. Esse enfrentamento, por vezes, enfraqueceu tais OrCrim e abriu espaço para surgimento de grupos dissidentes. Portanto, o embate entre forças de segurança e traficantes fez surgir novas OrCrim e, como no caso estadunidense, ocorreu o fortalecimento do tráfico de drogas no Brasil (RODRIGUES, 2012).

Atualmente, o Brasil conta com diversas OrCrim, sendo o Primeiro Comando da Capital (PCC) o principal grupo na atualidade, com importantes conexões, não só na América do Sul, mas também em várias partes do mundo. O PCC, portanto, ganhou relevância no cenário internacional e suas ações transbordam o tráfico de drogas e atingem outros segmentos, tais como: o tráfico de armas, a lavagem de dinheiro, o tráfico de pessoas e contrabandos diversos (RODRIGUES, 2012).

As diversas OrCrim, tais como o PCC, o Comando Vermelho (CV) e os Amigos dos Amigos (ADA), gerenciam as diversas rotas brasileiras (FIG. 17) utilizadas para o tráfico de cocaína, com destaque para as duas principais: a rota solimões e a rota caipira. Essa última parte dos países produtores e chega ao interior do Estado de São Paulo para, depois, alcançar os portos do país. Chega ao Brasil, utilizando diversos artifícios, como, por exemplo, aviões de pequeno porte, caminhões de carga e embarcações operando em diversos rios, como o Rio Paraguai (ABREU, 2017).

A rota do Rio Solimões, utiliza a bacia hidrográfica do Amazonas para alcançar as cidades de Manaus e Belém, chegando depois à região nordeste do país ou, até mesmo, aos portos do sudeste (ABREU, 2017).

Assim como a maioria dos países, o Brasil adotou o modelo proibicionista estadunidense do uso e comércio de drogas. Contudo, a postura de enfrentamento difere do modelo colombiano, por tratar a questão como de segurança pública, cuja direção compete aos órgãos de segurança pública das esferas federal, estaduais e municipais. Cabendo às Forças Armadas apoiar tais órgãos ou atuar no comando de situações específicas¹⁸.

Haja vista o volume de drogas movimentado no país, o Brasil é consideravelmente afetado pelo tráfico de cocaína e crack, tanto por ser mercado consumidor, quanto por ser país de trânsito para o mercado internacional.

Nesse sentido, o problema de segurança pública é amplificado pela vulnerabilidade social das populações e pela incapacidade do Estado em prover segurança às populações sob influência das OrCrim, nas diversas favelas e comunidades carentes no Brasil.

Merece destaque o fato do grande volume de cocaína que transita nos rios e águas interiores do país, nos diversos portos e no Atlântico Sul. Nesse contexto, a presença da MB, em conjunto com os diversos órgãos de segurança pública que atuam nessas áreas, é necessária para coibir o tráfico de drogas nessas regiões.

A presente seção procurou, ao identificar as principais características da folha de coca, destacar que é necessário, ao menos, dezoito meses para que a planta possa crescer e fornecer a primeira colheita, bem como constatou que, inicialmente, as folhas de coca não eram exploradas comercialmente, em função da perda de suas características nas longas viagens de navio a época.

Identificou o processo que isola os alcaloides das folhas de coca e produz a cocaína, bem como suas características, com destaque para o efeito torpor e energético, com aplicações na medicina e na área militar.

Ao discorrer sobre o comércio legal, verificou-se, na segunda metade do século XIX, um fluxo comercial das folhas de coca da América do Sul para processamento em

18 Tais situações estão tipificadas, como atribuições subsidiárias, nos Art. 16-A e 17, da Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, modificadas pela Lei Complementar n° 136, de 25 de agosto de 2010, onde se destaca a atuação preventiva e repressiva, na faixa de fronteira terrestre, no mar e águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação (BRASIL, 1999).

laboratórios na Europa. Porém, a Holanda logo viabilizou plantações de coca em sua colônia em Java, reduzindo a importância das colônias espanholas na América.

Na análise do processo de proibição, identificou-se os EUA como peça-chave para induzir as proibições a nível global. Decorrente de pressões sociais internas, por conta de questões religiosas e devido ao incremento no número de dependente de cocaína naquele país, os EUA exerceram pressão para adoção da proibição da comercialização da cocaína, culminado nas convenções, assinadas por Brasil, Colômbia e EUA, impondo várias medidas reguladoras, as quais não tiveram o efeito esperado, mas sim aumentaram o comércio da cocaína.

Na análise da formação dos cartéis colombianos, verificou-se que as medidas proibitivas fizeram desaparecer as produções em Java e, conseqüentemente, permitiu a ascensão das produções na Bolívia, no Peru e na Colômbia. Consonante com a herança política, social e geográfica existente na Colômbia, esse país substituiu a produção de maconha pelas folhas de coca, formando grandes cartéis para controlar todo o comércio, não se restringindo a venda da commodity, como era feito no Peru e na Bolívia. Conseqüentemente, os cartéis colombianos rapidamente se tornam os maiores fornecedores de cocaína e os responsáveis por abastecer o maior mercado consumidor, os EUA.

O aumento da demanda por cocaína nos EUA, fez aquele país declarar Guerra às Drogas, pressionando a adoção do enfrentamento militar pela Colômbia, além de treinamento e aporte financeiro recebidos, culminando com o Plano Colômbia. A consequência dessas ações não foi o término dos cartéis, nem a redução do tráfico de drogas, mas a pulverização dos cartéis, a partir da segunda metade da década de 1990, em estruturas menores e com maior capilaridade no tráfico internacional.

Ao explicar o tráfico de cocaína atual, pode-se concluir que a Colômbia se mantém como grande produtor e os EUA, como o maior mercado consumidor, mas perdendo espaço para o crescente mercado europeu. Além disso, o Brasil apresenta-se como o segundo mercado consumidor, dado os preços mais baixos e sua grande população, bem como o maior entreposto do tráfico para a Europa, Ásia, Oceania e África, destacando-se as rotas marítimas para escoar a cocaína.

Expôs-se, também, o processo de crescimento do tráfico de cocaína no Brasil, onde as OrCrim instalaram-se em favelas e comunidades carentes das principais cidades no país. Além disso, o combate pelas forças de segurança pública dessas OrCrim fez surgir grupos

dissidentes e, a exemplo do ocorrido nos EUA e na Colômbia, ampliou as atividades correlacionadas ao tráfico de cocaína no país.

Destacou-se, também, que as rotas do tráfico, no Brasil e a partir desse, utilizam de forma significativa as águas interiores, as estruturas portuárias e o Atlântico Sul. Cabendo grande parcela de responsabilidade para combater tais atividades aos órgãos de segurança pública, com atribuições nessas áreas, e à MB, em apoio a esses órgão ou por iniciativa própria, em situações específicas previstas em lei, seja nas suas atribuições de Forças Armadas ou como Autoridade Marítima Nacional.

Portanto, o tráfico de cocaína impactou a segurança e a estabilidade social no Brasil, que optou por manter o enfrentamento na esfera de segurança pública, com apoio das Forças Armadas, diferentemente do modelo adotado pela Colômbia.

Na esfera internacional, o combate aos cartéis permanece ativo e a produção de cocaína segue crescente, com os EUA mantendo as assistências militares e financeiras, mesmo após o acordo de paz com as FARC. Nesse contexto, evidenciou-se o posicionamento contrário do Brasil ao envolvimento militar dos EUA na Colômbia, particularmente em relação à presença militar estadunidense na região amazônica.

Pode-se dizer que a cocaína é uma das drogas mais perigosas na atualidade, considerando a combinação de fatores, pois movimentada toda uma rede de ilegalidades em escala global, a qual transborda o tráfico de drogas para outras áreas de atuação, como a lavagem de dinheiro, o tráfico de armas e as redes de corrupção estatais. Todas essas atividades ilegais vão minando as estruturas sociais, normalmente já combatidas, nos países em que se hospedam e afetam a estabilidade desses Estados. Portanto, o Brasil é consideravelmente impactado pelo tráfico de cocaína presente no país.

4 AS MARINHAS BRASILEIRA E COLOMBIANA CONTRA O NARCOTRÁFICO

Após concluir que o enfrentamento ao tráfico de cocaína com emprego das Forças Armadas permanece ativo na Colômbia e há impactos consideráveis no Brasil, decorrentes dessa atividade ilícita. Essa seção identificará e analisará as alterações sofridas na ARC, a partir de 2000, e como essas alterações, conjugadas com o narcotráfico a partir da Colômbia, afetaram o Poder Naval Brasileiro.

Para tal, comparará, de forma quantitativa e qualitativa, as mudanças ocorridas na ARC, a partir do ano 2000, quanto aos aspectos de planejamento organizacional, de orçamento anual, de variação de efetivo, de alterações estruturais e de evolução do meios navais, de forma a identificar como o enfrentamento ao narcotráfico moldou e permanece, ainda, influenciando a Marinha daquele país.

Sequencialmente, analisará as alterações sofridas na MB, no mesmo período considerado, abarcando, além dos aspectos abordados no estudo da ARC, o relacionamento entre essas Marinhas, a fim de identificar as alterações sofridas no Poder Naval Brasileiro, decorrentes do narcotráfico ou das mudanças na ARC.

Por fim, serão apontadas possibilidades de alterações na estratégia da MB, decorrentes das análises de oportunidades ou ameaças, vislumbradas de forma prospectiva, dos assuntos constantes do presente estudo.

4.1 A Armada da República da Colômbia

A Constituição Política da Colômbia atribui ao Estado o monopólio do uso da força e o Presidente da República possui a competência para modificar a estrutura de execução dessa atividade (COLÔMBIA, 1991). Nesse aspecto, as Forças Armadas, constituídas pelo Exército, pela Armada Nacional e pela Força Aérea, e a Polícia Nacional pertencem à estrutura organizacional do Ministério da Defesa desde antes dos anos 2000 e compõem a Força Pública (COLÔMBIA, 1999). A última atualização dessa estrutura ocorreu em 2022 (FIG. 18) e a ARC permanece subordinada diretamente ao Comando-Geral das Forças Militares (COLÔMBIA, 2022).

A permanência da Polícia Nacional dentro da estrutura do Ministério da Defesa, junto às Forças Armadas, compondo a Força Pública, responsável pelo uso da força, materializa a

militarização do trato da segurança pública e do combate à cocaína, apontada na seção anterior.

4.1.1 A Visão Estratégica da Armada Nacional

As Forças Armadas Colombianas e, conseqüentemente, sua força componente, a ARC, mantém suas estratégias aderentes à dupla vocação, consolidada por anos de enfrentamento às questões de segurança pública, incluindo o combate ao narcotráfico, e pelas atividades de defesa da Pátria.

A estratégia é um dos fatores primordiais para o sucesso de qualquer organização, indica a direção-geral a ser percorrida e o resultado esperado ao final da jornada. Permite ao decisor uma forma clara de orientar a administração em todos os níveis organizacionais e acompanhar resultados (BOLMAN; DEAL, 1991).

Em 1998, foi desenvolvido uma metodologia para o desenvolvimento do planejamento de longo prazo, com moldura temporal de 20 anos, da estratégia naval da ARC, denominado Pentágono Naval (FIG. 19), cuja publicação ocorreu somente em 2007 (COLÔMBIA, 2020).

Para combater o tráfico de drogas, foi adotado pela ARC, no início de 2000, a estratégia naval conhecida como *Cerrando Espacios – Fechando Espaços*, consistindo no corte das linhas de comunicação do narcotráfico, empregando os meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para negar à força adversa a comercialização das drogas pelos rios, em áreas terrestres sob responsabilidade da Marinha e pelo mar, onde alcançou resultados expressivos com o apoio dos EUA (SOTO, 2016).

Como ponto de partida, pode-se afirmar que a missão da ARC foi redigida antes de 2000 e permaneceu inalterada até 2020 com o seguinte texto:

Contribuir para a defesa da Nação por meio do emprego efetivo de um poder naval flexível nos espaços marítimos, fluviais e terrestres sob sua responsabilidade, a fim de cumprir a função constitucional e participar do desenvolvimento do poder marítimo e da proteção dos interesses colombianos (COLÔMBIA, 2007, p. 4-14, tradução própria).

Com a promulgação, em 2020, do Plano de Desenvolvimento Naval 2042 – *Plan de Desarrollo Naval 2042*, a missão passou a ser:

Desenvolver operações navais para a defesa e a segurança nacionais e para a proteção dos interesses marítimos e fluviais, a fim de contribuir para o desenvolvimento sustentável do Estado (COLÔMBIA, 2020, p. 91, tradução própria).

A alteração da missão tornou-a mais direta e orientou a ARC na tarefa de desenvolver operações navais, desígnio precípua de uma Marinha. Contudo, não trouxe mudanças de capacidades ou outras orientações específicas, mantendo, entre outras, a possibilidade de atuar contra o tráfico de drogas.

O primeiro plano de longo prazo para a ARC foi estabelecido somente em 2011, cuja versão ostensiva foi publicada no ano seguinte, o *Plan de Desarrollo Naval 2030* – Plano de Desenvolvimento Naval 2030. Esse identificou a estrutura organizacional pretendida para a Marinha (COLÔMBIA, 2020). Contemplava a seguinte visão de futuro para ARC: “Uma Marinha mediana de projeção regional” (COLÔMBIA, 2015, p. 25, tradução própria).

Em 2020, é estabelecida uma nova visão de futuro para a ARC, por meio Plano de Desenvolvimento Naval 2042, com a seguinte redação:

Ser uma Marinha de projeção e influência regional, com tecnologia e capacidades para a defesa e segurança nacional, relevante para o desenvolvimento dos interesses marítimos e fluviais, reconhecida por sua integridade e contribuição para o progresso do país (COLÔMBIA, 2020, p. 91, tradução própria).

Ambas visões de futuro estabelecem a necessidade de projeção regional para ARC. Na versão atual, são inseridas metas, como a capacidade tecnológica e a contribuição para o progresso nacional.

O Plano de Desenvolvimento Naval 2042, assim como seu antecessor, mantém a necessidade da ARC atuar contra o narcotráfico, particularmente com as suas quatro Forças Navais e a manutenção de duas Forças-Tarefa específica para o combate a essa ameaça (COLÔMBIA, 2020).

O recente estabelecimento do planejamento de longo prazo impulsionou a ARC a novos horizontes, mantendo uma visão holística de suas necessidades, tais como: as questões históricas do Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina; e dos limites do mar territorial e plataforma continental. Não se limitando, portanto, às necessidades correntes de enfrentamento ao tráfico de drogas.

Apesar dessa evolução, verifica-se que o combate ao narcotráfico ainda é uma questão latente no planejamento da Marinha e a estratégia de Fechando Espaços permanece em vigor, com as ações de interrupção das linhas de comunicação do tráfico de drogas. Para

tal, a ARC mantém Forças-Tarefa específicas para essa atividade. Entretanto, percebe-se que, a partir de 2011, a ARC passou a considerar na configuração de sua Força aspirações típicas das Marinhas, particularmente a sua capacidade de influenciar pelo mar.

4.1.2 Os Recursos Orçamentários Colombianos

A Colômbia detém o maior percentual do PIB destinado à defesa da América Latina. Em termo absolutos, na ordem de US\$ 10 bilhões, fica atrás somente do Brasil (SIPRI, 2023).

Segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute – SIPRI*¹⁹ (TAB. 5), a parcela do PIB Colombiano destinado à Defesa manteve-se acima de 3% durante o período de 2000 a 2022, alcançando o percentual máximo de 3,89% em 2009. Considerando-se os valores anuais absolutos corrigidos²⁰, o setor de defesa recebeu, em linhas gerais, recursos crescente, iniciando com US\$ 4,338.10 bilhões, em 2000, e alcançando US\$ 10,295.32 bilhões, em 2022.

Somam-se a esses valores anuais a assistência financeira dos EUA à Colômbia (TAB. 3), cuja média é de US\$ 462 milhões, no período de 2000 a 2022.

A parcela destinada à ARC (TAB.6) representa montantes inferiores a 10% do orçamento do Ministério da Defesa desde 2000. Alcançou o percentual máximo de 8,1% em 2008 e, desde então, vem reduzindo anualmente, onde, em 2022, atingiu 4,6%. Soma-se a esse quadro, o crescente percentual do orçamento da ARC destinado a despesas de pagamento de pessoal, hoje na ordem de 68%.

Em termos absolutos, os recursos alocados diretamente à ARC mais que sextuplicaram desde 2000. Entretanto, ao considerar a inflação e corrigir os valores para o ano de 2022, o montante dobrou no mesmo período.

Releva destacar que, o orçamento de 2008 da ARC aumentou mais de 60% em relação ao ano de 2007 e os maiores recursos orçamentários recebidos pela Força Naval foram em 2013 e 2014. Esses incrementos se relacionam, possivelmente, às alterações estruturais e de efetivos, as quais serão analisadas adiante.

A Colômbia mantém o patamar de orçamento destinado à defesa nacional acima da média regional. Cabe ressaltar que esse valor engloba toda a Força Pública, portanto,

19 Instituição da Suécia de reconhecida expertise em pesquisa de dados de defesa.

20 Conversão para a moeda dos EUA (US\$) de fechamento do ano de 2021.

contempla a Polícia Nacional e as Forças Armadas.

Ainda que o valor orçamentário tenha dobrado entre 2000 e 2022, o percentual destinado a ARC reduziu de 5,4% para 4,6% no mesmo período, agravado pelo aumento de 15% no valor destinado a pagamento de pessoal da própria Força. Em termos de possibilidade de investimento, os recursos disponíveis (FIG. 20) para modernizar a ARC mantiveram-se em patamares baixos durante todo o período.

Portanto, a aquisição e a modernização de equipamentos e de meios da ARC está sujeita aos limites reduzidos disponíveis para investimento ou condicionada à assistência do governo estadunidense, cuja aplicação estará restrita a aquisições típicas de força de segurança, o que não engloba, por exemplo, navios-escolta ou outros meios específicos para a guerra no mar.

Desenvolver uma Marinha de influência regional que atua em dois oceanos e em vasta extensão de rios navegais, bem como contribuir para o fortalecimento dos interesses marítimos e fluviais, requer investimentos compatíveis com a altura desse desafio, portanto não há como desvincular o orçamento da dimensão da Marinha que a Colômbia deseja.

4.1.3 O Efetivo Militar da Armada Nacional

O efetivo de militares nas Forças Armadas Colombianas cresceu 22% no período de 2002 a 2022, correspondendo ao incremento de 40.851 militares, totalizando 225.280 integrantes. A ARC cresceu 46% no mesmo período, somando 8.817 militares a seu efetivo, para alcançar 27.737 integrantes em 2022 (COLÔMBIA, 2022a). Destaca-se que o Plano de Desenvolvimento Naval 2042 estipula o efetivo de 40.937 militares para a Marinha em 2042 (COLÔMBIA, 2020).

Apesar de algumas oscilações ao longo dos anos (TAB. 7), a representatividade da ARC no efetivo total das Forças Armadas cresceu e alcançou 12,39% em 2021. Em termos absolutos, o maior contingente da ARC foi em 2010, com 31.807 integrantes e, a partir desse ano, o quantitativo vêm decaindo, mas em razão inferior ao decréscimo do efetivo total de militares.

Conjugando as informações financeiras, referentes aos gastos com pessoal e o incremento gradativo da força de trabalho militar, confirma-se a relação direta entre o incremento de efetivo e o aumento em gastos de pessoal.

Há previsão de crescimento do efetivo, até 2042, em 47%, conforme o planejamento estratégico da ARC. Essa medida deve ser acompanhada de recursos que suportem tal incremento, sem o qual, tornará mais grave a margem destinada à renovação de meios da ARC e redundará em não atingimento do referido planejamento. Portanto, deverá haver um equilíbrio entre orçamento, efetivo e aquisição de meios.

4.1.4 A Organização da Força Naval Colombiana

Em 2000, a ARC estava organizada por meio da Disposição n° 006, de 20 de junho de 1997, do Comandante daquela Armada, a qual foi ajustada pela Disposição n° 008, de 10 de maio de 2002. Tais dispositivos não trouxeram novidades, pois nesse período já existiam Forças Navais e suas bases distribuídas no Oceano Pacífico, no Mar do Caribe e no Rio Putumayo (COLÔMBIA, 2004).

Após esse período, a estrutura organizacional da ARC sofreu duas grandes alterações. A primeira em 2004, consubstanciada pelo Despacho n° 021, de 16 de dezembro de 2004, do Comandante da Marinha e a segunda em 2021, por meio da Disposição n° 27, de 30 de julho de 2021, do Comandante da Marinha (COLÔMBIA, 2021).

Em 2004, a ARC estava com sua capacidade operacional disposta em dois grandes comandos (FIG. 21): a *Jefatura de Operaciones Navales* (JONA) – Chefia de Operações Navais e o *Comando de Infantería de Marina* (CIMAR) – Comando da Infantaria de Marinha. Ao primeiro se subordinavam três comandos de Forças Navais. Cada um deste com área de responsabilidade: no Oceano Pacífico, no Mar do Caribe e nos rios ao sul do país. Além disso, contava com um comando de guarda costeira e com um comando de aviação naval (COLÔMBIA, 2004).

No CIMAR concentrou-se todos os fuzileiros navais colombianos e o emprego operacional disposto em três Brigadas, somando 20 Batalhões. Destaca-se que duas destas Brigadas estavam vocacionadas para o ambiente fluvial e, na outra Brigada, havia dois Batalhões de contraguerrilha (COLÔMBIA, 2004).

Essas unidades de contraguerrilha evidenciam a prioridade em combater o narcotráfico em relação à defesa da Pátria, hierarquizando essa dupla vocação existente nos fuzileiros navais da ARC.

Entre as reformulações de 2004 e de 2021, foram emitidos 21 atos administrativos criando, extinguindo ou modificando a estrutura da ARC (TAB. 8). Assim, a Infantaria de Marinha ampliou sua estrutura operacional criando duas Brigadas, nos anos de 2010 e 2011, e seis Batalhões de Infantaria de Marinha, no período de 2007 a 2011. Além de estabelecer, em 2016, uma unidade especializada em explosivos e desminagem, a *Agrupación de Explosivos y Desminado de Infantería de Marina* – Grupo de Explosivos e Desminagem de Infantaria de Marinha (COLÔMBIA, 2021).

A estrutura operacional da Força aumentou com a criação, em 2012, da *Fuerza Naval del Oriente* (FNO) – Força Naval do Oriente e sua respectiva *Flotilla Fluvial del Oriente* (FFO) – Flotilha Fluvial do Oriente. Soma-se o estabelecimento, entre 2012 e 2016, de duas Bases Navais, sendo uma fluvial e outra na capital do país, e a ativação do Comando de Forças Especiais Navais – *Comando de Fuerzas Especiales Navales* (COFEN) em 2013 (COLÔMBIA, 2021).

Além disso, como evidência da dupla vocação, defesa da Pátria e garantia da ordem interna nacional, como agente de segurança pública do Estado, foram formadas duas Forças-Tarefas específicas para combater o narcotráfico no país: a *Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico "NEPTUNO"* (FTCN-73) – Força-Tarefa Contra o Narcotráfico “NEPTUNO”, estabelecida em 2015 e com sede em Cartagena; e a *Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico "POSEIDÓN"* (FTCN-72) – Força-Tarefa Contra o Narcotráfico “POSEIDÓN”, estabelecida em 2019 e com sede em Tumaco (COLÔMBIA, 2021).

A reformulação recente realizada na estrutura organizacional da ARC (FIG. 22) trouxe várias mudanças de subordinação e de nomenclatura das organizações, bem como criação e extinção de unidades. A nível estrutural, foram criadas três chefias: a *Jefatura de Estado Mayor Naval de Personal* (JEMPE) – Chefia de Estado-Maior Naval de Pessoal, centralizando as atividades de formação e saúde; a *Jefatura de Estado Mayor Naval de Apoyo a la Fuerza* (JEMAF) – Chefia de Estado-Maior Naval de Apoio à Força, concentrando as atividades logísticas, de material e de capacitação; e a *Jefatura de Estado Mayor Naval de Operaciones* (JEMOP) – Chefia de Estado-Maior Naval de Operações, responsável pelo emprego operacional da Força (COLÔMBIA, 2021).

Conseqüentemente, ocorreu a mudança na cadeia de comando das cinco Brigadas de Infantaria de Marinha do CIMAR para as Forças Navais subordinadas à JEMOP. Portanto, a *Fuerza Naval del Caribe* (FNC) – Força Naval do Caribe acolheu a 1ª Brigada de Infantaria de

Marinha – *Brigada de Infantería de Marina n° 1* (BRIM1); a *Fuerza Naval del Pacífico* (FNP) – Força Naval do Pacífico, as BRIM2 e BRIM4; a *Fuerza Naval del Sur* (FNS) – Força Naval do Sul, a BRIM3; e a *Fuerza Naval del Oriente* (FNO) - Força Naval do Oriente, a BRIM5 (COLÔMBIA, 2021).

Outra importante mudança foi na natureza da tropa estabelecida no Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina. Onde o Batalhão de Polícia Naval foi alterado para 11° Batalhão de Infantaria de Marinha – *Batallón de Infantería de Marina n° 11* (BIM11).

Foram criados, também, o *Grupo Táctico de Buceo del Caribe* (GRUBC) – Grupo Tático de Mergulho do Caribe, o *Grupo Táctico de Buceo del Pacífico* (GRUBP) – Grupo Tático de Mergulho do Pacífico, o *Batallón Fluvial de Infantería de Marina n° 52* (BFLIM52) – 52° Batalhão Fluvial de Infantaria de Marinha, o *Batallón de Mantenimiento Anfíbio* (BAMAN) – Batalhão de Manutenção Anfíbia, o *Grupo de Fuerzas Especiales Navales del Oriente* (GFENO) – Grupo de Forças Especiais Navais do Oriente e a *Escuela de Aviación Naval* (ESCAN) – Escola de Aviação Naval.

Outro marco significativo foi a criação, no âmbito da JEMOP, da *Dirección Contra las Drogas* (DICOD) – Direção Antidrogas e, subordinada a essa, do *Centro Internacional de Investigación y Análisis Contra el Narcotráfico Marítimo* (CMCON) – Centro Internacional de Investigação e Análise Contra o Narcotráfico Marítimo. Assim como, o estabelecimento do *Centro de Entrenamiento y Capacitación para Operaciones de Paz* (CEPAZ) – Centro de Treinamento e Capacitação para Operações de Paz e a *Dirección Atención de Desastres y Emergencias* (DADEM) – Direção de Atenção à Desastres e Emergências, com sedes em Coveñas e Bogotá, respectivamente.

A ARC possuía, antes do início do século, estruturas específicas para combate ao narcotráfico e, ao longo do tempo, tais estruturas foram ampliadas, seja pela criação de unidades, seja pela ampliação dos efetivos existentes. São exemplos contundentes, a criação da Força Naval do Oriente, das duas Forças-Tarefa para combate ao narcotráfico, das duas Brigadas de Fuzileiros Navais vocacionadas às atividades fluviais e da DICOD. Destaca-se, também, a criação de duas bases navais, cuja postura logística voltada ao suporte no interior do país, indicam a clara intenção de reforçar as ações de combate fluviais.

Apesar das reestruturações focarem nas atividades relacionadas ao combate ao narcotráfico, a ARC não abandonou outras preocupações, como, por exemplo, o aumento de poder de combate para um BIM no Arquipélago de San Andrés, Providencia e Santa Catalina

e a manutenção das capacidades, além daquelas relacionadas ao combate ao narcotráfico, nas áreas marítimas do Oceano Pacífico e do Mar do Caribe. Além disso, ampliou a possibilidade de influência regional com a criação de uma escola de operações de paz, o CEPAZ, e de um órgão para auxílio a calamidades, o DADEM, aderentes ao planejamento estratégico de longo prazo.

O aumento na estrutura operacional acarretou ampliação de efetivo. Nesse ponto, a criação da FNO, de duas Brigadas e duas Bases Navais traduziram-se em acréscimo considerável de pessoal militar, sem contar as necessidades decorrentes de pessoal especializado, como, por exemplo, o efetivo necessário para compor a ESCAN.

4.1.5 A Evolução dos Navios da Armada Colombiana

Valendo-se da série de publicações *Jane's Fighting Ship* (TAB. 9), a análise quantitativa de meios navais conduz a uma fase inicial de crescimento, entre os anos de 2000 a 2005, atingido o patamar máximo de 176 embarcações, e uma fase de redução gradual, chegando, em 2021, a 115 embarcações.

Esse exame quantitativo traz a ideia errônea de crescimento substancial, superior a 80%, na ARC entre 2000 e 2005. Ao quantificar os meios navais por toneladas de deslocamento, percebe-se um acréscimo somente de 5.393 Ton nesse período, o que indica, em linhas gerais, a incorporação de meios navais de pequena monta, pois esse valor total permitiria, no máximo, a aquisição de três navios-escolta da classe Almirante Padilla, bem diferente dos 61 meios navais incorporados no período.

Corroborar tal assertiva, o fato de não ocorrer alteração no número de navios superiores a 400 Ton de deslocamento, entre 2000 e 2005, permanecendo em 16 embarcações. Na prática, houve o incremento de embarcações de menor tamanho, justamente as que operam em águas interiores e próximo à costa. Tais meios são responsáveis por realizar patrulhamento e, dessa maneira, são os principais vetores envolvidos no combate ao tráfico de drogas. Assim, os investimentos em meios navais nesse período focaram basicamente em embarcações menores de patrulhamento, ideais para combate a ilícitos, tanto nos rios e águas interiores, quanto nas regiões litorâneas.

A partir de 2006, contrastando com a redução do número total de embarcações, houve o incremento na quantidade de meios navais acima de 250 Ton de deslocamento,

principalmente aqueles com mais de 400 Ton. Esse aumento se deve, basicamente, a incorporações de dois submarinos – SS 23 e SS 24, dois navios-escolta – CM 55 e CM 56, sete navios patrulha – PC 145, PC 146, PC 147, PC 148, PO 46, PO 47 e PO48, quatro navios anfíbios – BDA 241, BDA 242, BDA 243 e BDA 244, dois navios-auxiliares – BHM 151 e BHM 152 e quatro navios fluviais – PAF 614, PAF 615, PAF 616 e PAF 617.

No cômputo geral, o crescimento da ARC entre 2000 e 2021 foi de 22% em número de meios e de 20% em toneladas de deslocamento. Os navios de até 400 Ton de deslocamento aumentaram em 14%, contra 63% dos meios superiores a 400 Ton. Considerando as aquisições e a retirada de serviço dos meios navais, esse incremento de navios maiores deve-se, basicamente, à incorporação de navios-escolta e navios anfíbios, cujos deslocamentos são superiores a 500 Ton.

Mesmo considerando que houve manutenção dos meios menores, os quais são empregados, entre outras finalidades, no combate ao narcotráfico, observa-se uma mudança de postura na incorporação de navios, pós 2016, mostrando aderência aos planejamentos estratégicos da ARC, sobretudo na busca de sua relevância regional.

Mesmo com essa mudança, a ARC permanece vocacionada para realizar ações fluviais e patrulhas marítimas na costa, utilizando-se da consagrada estratégia naval Fechando Espaços, interrompendo o fluxo de drogas das OrCrim.

Dado o exposto, pode-se afirmar que o combate ao narcotráfico existente na Colômbia foi militarizado, cabendo ao Ministério da Defesa, antes mesmo do início do século XXI, o monopólio legítimo do uso da força. Para tal, utiliza-se da Força Pública, constituída pelas Forças Armadas e pela Polícia Nacional.

Desta feita, a ARC vêm sofrendo alterações operacionais, desde antes de 2000, para contribuir com o enfrentamento ao narcotráfico. Considerados os aspectos de planejamento estratégico, de orçamento, de efetivo militar, de organização e de meios navais, afirma-se que a ARC carregou, inicialmente, grande esforço para consubstanciar a estratégia naval Fechando Espaços, ampliando o efetivo, sobretudo de fuzileiros navais, e embarcações menores, responsáveis pelo efetivo patrulhamento dos rios e dos litorais. Entretanto, manteve certas capacidades de uma Marinha de porte regional, ainda que limitada pelas prioridades nacionais, dadas as preocupações históricas em suas áreas marítimas.

Num segundo momento, caracterizado pelo estabelecimento do planejamento de longo prazo, materializado pelos Planos de Desenvolvimento 2030 e 2042, a ARC procurou

maior equilíbrio no dimensionamento de seu poder de combate, buscado atender às especificidades de uma Marinha de projeção e porte regional, mas também mantendo a capacidade de combater o narcotráfico nos rios, mares e áreas terrestres de interesse.

4.2 A Marinha do Brasil

Diferente do caso colombiano, a Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que a segurança pública é dever do Estado e exercida pelos órgãos de segurança pública²¹, dos quais as Forças Armadas, constituídas pela Marinha, Exército e Força Aérea, não fazem parte (BRASIL, 1988).

As Forças Armadas “destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem” (BRASIL, 1988, p. 67). Além disso, a Lei Complementar n° 97, de 9 de junho de 1999, estabelece o cumprimento de atribuições subsidiárias, dentre as quais a de atuar em ações contra delitos transfronteiriços na faixa de fronteira terrestre, no mar e águas interiores, de forma isolada ou em coordenação com outros órgãos (BRASIL, 1999).

Aquela Lei Complementar disciplina as situações específicas da participação das Forças Armadas na GLO, conforme o seguinte:

A atuação das Forças Armadas, na garantia da lei e da ordem, por iniciativa de quaisquer dos poderes constitucionais, ocorrerá de acordo com as diretrizes baixadas em ato do Presidente da República, após esgotados os instrumentos destinados à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, relacionados no art. 144 da Constituição Federal (BRASIL, 1999, p. 5).

O conjunto normativo brasileiro estabelece claramente aos órgãos de segurança pública as ações de enfrentamento ao tráfico de drogas, cabendo às Forças Armadas a participação somente em situações específicas, particularmente na faixa de fronteira terrestre²², no mar e nas águas interiores; e no âmbito das operações de GLO formalmente estabelecidas.

Assim, os órgãos de segurança pública não se subordinam ao Ministério da Defesa, estando esses vinculados a outro Ministério ou aos Estados da federação.

21 Os órgãos de segurança pública são os seguintes: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares; e polícias penais federal, estaduais e distrital (BRASIL, 1988).

22 Faixa de até 150 Km de largura, ao longo das fronteiras terrestres (BRASIL, 1988).

4.2.1 A Visão Estratégica da Marinha do Brasil

O Brasil aprovou, em 1996, a sua primeira Política Nacional de Defesa (PND)²³, mas a Estratégia Nacional de Defesa (END) somente foi estabelecida em 2008. Ambos documentos foram atualizados em 2020 (BRASIL, 2020). Contudo, o pensamento estratégico naval do país remonta ao século XIX (VIDIGAL, 1985).

Nesse escopo, o Plano Estratégico da Marinha (PEM) é elaborado desde antes da PND e END e a MB inferia, por meio da leitura e interpretação de documentos formais, os direcionamentos de âmbito nacional referentes à defesa (PEREIRA, 2002).

Pela análise dos documento condicionantes, tais como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, aduz-se que a MB possui atribuições, tanto no campo interno, quanto no campo externo. Internamente, destacam-se as operações de GLO, normalmente após constatada a inépcia dos órgãos de segurança pública, e as atribuições subsidiárias relacionadas à cooperação com esses órgãos na repressão ao tráfico de drogas.

Corroborando tal assertiva, os dados do Ministério da Defesa (TAB. 10) apontam a participação da MB em 27 eventos de GLO e 19 relacionados a tais atividades, como o apoio a órgãos de segurança pública, no período de 1992 a 2022.

Percebe-se que a Sistemática de Planejamento de Alto Nível da Marinha (SPAM) perpassou o tema segurança pública ao longo o tempo. Atualmente, encontra-se em vigor o PEM-2040, onde é diagnosticada a utilização do Atlântico Sul como rota do tráfico de drogas, conforme abaixo transcrito, e essa atividade alimenta a violência nos centros urbanos, degradando a sociedade nacional:

Organizações criminosas no Brasil, voltadas, predominantemente, para o tráfico de drogas e armas, têm potencial de ameaça à exploração e às vias marítimas e fluviais, com capacidade de comprometer infraestruturas críticas. Assim, como tal devem ser consideradas, tanto no litoral brasileiro, como nas hidrovias. O Atlântico Sul vem sendo empregado como rota do tráfico de drogas (BRASIL, 2020a, p. 26, grifo do autor).

Para combater essas OrCrim, o PEM-2040 é tácito em sua postura, “requerendo uma atuação firme e inteligente do Estado nas fronteiras marítimas e fluviais” (BRASIL, 2020a, p.

23 Até a revisão de 2012, o documento se chamava Política de Defesa Nacional – PDN (BRASIL, 2020).

26).

A missão da MB, conforme a seguir transcrito, atribui o emprego da Força para GLO e para cumprir as atividades subsidiárias, estando nesse bojo o combate ao narcotráfico, quando demandado, ou o apoio aos órgãos de segurança pública nessa tarefa:

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a Defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa (BRASIL, 2020a, p. 50).

Já a visão de futuro não é tácita nesse aspecto, aduzindo-se que tal capacidade é atingida de forma indireta, com a preparação da Força para a defesa da Pátria, portanto, o enfrentamento ao tráfico de drogas está indiretamente relacionado com os interesses nacionais, conforme os anseios da sociedade:

A Marinha do Brasil será uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional, capaz de contribuir para a defesa da Pátria e salvaguarda dos interesses nacionais, no mar e em águas interiores, em sintonia com os anseios da sociedade (BRASIL, 2020a, p. 51).

No detalhamento do PEM, estabeleceu-se o Objetivo Naval n° 3 (OBNAV 3) de contribuir para a garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, com a Ação Estratégica Naval (AEN) que garanta o preparo da MB, nos ambientes marítimo, fluvial ou terrestre, em apoio aos órgãos governamentais (BRASIL, 2020a).

Portanto, o planejamento da MB considera as questões de enfrentamento ao narcotráfico ou o apoio aos órgãos de segurança pública nessa tarefa, sem contudo modificar as capacidades requeridas pela MB, valendo-se daquelas existentes ou que serão atingidas visando a outros propósitos para fazê-lo.

Nesse sentido, o OBNAV 10, relacionado à obtenção da consciência situacional marítima, possui uso dual, consubstanciado pela AEN de desenvolver o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul – SisGAAz, possibilitando o emprego da MB, tanto na vertente da defesa da Pátria, quanto na de Autoridade Marítima, assim como no apoio aos órgãos de segurança pública relacionados ao combate ao narcotráfico pelo mar (BRASIL, 2020a). Destaca-se, portanto, a capacidade de interferir significativamente nas ações de comercialização das drogas, principalmente nos ambientes marítimo e fluvial.

4.2.2 Os Recursos Orçamentários Brasileiros

A Brasil é o país da América Latina com maior gasto em defesa, com cerca US\$ 20 bilhões em 2022, correspondendo, atualmente, a 1,05% do PIB (SIPRI, 2023).

Ao analisar os dados do SIPRI (TAB. 5), verifica-se que, de 2000 a 2022, houve redução de 40% do percentual do PIB destinado às Forças Armadas. Em termos absolutos corrigidos, os recursos aumentaram em 29%. Em suma, os recursos cresceram até atingir US\$ 20 bilhões em 2010, mantendo-se assim até 2020, quando houve uma ligeira queda para quase US\$ 18 bilhões.

Comparando ao caso colombiano, cujo percentual do PIB destinado à defesa nacional é superior naquele país, em termos absolutos o Brasil detém um orçamento bastante superior ao colombiano. Soma-se a essa situação, o fato dos recursos serem destinados às forças públicas na Colômbia, englobando, portanto, as Forças Armadas e a Polícia Nacional.

Em relação à evolução da parcela total de recursos da União, no período de 2005 a 2022, destinados à MB (FIG. 23), verifica-se um incremento de 48% no percentual, saindo de 0,45% dos recursos da União em 2005, chegando 0,91% em 2019 e caindo para 0,67% em 2022.

Em 2022, a MB recebeu cerca de R\$ 29 bilhões, representando 27,34% do montante do Ministério da Defesa (TAB. 11). Observa-se que a variação no montante da Força Naval naquele Ministério não foi expressiva nos últimos dez anos, com a máxima de 29,60%, em 2019, e mínima de 25,96%, em 2020. Em termos absolutos, o incremento foi de 56%, saltando de R\$ 18 bilhões para R\$ 29 bilhões.

Observa-se o crescente incremento, tanto em termos percentuais, quanto em valores absolutos, das despesas com pessoal na MB. Em 2013, esse valor era de R\$ 12 bilhões e representava 64,65% do orçamento da Força e alcançou R\$ 24 bilhões em 2022, correspondendo a 83,77% dos recursos da Força.

O orçamento destinado às Forças Armadas não é indexado ao PIB nacional e esse percentual vem reduzindo com o passar do tempo, ainda que de forma não linear. A Marinha vem obtendo percentuais relativamente constantes do orçamento do Ministério da Defesa. Em termos absolutos, os recursos vêm aumentando com o passar do tempo o que denota certa previsibilidade nos valores obtidos, anualmente, pela MB.

Contudo, a crescente parcela destinada às despesas de pessoal na MB mostra-se preocupante, pois retiram da Marinha a aptidão para investir em novos meios e novas capacidades, de forma a atender a visão de futuro da Força Naval.

4.2.3 O Efetivo Militar da Marinha do Brasil

A MB tem seu efetivo máximo estabelecido por lei. Em 2010, por meio da Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010, alterou para 80.507 militares o limite de efetivo da Força previsto na Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que era de 58.990. Esse aumento propicia o incremento de até 36,47% na força de trabalho militar da MB (BRASIL, 2010).

Ao observar a evolução do efetivo da MB (FIG. 24), constata-se que o número de militares da Força permanecia estabilizado, desde o início do século XXI, em cerca de 57.000 militares, quando em 2010, com a autorização do aumento de efetivo, iniciou-se o incremento desse valor, para, em 2015, alcançar o patamar de cerca de 75.000 militares.

Atualmente, o efetivo da Força é de 75.041 militares (TAB. 12), sendo 12.371 oficiais e 62.670 praças. A parcela da força de trabalho posicionada no setor operativo da Marinha é de 50.675 militares, sendo 5.387 oficiais e 45.288 praças, o que representa 67,53% do efetivo total da Força. Os Fuzileiros Navais somam 17.234 militares, correspondendo a 22,97% da MB, sendo 1.066 oficiais e 16.168 praças (BRASIL, 2021).

Depreende-se que o efetivo da MB permanece estabilizado em 75.000 militares, com cerca de 67% no setor operativo e com cerca de 23% de militares fuzileiros navais, os quais são responsáveis diretamente por cumprir a missão da Força, incluindo as ações relacionadas ao tráfico de drogas, seja nas operações de GLO ou com características similares a esse tipo de operação, como as de apoio aos órgãos de segurança pública.

Ao conjugar o aumento de efetivo, estabelecido a partir de 2010, com o crescente incremento do orçamento da MB destinado aos gastos com pessoal, confirma-se a relação direta de efetivo e gastos com pessoal, com impactos na capacidade da MB realizar investimentos.

Nesse sentido, o PEM-2040 consta com um objetivo específico para gestão administrativo-financeira, contemplando ações para otimizar recursos humanos e financeiros. Além de contar com um programa estratégico específico de recursos humanos, conhecido como Pessoal – Nosso Maior Patrimônio (BRASIL, 2020a).

Por fim, ao comparar os contingentes das Marinhas do Brasil e da Colômbia (TAB. 7 e 12), percebe-se que a MB é quase três vezes maior que a ARC. Considerando, a situação duradoura de enfrentamento ao tráfico de drogas pelo emprego, também, das Forças Armadas daquele país, infere-se que o efetivo da MB não tem relação direta com o enfrentamento ao narcotráfico ou o apoio a esse, mas sim decorre da necessidade de guarnecimento dos diversos meios e unidades existentes na Força.

4.2.4 A Organização da Força Naval Brasileira

A MB não realizou nenhuma alteração estrutural diretamente vocacionada ao enfrentamento ao tráfico de drogas ou ao apoio aos órgãos de segurança pública nessa tarefa. Contudo, no âmbito das atribuições da Força Naval para defesa da Pátria, no mar e em águas interiores, algumas alterações organizacionais influenciaram nas ações de enfrentamento ao narcotráfico.

Antes de 2000, foi criado o Comando do 8º Distrito Naval (Com8ºDN), por meio do Decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997 (BRASIL, 1997). Tal medida é aderente à necessidade de aprimoramento do controle, vigilância e defesa das águas jurisdicionais brasileiras (BRASIL, 1996). Tal Comando ampliou consideravelmente as ações da MB em importante trecho do litoral brasileiro, com intensa atividade portuária, assim como permitiu à Força contribuir nas ações de repressão ao tráfico de drogas, não só nos portos e no litoral, mas também no interior do país, por ser importante rota do tráfico internacional, a Rota Caipira, abordada anteriormente.

Também fruto da PND, ocorreu a elevação do Comando Naval da Amazônia Ocidental (CNAO), comando de força subordinado ao Com4ºDN a época, em Com9ºDN, por meio do Decreto nº 5.349, de 20 de janeiro de 2005 (BRASIL, 2005). Com essa medida, a MB incrementava sua presença na região amazônica.

Ainda nesse sentido, foram criados²⁴, no período de 2002 a 2020, três Batalhões de Operações Ribeirinhas (BtlOpRib), sendo dois na região amazônica e um na região do pantanal, decorrente da elevação das unidades de fuzileiros navais, antes vocacionadas para

24 Por meio das Portarias nº 215, de 30 de julho de 2002, nº 283, de 13 de setembro de 2016, e nº 360, de 11 de dezembro de 2019, do Comandante da Marinha, foram criados, respectivamente, os 1º, 2º e 3º BtlOpRib.

a segurança das instalações navais de interesse em suas áreas, para unidades operacionais especializadas para o emprego em operações ribeirinhas.

Por fim, destaca-se a criação do Comando de Operações Marítimas e Proteção da Amazônia Azul (COMPAAz), por meio da Portaria n° 350/MB/MD, de 23 de novembro de 2021, em substituição ao Centro Integrado de Segurança Marítima (CISMAR). O COMPAAz é o principal responsável por desenvolver a consciência situacional marítima (BRASIL, 2021a).

Os Distritos Navais e os BtlOpRib criados ampliaram a atuação da MB nos rios da Amazônia e do Pantanal, bem como na região marítima dos estados de São Paulo e Paraná. Conseqüentemente, contribuem para as ações de apoio à repressão ao tráfico de drogas nessas regiões. Além disso, o COMPAAz auxilia, por meio da consciência situacional no mar e águas interiores, às forças de segurança nas ações de enfrentamento ao narcotráfico, podendo fornecer informações valiosas àqueles órgãos.

4.2.5 A Evolução dos Navios da Marinha do Brasil

Por meio da comparação do inventário de meios da MB, constante da série de publicações *Jane's Fighting Ship* (TAB. 13), evidencia-se que a variação da quantidade de meios navais a partir de 2000 não foi significativa, reduzindo de 115 para 111 navios, correspondendo a contração de menos de 4%.

Contudo, houve a expressiva redução de 34% na quantidade total de tonelagens de deslocamento dos meios navais. Esse decréscimo não foi considerável nas embarcações com menos de 1.000 Ton de deslocamento. Mas, para os navios acima desse número, a redução foi de 25%.

Essa diminuição pode ser atribuída a baixa dos navios-aeródromos, dos contratorpedeiros e dos navios anfíbios. Embora a MB tenha recomposto o inventário, não o fez integralmente, considerando, tanto a quantidade, quanto a tonelagem dos meios adquiridos. Mesmo com esse quadro, pode-se dizer que as capacidades foram mantidas, a exceção de operar aeronaves de asa fixa embarcada.

Nesse sentido, o PEM estabeleceu o OBNAV 6, Modernizar a Força Naval, contemplando uma AEN focada em obter um meio que opere com aeronaves de asa fixa embarcadas (BRASIL, 2020a).

Apesar das quantidades similares de meios navais brasileiros e colombianos, a MB possui meios maiores, dada a maior média de toneladas de deslocamento, aduzindo-se que tem maiores capacidades, como permanência e raio de ação. Ademais, a pujança dos meios da MB justificam o efetivo maior e a necessidade de recursos de maior monta para a manutenção e operação destes, sobretudo se considerar o espaço marítimo e fluvial, notadamente superior ao colombiano, em que o Estado brasileiro detém prerrogativas específicas e deveres nesses espaços.

Destaca-se, ainda, que os meios navais adquiridos nesse período não visavam ao enfrentamento ao narcotráfico, conforme os ditames do PEM, muito embora, os navios destinados ao patrulhamento dos mares e rios possuam essa capacidade.

4.2.6 O Relacionamento entre as Marinhas do Brasil e da Colômbia

As relações entre MB e ARC são anteriores ao século XXI. Destaca-se o Exercício BRACOLPER, realizado desde 1974 na região de Tabatinga, na fronteira entre Brasil, Colômbia e Peru (PADILHA, 2022). Outro importante evento multilateral com participação de ambos países é o Exercício UNITAS, normalmente organizado pelos EUA e um país anfitrião (EUA, 2023).

A MB, integrando o contingente brasileiro e de outros países, vem apoiando, desde 2006, os esforços de desminagem humanitária na Colômbia, por meio do Grupo de Monitores Interamericanos na Colômbia (GMI-CO). Tal assistência é decorrente do apoio prestado ao Plano Nacional de Desminagem da Colômbia pela Missão de Assistência da OEA. Atualmente, a MB chefia a missão (FAN, 2023).

Além da cooperação de inteligência, nas reuniões bilaterais entre as Marinhas, são abordados, recorrentemente, diversos temas, com destaque para participação de militares de ambos países em cursos, que vão desde cursos de formação aos de altos estudos militares. Nesse aspecto, a MB apresenta interesse no Curso Internacional de Combate Fluvial, conduzido pelos fuzileiros navais colombianos. A ARC solicita a qualificação, na Colômbia, de pessoal em desminagem humanitária, tendo a MB mantido tal apoio (BRASIL, 2015).

Adicionalmente, a ARC mantém inclinação por temas como: levantamento hidrográfico, segurança da navegação, levantamento da plataforma continental e Programa

Antártico Brasileiro (BRASIL, 2015).

Apesar do considerável contingente da ARC, existem lacunas de capacidades daquela Marinha, as quais podem ser preenchidas pela MB. Isso demonstra, nitidamente, que existe espaço para o Brasil ampliar a influência militar naquele país e, de certa forma, reduzir a importância militar estadunidense na Colômbia. Contudo, a maior inserção da MB dependerá, entre outros aspectos, da vontade política da Nação, sobretudo em destinar esforço militar para apoio àquele país.

Por outro lado, apesar da doutrina de operações ribeirinhas estar consolidada, existe espaço para o aprimoramento junto à ARC, devido a expertise adquirida pelos anos de enfrentamento nos rios daquele país.

As relações entre as Marinhas tem potencial de crescimento e pode preencher lacunas de capacidades, principalmente na ARC, bem como conduzir a mudanças operacionais na MB, decorrente das experiências obtidas pela ARC no enfrentamento ao narcotráfico. Portanto, o Poder Naval Brasileiro tem possibilidade, embora limitada, de ser influenciado no aspecto doutrinário pela ARC, devido à experiência em combate ao narcotráfico daquela Marinha.

Na conjugação dos aspectos de planejamento, orçamento, efetivo, estrutura, meios navais e relacionamento com a ARC, depreende-se que as ações de enfrentamento ao narcotráfico são de competência dos órgãos de segurança pública brasileiros, cabendo à MB o apoio a esses ou a atuação em operações de GLO, em situações muito específicas, de acordo com o arcabouço legal nacional, diferente do caso colombiano, onde as Forças Armadas possuem atribuição direta para tal.

Soma-se que o Planejamento Estratégico não buscou estabelecer ou manter capacidades específicas para o enfrentamento do tráfico de drogas. Portanto, a MB não visualizou mudar sua estrutura para combater o narcotráfico, entendendo que as capacidades requeridas para a guerra naval atendem plenamente tais demandas. Mesmo assim, a Força Naval estabeleceu estar pronta para atender as requisições de segurança pública, atinentes ao enfrentamento do tráfico de drogas, desde que demandadas legalmente pela sociedade.

Verificou-se um grau de previsibilidade orçamentário histórico para a MB, mas não atrelado ao PIB. Ocorrendo, portanto, a dicotomia entre demanda por efetivos maiores e necessidade de redução de despesas com pessoal para ampliar os recursos necessários aos

investimentos para modernização da Força. Tal fato pressiona a MB para o emprego eficiente de sua força de trabalho, carecendo rever os efetivos e processos destinados ao apoio. Ademais, comprovou-se que não houve alteração no efetivo da Força para atender, diretamente, necessidades de enfrentamento ao narcotráfico ou apoio aos órgãos de segurança pública envolvidos nessa atividade.

De igual maneira, não houve mudança estrutural na MB relacionada, especificamente, às ações contra o narcotráfico. Porém, a criação de determinadas unidades, como o COMPAAz e os BtlOpRib, trouxeram ganhos no enfrentamento dessa ameaça. Assim como os meios adquiridos obedeceram ao PEM, portanto, não foram definidos para essa destinação, muito embora, estejam em condições de serem empregados para tal.

O relacionamento MB-ARC não trouxe mudanças para a Força Naval Brasileira. Ainda que o Brasil esteja apoiando o preenchimento de algumas lacunas de capacidades na Colômbia, a exemplo das ações de desminagem humanitária, não há indícios de alterações na MB no atendimento dessa demanda. Por outro lado, é possível que ocorram alterações doutrinárias na MB, particularmente na área de combate fluvial, decorrente da expertise da ARC nas ações de enfrentamento ao narcotráfico. Mesmo assim, as possíveis alterações tendem a não serem relevantes para a conformação do Poder Naval Brasileiro.

Por conseguinte, pode-se afirmar que o Poder Naval Brasileiro não foi afetado diretamente pelo narcotráfico colombiano ou pelas alterações sofridas na ARC para se contrapor àquela ameaça.

4.3 Proposta de Alteração no Planejamento Estratégico da Marinha

No desenvolvimento do presente trabalho, cujo produto final demonstrou que o Poder Naval Brasileiro não foi afetado diretamente pelas ações do narcotráfico colombiano ou pelas mudanças na ARC no combate àquela ameaça, identificou-se, subsidiariamente, duas possibilidades de aprimoramento no planejamento estratégico da MB.

A primeira, refere-se à questão do crescente aumento da parcela de gastos com pessoal no orçamento da MB, atualmente em 83,77% (TAB. 11), impactando consideravelmente o planejamento orçamentário da Força, uma vez que reduz a margem disponível para investimentos. Trata-se, portanto, de um aprimoramento na perspectiva institucional.

A segunda visa a estabelecer um mecanismo padronizado de inserção do apoio da MB nos países onde ela já se faz presente, aderente às ações em apoio à política externa brasileira. Tal necessidade foi constatada durante a pesquisa da participação de militares da MB em atividades na Colômbia, cujos impactos são intrinsecamente ligados aos resultados para a sociedade.

Portanto, serão apresentadas propostas de alteração no PEM-2040, as quais poderão, caso julgadas apropriadas pela Administração Naval, constar na revisão daquele documento. Ressalta-se que as propostas se baseiam em apontamentos decorrentes do presente estudo, portanto, não abrangem outras visões e prioridades, as quais podem indicar outros caminhos.

4.3.1 Automação e Otimização de Processos Administrativos Gerenciais

Foi apresentado que o equilíbrio entre força de trabalho e orçamento é vital para a MB, pois impacta os recursos financeiros necessários, não só para a manutenção da Força, mas também para os projetos e iniciativas para modernizá-la.

Assim, ao comparar quanto o pessoal militar da MB e o seu segmento operacional cresceu desde 2009 (TAB. 12 e 14), ano que antecedeu a autorização para o aumento de efetivo, observa-se o incremento de 18.973 militares. Contudo, aproximadamente a terça parte, 6.630 militares, foi destinada ao segmento operacional da Força. Consequentemente, houve perda no percentual operacional da MB na ordem de 5%, no período de 2009 a 2021.

O aumento da força de trabalho superior do segmento não operacional da MB é de baixa aceitabilidade, pois vive-se num período de transformação digital na humanidade, onde empresas utilizam-se de diversas ferramentas gerenciais para reduzir funcionários e aumentar produtividade.

Esse quadro enseja melhoras da eficiência organizacional nas atividades administrativas da MB. Entretanto, não se trata apenas de aprimorar a gestão administrativa existente, mas sim numa transformação disruptiva dos processos e das atividades gerenciais de cunho não operacional, buscando-se não só reduzir efetivo, mas também obter agilidade gerencial, eliminar redundâncias e minimizar erros humanos.

Trata-se de uma solução multidisciplinar, envolvendo aspectos materiais e não materiais, abarcando o uso de tecnologias digitais emergentes, de inteligência artificial, de

ferramentas modernas de gestão e a substituição de mão de obra militar. Essa última, por meio de linhas de pesquisas específicas, para prover um rearranjo adequado de servidores públicos estatutários, de mão de obra terceirizada, de militares prestando Tarefa por Tempo Certo (TTC) e militares temporários.

A AEN – PESSOAL-6: Transformação da Força de Trabalho pela Eficiência Administrativa (TAB. 15) consubstancia tal proposta.

4.3.2 Missões de Assistência Naval em Países Amigos

No transcorrer da pesquisa do presente trabalho, evidenciou-se a existência de diversas missões da MB em apoio à ARC, grande parte destas decorrentes de reuniões bilaterais entre os países. Explícitas foram, também, as solicitações de apoio, pela ARC, envolvendo capacitação de pessoal, como, por exemplo, desminagem humanitária e operações de paz.

Apesar de a maioria dos assuntos serem tratados em reuniões entre as Marinhas e de existir um Adido Naval creditado naquele país, percebe-se que os desdobramentos de militares da MB na Colômbia ocorre de forma não integrada, sendo cada evento tratado separadamente.

Nesse escopo, vislumbra-se a criação de Missões de Assistência Naval nos países de interesse. Não necessariamente na Colômbia, pois os países deverão ser selecionados obedecendo às questões afetas à diplomacia naval, em apoio à política externa nacional. Tais missões seriam criadas como forma de sistematizar, integrar e otimizar o emprego do efetivo da MB em missão no país, assim como se traduziria na efetiva condução da diplomacia naval por meio do chefe da missão.

Com o propósito de fortalecer a liderança regional do Brasil, focando em mecanismos de cooperação e confiança mútua que favoreçam a estabilidade regional, foi proposta a AEN – POLÍTICA EXTERNA-3: Missão de Assessoria Naval (TAB. 15).

4.4 Considerações Finais

Esta seção é primordial para o resultado deste trabalho. Nesse escopo, demonstrou que as Forças Armadas Colombianas, têm atribuições diretas na segurança pública do país,

constituindo com a Polícia Nacional as Forças de Públicas, cujos elementos integrantes pertencem à estrutura do Ministério da Defesa.

Assim, a ARC contribui diretamente para o combate ao narcotráfico desde antes de 2000. Na análise dos diversos aspectos, sobretudo de planejamento e organização, concluiu-se que aquela Força Naval modificou-se e priorizou as capacidades para contrapor-se àquela ameaça, embora tenha mantido certas capacidades de proteção de suas áreas marítimas, cuja importância em equilibrar esforços se tornou latente com o início dos planejamento de longo prazo pela ARC.

Portanto, a ARC moldou-se, mesmo antes do início do século XXI, para atender a prioridade nacional de combate ao tráfico de drogas, mas se manteve apta a atuar na defesa da Pátria em suas áreas de responsabilidades, embora tenha variado ao longo do tempo a efetiva capacidade em fazê-lo.

A análise do modelo brasileiro identificou claramente os órgãos de segurança pública brasileiros, cujas Forças Armadas não fazem parte, como os de efetiva competência para combater o tráfico de drogas, diferente do modelo colombiano. Por conseguinte, compete à MB apenas o apoio a esses órgãos ou o emprego em situações específicas de GLO, previstas em lei.

Assim se provou, pela análise dos diversos fatores, que não houve alterações de qualquer natureza para atender diretamente as ações de enfrentamento ao narcotráfico, nem mesmo em nível de planejamento estratégico, inferindo-se que as capacidades atuais e as planejadas atenderiam ao enfrentamento dessa ameaça. Contudo, apontou para a necessidade de a MB estar apta a atender prontamente as demandas de segurança pública legalmente propostas.

Além disso, algumas mudanças estruturais, apesar de não realizadas para o enfrentamento ao narcotráfico, como a criação do COMPAAz, dos Comandos dos 8º e 9º Distritos Navais e dos BtlOpRib, contribuíram para o apoio aos órgãos de segurança pública e para o enfrentamento do narcotráfico quando demandado pela sociedade.

De igual maneira, as alterações na ARC não trouxeram mudanças para a MB, embora no relacionamento entre Marinhas, identificou-se que a capacidade adquirida pela ARC nas ações de combate ao tráfico de drogas poderá conduzir a alterações doutrinárias na MB. Contudo, essas possíveis mudanças se inclinam a não ter a relevância suficiente que justifiquem alteração de qualquer monta na Força Naval.

Por conseguinte, pode-se concluir que o Poder Naval Brasileiro não sofreu modificação direta, de qualquer ordem, para apoiar as forças de segurança pública no enfrentamento ao narcotráfico ou para enfrentá-lo. Além disso, as alterações sofridas na ARC para combater esta ameaça, também não ensejaram qualquer alteração na MB.

Contudo, o estudo trouxe informações relevantes que poderão ensejar mudanças no PEM da MB, particularmente quanto ao gerenciamento de efetivos e orçamento e quanto à contribuição para a diplomacia naval.

5 CONCLUSÃO

Este trabalho científico, por meio de pesquisa bibliográfica, concluiu que o Poder Naval Brasileiro não sofreu modificação, de qualquer ordem, diretamente relacionada ao enfrentamento ao narcotráfico colombiano ou às mudanças ocorridas na ARC para enfrentar aquela ameaça.

No encadeamento lógico do trabalho, evidenciou-se que a independência da Colômbia e sua fragmentação foi decorrente da herança do período colonial, caracterizado por regiões isoladas e autônomas administrativamente, inviabilizando uma unidade nacional.

Corroborando essa questão, demonstrou-se que a Colômbia é dividida geograficamente em duas macrorregiões. A primeira mais desenvolvida, correspondendo à terça parte do país e concentrando a maior parte da população e atividades econômicas. A segunda, corresponde a maior parte do território, onde o Estado tem dificuldade de integrá-la ao restante do país e de se fazer presente, reunindo, portanto, condições para o estabelecimento de grupos diversos, contrários aos interesses nacionais, como é o caso das guerrilhas e do narcotráfico.

Outro aspecto, evidenciado e decorrente dessa mesma carência das políticas públicas em determinadas regiões do Estado, foi a presença contínua de tensões sociais, ligadas principalmente às questões agrárias e à hierarquia social, ambas presentes desde a fase colonial do país.

Identificou-se, também, que a Colômbia ainda mantém problemas fronteiriços com países vizinhos, inclusive no mar e em ilhas oceânicas. Esse aspecto induz à Nação a manter capacidade militar para fazer frente a essas ameaças. Contudo, identificou-se que inexistem problemas dessa ordem com o Brasil.

No aspecto econômico, evidenciou-se que a base econômica colombiana, pautada em commodities, não é superavitária o suficiente para possibilitar correções estruturantes nacionais e reduzir desigualdades sociais. Mostrou-se, ainda, que permaneceu durante muito tempo isolada da América do Sul, em função, primordialmente, dos obstáculos à integração com os países da região. Apesar de ter reduzido a deficiente integração regional, permanecem as relações prioritárias com a América do Norte, Europa e Ásia. Corroborando esse aspecto, atestou-se que a relação econômica Brasil-Colômbia era diminuta e tem aumentado desde a década de 1990.

Demonstrou-se que as guerrilhas são fruto das tensões sociais e da instabilidade político-social colombiana. Nesse ponto, evidenciou-se a ligação de tais grupos com o tráfico de drogas e, da relação entre esses dois grupos, surgiram milícias armadas e grupos paramilitares. Além disso, essa dinâmica, nas áreas onde o Estado não é efetivamente presente, contribuiu para o deslocamento forçado da população em diversas áreas de enfrentamento entre tais grupos.

Todo esse conjunto de fatores integrados permitiram evidenciar que a Colômbia possui condições estruturais favoráveis para o estabelecimento e manutenção do narcotráfico em diversas áreas de seu território.

Na parte seguinte, analisou-se o enfrentamento ao narcotráfico e os impactos para o Brasil. Nesse escopo, verificou-se que, antes da descoberta da cocaína, a comercialização das folhas não era viável num primeiro momento, pela perda das características decorrentes do transporte à época, bem como se identificou que o tempo mínimo de maturação da planta para colheita é de 18 meses, o que impacta as mudanças territoriais dos traficantes.

No processo de proibição capitaneado pelos EUA, o qual ganhou força no pós Segunda Guerra Mundial, produzindo a adesão em escala global, inclusive por parte do Brasil e da Colômbia, constatou-se o efeito contrário do esperado, ocorrendo o aumento do consumo e do comércio da cocaína. Além de devolver o centro de produção, antes em Java, para a América do Sul.

Ao discorrer sobre a formação do tráfico de drogas colombiano, identificou-se, inicialmente, o comércio ilegal de maconha para atender ao mercado estadunidense, nas décadas de 1960 e 1970. Com a decadência da competitividade da maconha colombiana, mudou-se o foco comercial para a cocaína.

Nesse ponto, constatou-se a grande diferença do modelo de tráfico adotado pela Colômbia, fruto da expertise histórica do país, onde os traficantes controlam todas as fases da cadeia produtiva, precificando, controlando a distribuição e produção, multiplicando os lucros do negócio. Portanto, a riqueza auferida ampliou a influência dos cartéis no país, abrangendo inserções na esfera política.

Comprovou-se que o aumento do consumo de cocaína nos EUA na década de 1970, ampliou a pressão sobre os cartéis colombianos, culminado com a declaração da Guerra às Drogas pelo governo estadunidense. No campo interno, os EUA intensificaram a repressão e

criaram agências específicas. No campo externo, aumentou-se a pressão política e o apoio financeiro, bem como se incentivou a militarização do conflito nos países produtores.

Constatou-se que a militarização ampliou os níveis de violência e instabilidade na Colômbia. Esse enfrentamento militar produziu a fragmentação dos grandes cartéis colombianos. Contudo, produziram-se estruturas menores, “los cartelitos”, mais independentes e de difícil detecção e repressão, foram responsáveis por alcançar novos mercados, particularmente, Europa, Ásia e Oceania. Portanto, aduziu-se que, mais uma vez, a política proibicionista não trouxe o resultado esperado, inferindo-se que somente a repressão tende a não solucionar o problema.

No contexto atual, identificou-se a manutenção da liderança dos EUA como maior país consumidor, embora, reduziu-se a representatividade global, em função principalmente dos crescentes mercados da Europa e Oceania. Esses novos mercados têm potencial de crescimento e contam com lucros auferidos superiores, uma vez que o preço varia em função da proximidade dos centros de produção e das dificuldades das rotas de transporte em atingir os mercados consumidores.

No ápice da pressão sobre os cartéis de cocaína, consubstanciado pelo Plano Colômbia, verificou-se a prevalência da política externa dos EUA, em função, sobretudo, da fragilizada situação político-social do Colômbia, a qual inviabilizava uma negociação equânime entre os dois países.

Percebe-se, também, que o combate ao narcotráfico na Colômbia mantém-se sob enfoque militarizado e com o suporte dos EUA. Nesse sentido, identificou-se que o apoio militar estadunidense em território colombiano é visto, por grande parte dos países sul-americanos, como intervencionista, tendo o Brasil posicionado-se contrariamente à presença militar dos EUA na Colômbia, considerados os aspectos de proximidade da amazônia brasileira e da questão do transbordamento desses grupos adversos para o território brasileiro, quando pressionados pelas ações militares na Colômbia.

Adicionalmente, evidenciou-se a diferença na postura de enfrentamento adotada pelo Brasil, não militarizando e mantendo a questão no âmbito da segurança pública. Contudo, legalizando o arcabouço jurídico responsável por formalizar o apoio das Forças Armadas aos órgãos responsáveis diretamente por esse combate e, adicionalmente, permitindo o poder de polícia na faixa de fronteira, bem como possibilitando a realização de operações de GLO, quando os órgãos de segurança pública forem, formalmente, decretados

como incapazes de enfrentar o narcotráfico. Ressaltou-se, por conseguinte, que houve a ampliação da possibilidade de participação das Forças Armadas no combate ao narcotráfico, contudo, manteve-se a questão na esfera da segurança pública.

Pontuou-se que, na década de 1990, o mercado brasileiro da cocaína, antes elitizado, ampliou substancialmente, estabelecendo-se nas favelas e nas periferias das grandes cidades. Nesses locais ocorrem a gestão do tráfico de drogas, atendendo aos consumos interno e externo ao país. Esse processo elevou o Brasil ao posto de segundo país receptor de cocaína do planeta, valendo-se, dentre outros, dos rios e do mar como rotas de chegada e escoamento da cocaína, ensejando a participação da MB no apoio aos órgãos de segurança pública a atuarem nesses ambientes.

Esse arcabouço argumentativo possibilitou aduzir que as OrCrim, presentes no morros e periferias brasileiras, debilitam a ordem pública e a estrutura social nacional. Portanto, o Brasil é afetado significativamente pelo tráfico de cocaína.

Na análise das forças militares colombianas, verificou-se que o enfrentamento ao narcotráfico é conduzido pelas forças públicas, constituídas pela Polícia Nacional e pelas Forças Armadas, todas integrando o Ministério da Defesa. Materializando, portanto, a militarização desse combate.

Identificou-se, também, que a ARC possui atribuição de combate ao narcotráfico anterior ao início do século. Adotou, em 2000, e utiliza ainda hoje a estratégia Fechando Espaços, constituindo-se no corte das linhas de comunicação utilizadas pelo tráfico.

Decorrente da análise do planejamento de longo prazo, realizado a partir de 2011 pela ARC, apurou-se a adoção de uma visão mais ampla por aquela Armada, considerando as necessidades típicas de uma Marinha regional, com capacidade de influir pelo mar, aderente às questões históricas de disputa de soberania em regiões marítimas e ilhas. Entretanto, manteve prioritária as questões de combate ao narcotráfico.

No campo orçamentário, identificou-se que, apesar do maior percentual do PIB da América Latina destinado à defesa, tais recursos contemplam também a Polícia Nacional, portanto, o montante reservado à ARC é inferior a 10% dos recursos do Ministério da Defesa.

Além disso, o percentual orçamentário destinado à ARC vem diminuindo com o passar dos anos e é agravado pelo aumento da parcela segregada às despesas com pessoal, reduzindo consideravelmente a porção destinada a investimentos, e, conseqüentemente, as

possibilidades de renovação da Força Naval. Podendo ser agravado com o aumento de efetivo, na ordem de 47%, previsto no planejamento estratégico.

Aduziu-se, também, que o suporte financeiro estadunidense é limitado a aquisições específicas ao enfrentamento do narcotráfico, dificultando a compra de meios para a guerra naval.

Evidenciou-se que a ARC já estava estruturada, antes de 2000, para o combate ao narcotráfico, possuindo organizações específicas para tal, as quais foram ampliadas com o passar do tempo, destacando-se a criação de uma força naval com vocação fluvial e o aumento substancial de unidades de fuzileiros navais.

Apesar da priorização da ARC para esse enfrentamento, observou-se que não foram abandonadas as demais capacidades, principalmente com a adoção do planejamento de longo prazo por aquela Armada.

Apurou-se que não houve incremento significativo nos meios navais de grande porte, muito embora o total de navios tenha aumentado consideravelmente, tratando-se de crescimento na quantidade de embarcações de menor porte, ideais para combate ao narcotráfico. Ademais, o incremento de navios de maior porte ocorreu a partir de 2016, após o estabelecimento do planejamento de longo prazo, demonstrando-se preocupações atinentes a uma Marinha de projeção regional, mas permanecendo vocacionada, prioritariamente, ao enfrentamento do narcotráfico.

Portanto, a conjugação desses aspectos contribuem para afirmar que a ARC priorizou, num primeiro momento, os esforços para enfrentar ao narcotráfico, aderente às demandas nacionais, sem perder as capacidades de uma Marinha regional. Num segundo momento, apesar de mantida a prioridade, equilibrou a Força Naval para atender os interesses marítimos regionais, aderente ao planejamento estratégico de longo prazo.

No tocante ao Brasil, evidenciou-se que a legislação atribui diretamente aos órgãos de segurança pública a responsabilidade por combater o narcotráfico, podendo valer-se das Forças Armadas em situações específicas previstas em lei.

Identificou-se que o planejamento estratégico da MB é realizado mesmo antes da primeira versão da PDN de 1996. Inferiu-se que o PEM-2040 não planeja estabelecer capacidades específicas para contribuir no combate ao tráfico de drogas, indicando, contudo, ações para preparar a MB para essa atividade, aduzindo-se que as capacidades necessárias para a guerra naval atendem a esse tipo de enfrentamento.

No plano orçamentário, verificou-se que o Brasil possui gastos em defesa superiores à Colômbia em termos absolutos, mas percentualmente inferiores. Esse percentual orçamentário vem reduzindo anualmente. Corresponde hoje a 1,05%, um decréscimo de cerca de 40% em relação ao ano de 2000. Contudo, observou-se previsibilidade orçamentária, sem grandes variações anuais.

Identificou-se, também, a constância do percentual orçamentário da MB no âmbito do Ministério da Defesa, na ordem de 27%. Em termos absolutos, o montante subiu mais de 50% em 20 anos. Contudo, a exemplo da ARC, constatou-se o crescente incremento nos gastos com pessoal, na casa dos 80% na atualidade. Tal fato é aderente ao aumento no efetivo da Força em 35%, a partir de 2010, atingindo 75 mil militares. Apurou-se que, esse gasto crescente com pessoal impõe redução do montante destinado a investimentos e modernização da MB.

A análise organizacional da MB permitiu constatar que não houve alterações estruturais vocacionadas ao enfrentamento do narcotráfico ou apoio aos órgãos responsáveis em fazê-lo, ainda que o tráfico de drogas e a participação da Força Naval em atividades de GLO tenham aumentado. Contudo, observou-se que, antes mesmo do início do século, em função da PND priorizar a ampliação da presença na região amazônica e da vigilância no Oceano Atlântico, a MB criou unidades atendendo a essas demandas, as quais possuem capacidade de contribuir com os órgãos de segurança pública responsáveis pelo combate ao narcotráfico. Esse emprego colaborativo é alinhando ao PEM-2040, no sentido de as capacidades da MB para a defesa da Pátria atenderem plenamente a essas ações.

Pela análise dos meios navais da MB, verificou-se não haver alterações quantitativas significantes, bem como não foram adquiridos meios específicos para combater o tráfico de drogas, embora tais meios possam ser utilizados, dada a versatilidade do Poder Naval.

Na abordagem das relações entre Marinhas, identificou-se que a MB possui, aproximadamente, a mesma quantidade de meios navais, um efetivo cerca de três vezes superior ao da ARC. Aduziu-se a maior vocação oceânica da MB, ratificado pela tonelagem de deslocamento bem superior dos navios da MB.

Ademais, observou-se que as Marinhas possuem relações de longa data, com participação em eventos multinacionais, como os exercícios BRACOLPER e UNITAS. Além disso, a MB encontra-se presente na Colômbia em apoio à ARC, ao menos desde 2006.

Percebeu-se que existem lacunas de capacidades na ARC, as quais podem ser extintas com o apoio da MB.

Além disso, a MB possui interesse nos conhecimentos adquiridos por aquela Armada no enfrentamento ao narcotráfico e a guerrilha armada, sobretudo nas ações fluviais. Indicando que a MB pode ser influenciada nos aspectos doutrinários, contudo, essas possíveis modificações tendem a não serem significativas para ocasionar mudanças efetivas, visto que a MB já possui doutrina consolidada nessa capacidade.

Portanto, na conjugação dos diversos aspectos inerentes à MB abordados e o relacionamento dessa com a ARC, depreendeu-se que cabe à Força Naval o apoio aos órgãos de segurança responsáveis pelo enfrentamento ao narcotráfico, sobretudo nas áreas onde a MB possui atribuições, ou a atuação em GLO, em situações muito específicas definidas em lei. Comprovou-se também que, na conformação da MB, não houve alteração desencadeada especificamente para esse tipo de ação, razão pela qual pode-se concluir que o Poder Naval Brasileiro não foi afetado diretamente pelo narcotráfico colombiano ou pelas alterações sofridas na ARC para se contrapor àquela ameaça.

Adicionalmente e de forma propositiva, este trabalho identificou possibilidades de aprimoramento no PEM, sendo uma de caráter estrutural, pois visa a equacionar a relação efetivo-recursos destinados a pessoal, os quais retiram considerável capacidade de investimento da Força Naval. A outra, visa a estabelecer um mecanismo padronizado de inserção da MB nos países apoiados, alinhando as demandas do país amigo às questões afetas à diplomacia naval em apoio à política externa nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Allan de. *Cocaína: a rota caipira*. Rio de Janeiro: Record, 2017. 832p.

APEXBRASIL. *Relatório Perfil País Colômbia*. Brasília, 2023. 11p. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/estudos/perfil-pais-colombia0.html>. Acesso em: 12 jun. 2023.

ARANA, Marie. *Bolívar: American Liberator*. Cidade: Simon & Schuster, 2014. 598p.

BANCO MUNDIAL. *Colômbia: Panorama Geral*. Washington, 2023. Disponível em: <https://www.bancomundial.org/es/country/colombia/overview>. Acesso em: 12 jun. 2023.

BARGENT, James. *The Colombian Cocaine Shift to Europe: the Business No-Brainer*. Insight Crime, 9 Fev. 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/investigations/colombian-cocaine-shift-europe-business-no-brainer/>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BARTER, James. *Cocaine and Crack*. Los Angeles: Lucent Books, 2001. 112p.

BEAKE, Nick. *O 'submarino de cocaína' que expõe o problema europeu com a droga*. BBC News Brasil, 24 Abr. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cxwpl9ggjmno>. Acesso em: 6 jul. 2023.

BERG, Stephanie van den. *Corte Internacional ordena que Colômbia cesse atividades em zona marítima da Nicarágua*. Reuters, Londres, 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2022/04/21/corte-internacional-ordena-que-colombia-cesse-atividades-em-zona-maritima-da-nicaragua.htm>. Acesso em 09 jun. 2023.

BOLMAN, Lee; DEAL, Terrence. *Reframing Organization*. New Jersey: Jossey-Bass, 1991. 492p.

BOWDEN, Mark. *Killing Pablo: The Hunt for the World's Greatest Outlaw*. New York: Atlantic Books, 2001. 400p.

BRASIL . Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988. 292 p.

_____. Decreto nº 350 de 21 de novembro de 1991. Promulga o Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai (TRATADO MERCOSUL). Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 1991.

_____. *Política de Defesa Nacional*. Brasília: 1996. Disponível em: <https://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/politica-de-defesa-nacional-1996.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. Decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997. Estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1997. 5 p.

_____. *Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999*. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 1999. 7 p.

_____. Decreto nº 5.349, de 20 de janeiro de 2005. Altera dispositivos do Decreto nº 2.153, de 20 de fevereiro de 1997, que estabelece e organiza as Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais da Marinha, dispõe sobre as áreas de jurisdição dos Comandos de Distritos Navais e dá outras providências. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2005. 1 p.

_____. *Lei nº 12.216, de 11 de março de 2010*. Altera os arts. 1º, 11, 16 e 17 e acrescenta os arts. 7º-A e 7º-B à Lei nº 9.519, de 26 de novembro de 1997, que dispõe sobre a reestruturação dos Corpos e Quadros de Oficiais e de Praças da Marinha. Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2010. 2 p.

_____. Marinha do Brasil. Secretária-Geral da Marinha. *Anuário Estatístico da Marinha 2013 (ANEMAR 2013)*, v.1, 41. ed. Brasília - DF, 2013.

_____. _____. Ata da I Reunião de Estados-Maiores entre a Marinha do Brasil (MB) e a Armada da República da Colômbia (ARC). Anexo ao Ofício nº 30-759-2015-EMA. Estado-Maior da Armada, Brasília, 2015.

_____. _____. EMA-305 – Doutrina Militar Naval (DMN). Brasília: Estado-Maior da Armada, 2017. 143 p

_____. Decreto nº 9.230 de 6 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a execução do Acordo de Complementação Econômica nº 72 (ACE nº 72), firmado entre os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, Estados Partes do Mercosul, e o Governo da República da Colômbia. Brasília, DF: Casa Civil da Presidência da República, 2017a.

_____. *Política Nacional de Defesa (PND) e Estratégia Nacional de Defesa (END)*. Brasília: 2020. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-edefesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. Marinha do Brasil. *Plano Estratégico da Marinha (PEM 2040)*. Estado-Maior da Armada, Brasília, DF, 2020a.

_____. Marinha do Brasil. Secretária-Geral da Marinha. *Anuário Estatístico da Marinha 2021 (ANEMAR 2021)*, v.1, 49. ed. Brasília - DF, 2021.

_____. Marinha do Brasil. *Portaria n° 350/MB/MD, de 23 de novembro de 2021*. Altera a denominação do Centro Integrado de Segurança Marítima, o posto do titular da OM e dá outras providências. Brasília: Comando da Marinha, 2021a.

BUSHNELL, David. *The Making of Modern Colombia: A Nation in Spite of Itself*. Berkeley: University of California Press, 1993. 334p.

CASTRO, André Dunham de. *A crise na Colômbia: impactos e implicações para o Brasil*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. 152p.

COHEN, David. *Freud e a Cocaína: A história do uso da droga nos primórdios da psicanálise*. Rio de Janeiro: Record, 2014. 373p.

COLÔMBIA. Constituição (1991). *Constitución Política de la República de Colombia*, 1991. Bogotá: Congreso Nacional, Imprenta Nacional de Colombia, 1991. 108 p. Disponível em: <http://www.secretariasenado.gov.co/constitucion-politica>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. *Decreto nº 1932, de 30 de setembro de 1999*. Por el cual se modifica la estructura el ministerio de defensa nacional y se dictan otras disposiciones, [S. l.], 30 set. 1999. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=66464#1932>. Acesso em: 26 jul. 2023. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. Armada de Colombia. *Disposición Número 021 del 2004*. Por el cual se crean, activan, modifican, suprimen, fusionan, se cambia la denominación de algunas Unidades y/o Dependencias y se aprueba la Organización de la ARMADA NACIONAL y las Tablas de Organización y Equipo. Bogotá, 2004. 26p. Disponível em: https://www.armada.mil.co/sites/default/files/normograma_arc/20041216%20DISPOSICION%20N%20021%20-%20CREACION%20DACION.pdf. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. _____. *Plan Estratégico Naval 2007 – 2010*. Bogotá, 2007. 85p. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/sites/default/files/planestrategiconaval20072010.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. _____. *Plan Estratégico Naval 2015 – 2018*. Bogotá, 2015. 48p. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/sites/default/files/planestrategiconaval20152018.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. Departamento Administrativo Nacional de Estadística. *Censo Nacional de Población y Vivienda - 2018*. Bogotá, 2018. Disponível em: <https://www.dane.gov.co/index.php/estadisticas-por-tema/demografia-y-poblacion/censo-nacional-de-poblacion-y-vivienda-2018>. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. Armada de Colombia. *Plan de Desarrollo Naval 2042*. Bogotá, 2020. 150p. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/sites/default/files/descargas/Plan20Desarrollo20Naval202042%2007042021.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. Policia Nacional. *Cocaine Market Anaysis 2020*. Bogotá, 2020a. 27p. Disponível em: <http://www.ameripol.org/portaIAmeripol/ShowBinary?nodeId=/WLP%20Repository/116171//archivo>. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. Armada de Colombia. *Disposición nº 27 de 2021*. Por la cual se reestructura la Armada Nacional, se aprueban sus Tablas de Organización y Equipo TOE y se dictan otras disposiciones. Bogotá, 2021. 51p. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/es>. Acesso em: 27 jul. 2023.

_____. *Decreto nº 113, de 25 de janeiro de 2022*. Modificar la estructura de los Ministerios, Departamentos Administrativos y demás entidades u organismos administrativos nacionales, con sujeción a los principios y reglas generales definidos en la ley., Bogota, 25 jan. 2022. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=176328>. Acesso em: 26 jul. 2023. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. *Respuesta Proposición No. 54 de 2022 Plenaria Senado*. Bogotá, 2022a. 30p. Disponível em: <https://www.secretariasenado.gov.co/cuatrienio-2022-2026/legislatura-2022-2023/respuestas-proposiciones-legislatura-2022-2023>. Acesso em: 26 jul. 2023.

_____. Ministerio de Transporte. *Boletín Estadístico Tráfico Portuário en Colômbia 2022*. Bogotá, 2023. Disponível em: https://www.supertransporte.gov.co/documentos/2023/Febrero/Puertos_28/BOLETIN-TRAFICO-PORTUARIO-2022.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

_____. Ministerio de Defensa Nacional. *Manual de Estructura del Estado Sector Defensa*. Bogotá, 2023a. Disponível em: https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/manual-estado/pdf/6_Sector_Defensa_Nacional.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

COUNTRYECONOMY.COM. *Colômbia 2023: Dados econômicos e demográficos*. Disponível em: <https://pt.countryeconomy.com/demografia/populacao/colombia>. Acesso em: 31 mai. 2023.

DÍAZ, Jaime A. García; STÖCKLI, Gabriela. *El rol de las instituciones del Estado en la lucha contra las drogas en los países productores de hoja de coca*. Lima: Instituto de Estudios Internacionales, 2014. 55p.

DUSSÁN, Augusto Bahamón. *Colombia, Geografía y Destinos: Visión Geopolítica de sus Regiones Naturales*. 5. Ed. Bogotá: Sociedad Geográfica de Colombia, 2019. 266p.

EUA. U.S Embassy & Consulates in Brazil. *United States Participates in Unitas 2022 Multinational Exercise*. [S.l.:S.n.], 2023. Disponível em: <https://br.usembassy.gov/united-states-participates-in-unitas-2022-multinational-exercise/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

FAN, Ricardo. Desminagem Humanitária na América Latina completa 30 Anos. Defesanet. [S.l.:S.n.], 2023. Disponível em: <https://www.defesanet.com.br/al/noticia/1051409/desminagem-humanitaria-na-america-latina-completa-30-anos/>. Acesso em: 27 jun. 2023.

GUY, Jack. *Dutch police find country's biggest-ever cocaine lab in former riding school*. CNN, 12 Ago. 2020. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2020/08/12/europe/netherlands-cocaine-factory-scli-intl/index.html>. Acesso em: 6 jul. 2023.

HOLGUÍN, Germán Rodríguez. *Geografía Física de Colombia*. Barranquilla: Universidade de Atlantico, 2017. 148p.

IDLER, Annette. *Borderland battles: violence, crime, and governance at the edges of Colombia's war*. New York: Oxford University Press, 2019. 466p.

LABROUSSE, Alain. *Geopolítica das Drogas*. São Paulo: Desatino, 2010. 143p.

LAROSA, Michael J.; MEJÍA, Germán R. *Colombia: a concise contemporary history*. Plymouth: Rowman and Littlefield Publishers, 2012. 309p.

LEECH, Garry. *The FARC: The Longest Insurgency*. London: Zed Books, 2011. 178p.

LINDSAY-POLAND, John. *Plan Colombia: U.S. ally atrocities and community activism*. Durham: Duke University Press, 2018. 293p.

LYNCH, John. *Simón Bolívar: a life*. New Haven: Yale University Press, 2006. 349p.

MAGNOLI, Demétrio (org.). *História das guerras*. São Paulo: Contexto, 2006. 479p.

MAHONEY, Richard D. *Colombia: what everyone needs to know*. Nova Yorque: Oxford University Press, 2020.

MCDERMOTT, Jeremy. *Cocaine to Europe: An Underestimated Threat*. Insight Crime, 9 Fev. 2021. Disponível em: <https://insightcrime.org/investigations/cocaine-europe-underestimated-threat/>. Acesso em: 9 jul. 2023.

MELO, Jorge Orlando. *Historia mínima de Colombia*. Madrid: Turner, 2017.

MORTIMER, W. Golden. *La historia de la Coca*. Lima: Biblioteca Abraham Valdelomar, 2019. 467p.

MYERS, David J., *Venezuela's Pursuit of Caribbean Basin Interest: Indications for United States National Security*. Santa Monica: RAND, 1985. 47p.

ONU. United Nations Office on Drugs and Crime. *World Drug Report 2022 (booklet 2)*. New York, 2022. Disponível em: www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2022.html. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. _____. *World Drug Report 2022 (booklet 4)*. New York, 2022a. Disponível em: www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/world-drug-report-2022.html. Acesso em: 26 jun. 2023.

_____. _____. Escritório de Ligação e Parceria no Brasil. *Drogas: marco legal*. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>. Acesso em: 26 jun. 2023.

PADILHA, Luiz. *Marinha do Brasil participa da 46ª edição Operação "BraColPer Naval"*. Defesa Aérea e Naval. [S.l.:S.n.], 2022. Disponível em: <https://www.defesaaereanaval.com.br/naval/marinha-do-brasil-participa-da-46a-edicao-operacao-bracolper-naval>. Acesso em: 27 jun. 2023.

PEREIRA, Mauro C.. *As Forças Armadas, a Marinha e o Ministério da Defesa: pensamentos e relatos*. Revista Marítima Brasileira, Rio de Janeiro, v. 122, n. 10/12, p. 7-13, out/dez, 2002.

RESTREPO, José Manuel. *Historia de la Revolución de la República de Colombia*. Paris: Besanzon, 1858. Tomo 3. 603p.

RESTREPO, Andrés. *Ilusiones defraudadas: auge y caída del comercio legal de coca y cocaína en los países andinos*. Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura, Bogota, v. 2, ed. 45, 2018.

RODRIGUES, Thiago. *Narcotráfico: uma guerra na guerra*. São Paulo: Desatino, 2012. 144p.

ROSEN, Jonathan D.. *The losing war: Plan Colombia and beyond*. Albany: State University of New York Press, 2014. 208p.

SAFFORD, Frank; PALACIOS, Marco. *Colombia: fragmented land, divided society*. New York: Oxford University Press, 2002. 404p.

SAUNDERS, Stephen Commodore. *Jane's fighting ship: 2004-2005*. 107. ed. London: Jane's Information Limited, 2004. 1018p.

_____. *Jane's fighting ship: 2009-2010*. 112. ed. London: Jane's Information Limited, 2009. 1022p.

_____. *Jane's fighting ship: 2015-2016*. 118. ed. London: Jane's Information Limited, 2015. 1036p.

_____. *Jane's fighting ship: 2020-2021*. 123. ed. London: Jane's Information Limited, 2020. 1027p.

SHARPE, Richard. *Jane's fighting ship: 1999-2000*. 102. ed. Coulsdon, Surrey: Jane's Information Group, 1999. 912p.

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute. In: *SIPRI Military Expenditure Database*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 26 jul. 2023.

SOTO, Mauricio. *Conceptos sobre estrategias marítimas contra el narcotráfico*. Bogotá: [s.n.], 2016.

TZU, Sun. *A Arte da Guerra: os treze capítulos originais*. Tradução de André da Silva Bueno. São Paulo: Jardim dos Livros, 2010. 125 p. Título Original: Sun zi bing fa.

URIBE, Jaime Jaramillo (Ed.). *Nueva Historia de Colombia: Colombia Indígena, Conquista y Colonia*. Bogota: Planeta, 1989. 300p.

_____. *Nueva Historia de Colombia: Historia Política 1886-1946*. Bogota: Planeta, 1989a. 397p.

_____. *Nueva Historia de Colombia: Relaciones Internacionales Movimientos Sociales* . Bogota: Planeta, 1989b. 397p.

VIDIGAL, Armando. A. F.. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1985.

WAGNER, Heather Lehr. *Cocaine*. New York: Chelsea House, 2003. 100p.

ANEXO A

ILUSTRAÇÕES



FIGURA 1 – Colômbia - Principais Conflitos com Vizinhos
Fonte: própria.



FIGURA 2 – Colômbia – Político-Estratégico
 Fonte: <https://sites.usp.br/portalatinoamericano/espanol-colombia>.
 Acesso em: 01 jun. 2023.

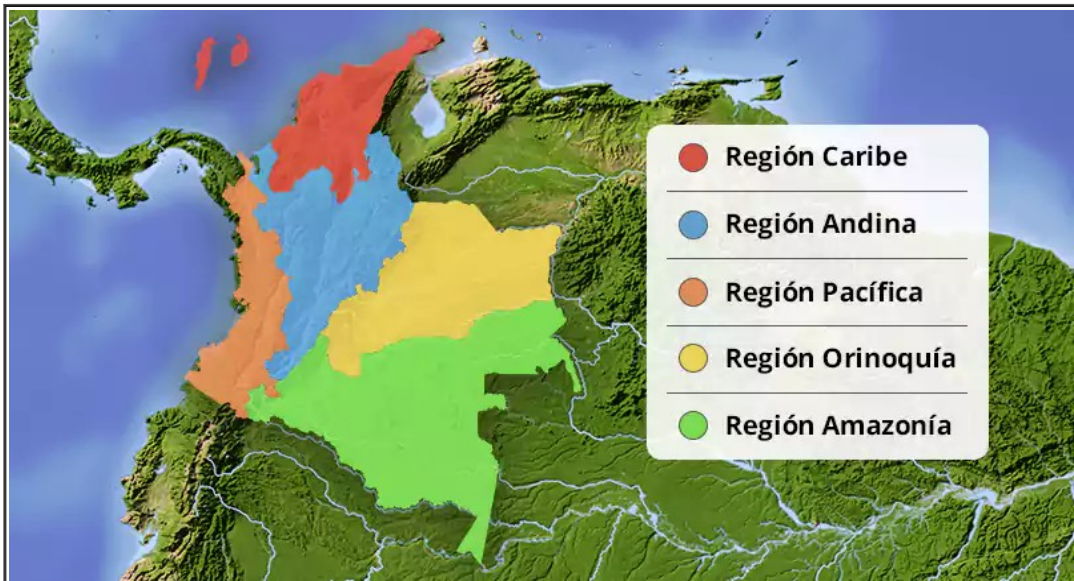


FIGURA 3 – Regiões da Colômbia

Fonte: <https://www.colombia.com/colombia-info/informacion-general/geografia/regiones/>. Acesso em: 09 jun. 2023.

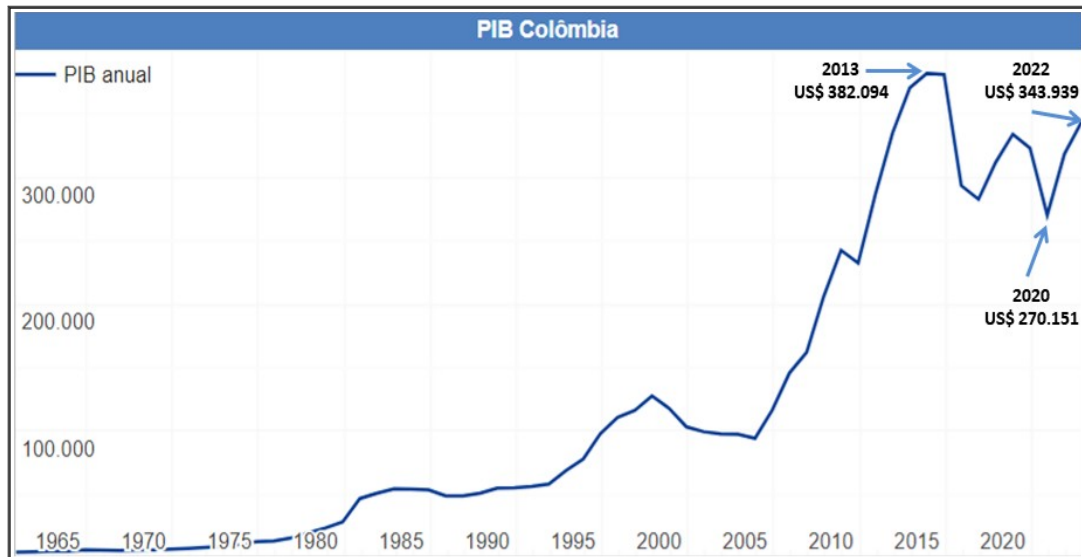


FIGURA 4 – PIB Anual da Colômbia (valores em milhões de US\$)

Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/colombia>. Acesso em: 10 jun. 2023.

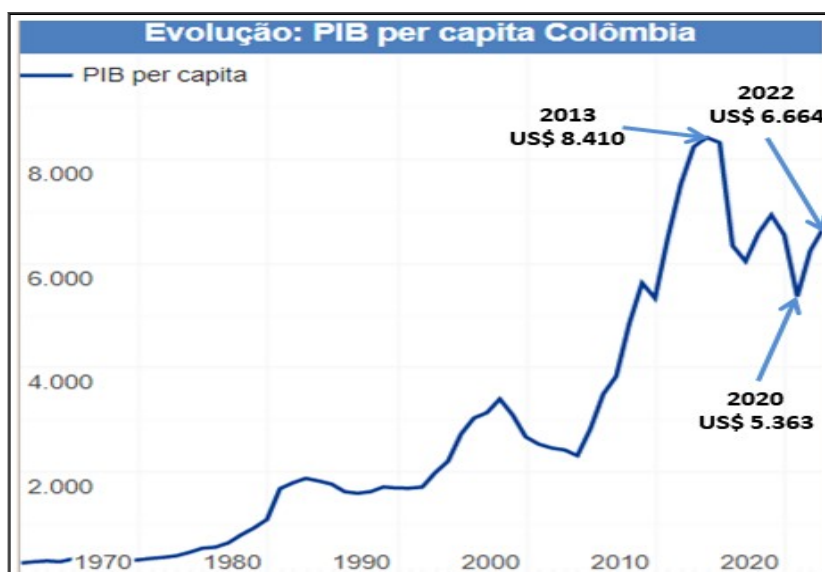


FIGURA 5 – PIB Per Capita Anual da Colômbia (valores em US\$)
 Fonte: <https://pt.countryeconomy.com/governo/pib/colombia>.
 Acesso em: 10 jun. 2023.

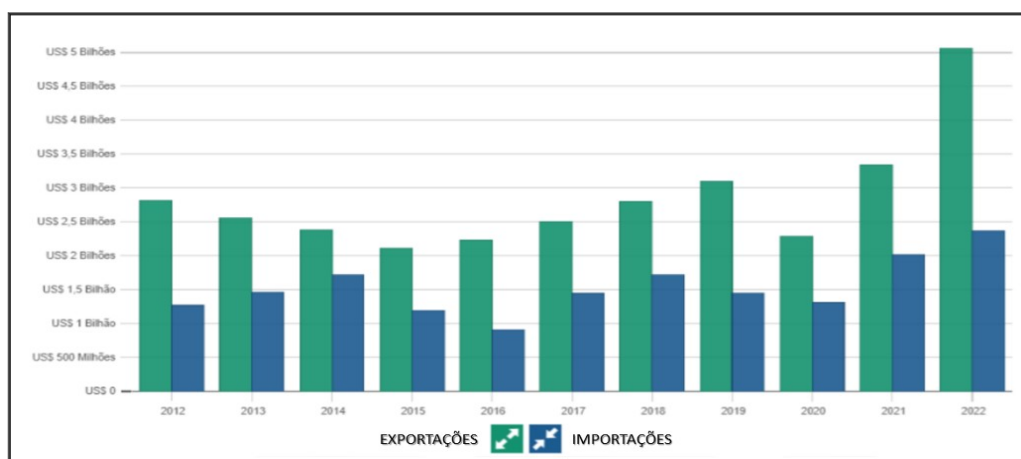


FIGURA 6 – Balança Comercial Brasil-Colômbia
 Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 10 jun. 2023.

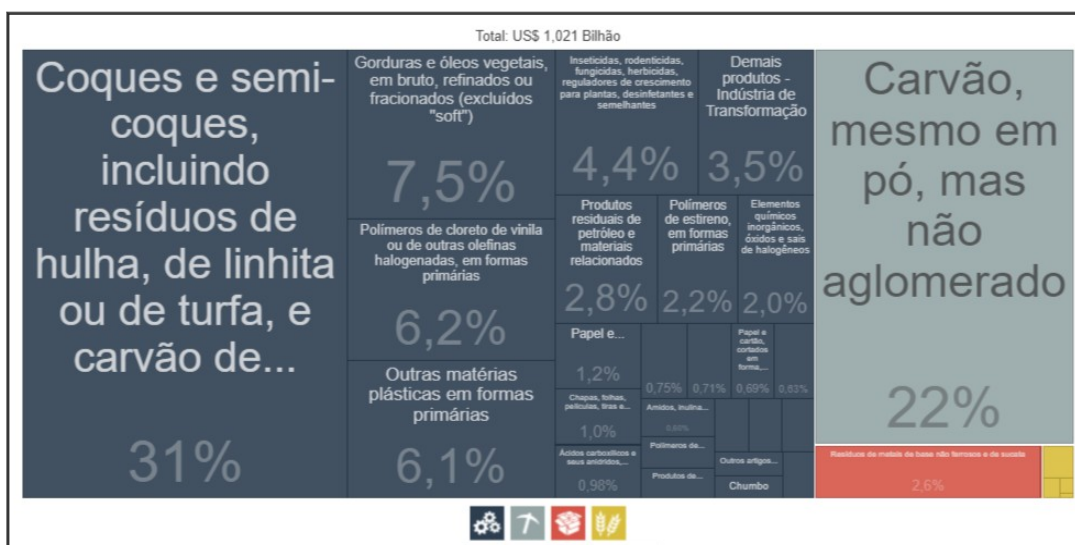


FIGURA 7 – Produtos Importados da Colômbia ao Brasil
 Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 10 jun. 2023.

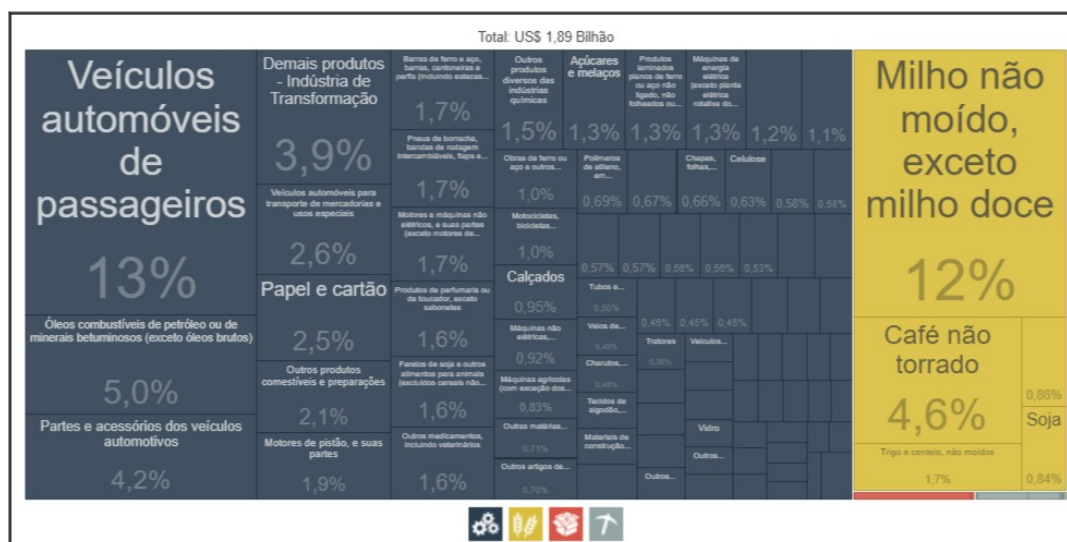


FIGURA 8 – Produtos Exportados do Brasil para a Colômbia
 Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br/pt/comex-vis>. Acesso em: 10 jun. 2023.

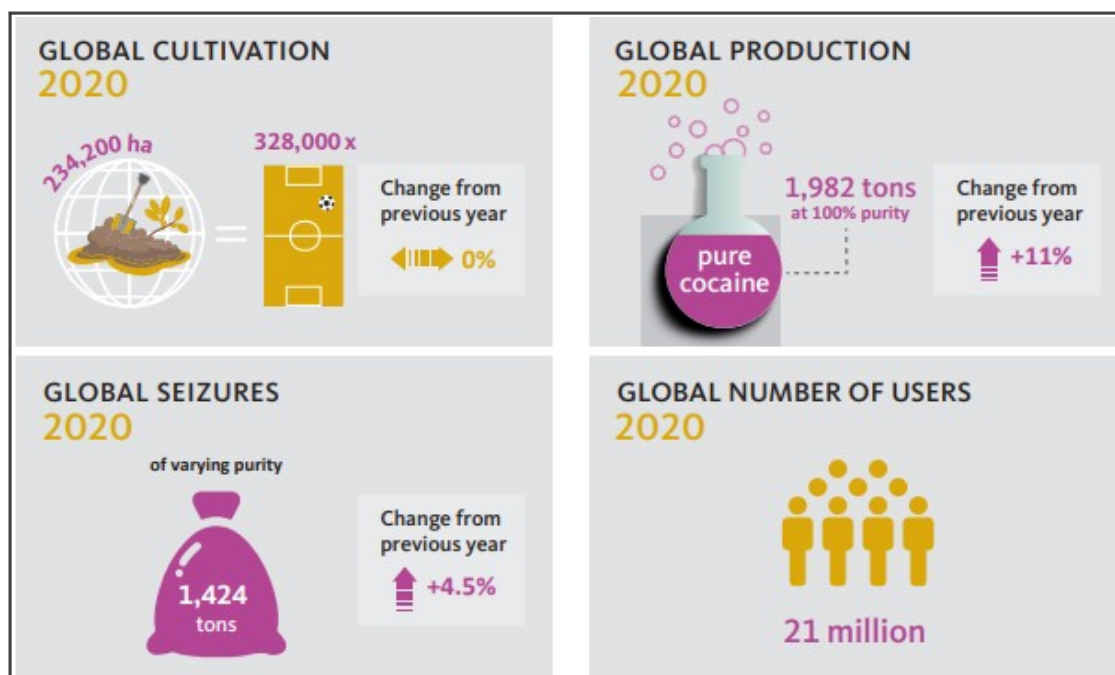


FIGURA 9 – Cultivo, Produção, Apreensões e Usuários de Cocaína em 2020
Fonte: ONU, 2022a, p. 15.

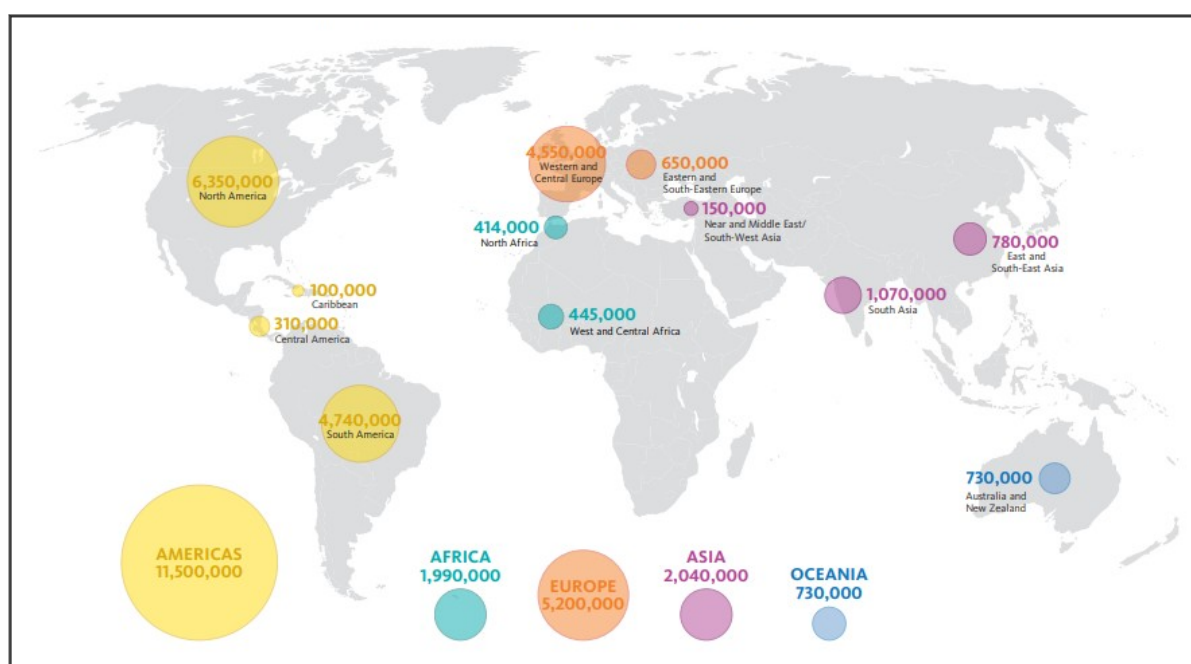


FIGURA 10 – Número de Pessoas que Usaram Cocaína em 2020 por Sub-região
Fonte: ONU, 2022a, p. 31.

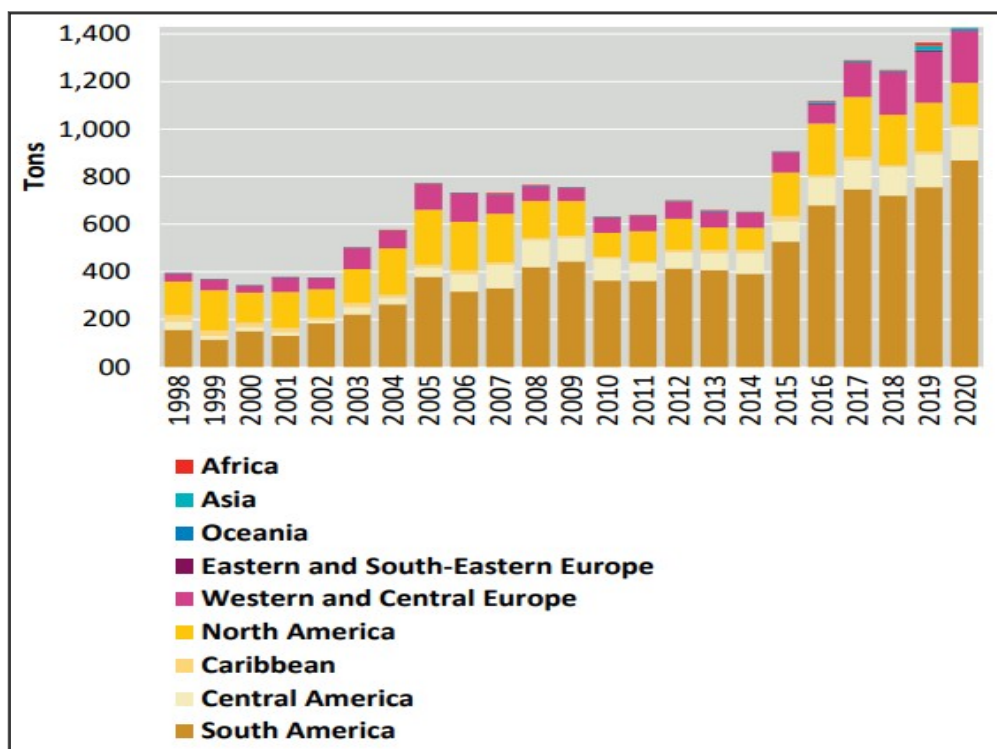


FIGURA 11 – Quantidade de Cocaína Apreendida por Regiões e Sub-regiões
Fonte: ONU, 2022a, p. 23.

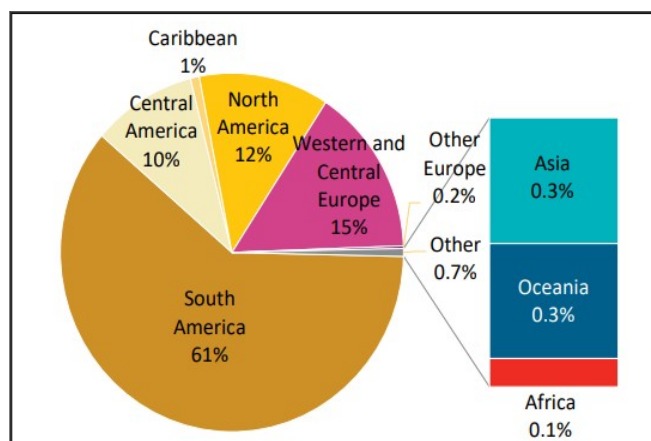


FIGURA 12 – Apreensões de Cocaína por Regiões e Sub-regiões em 2020
Fonte: ONU, 2022a, p. 24.

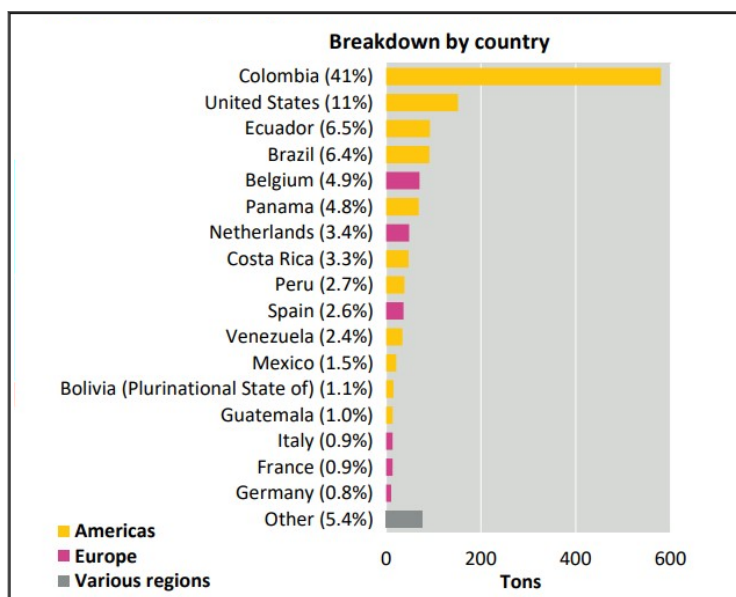


FIGURA 13 – Apreensões de Cocaína por País em 2020
Fonte: ONU, 2022a, p. 24.

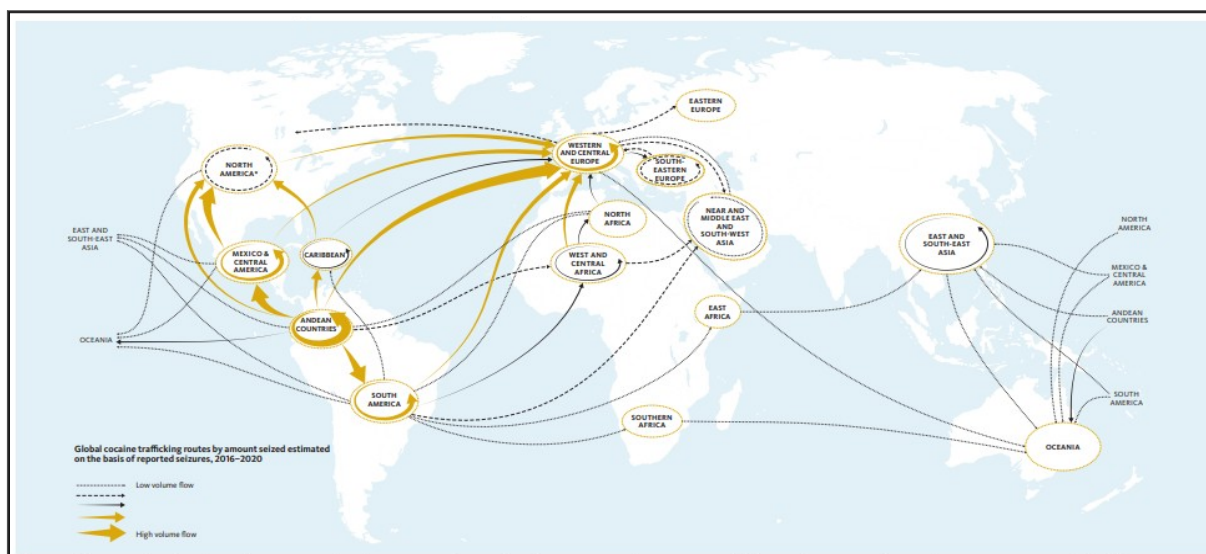


FIGURA 14 – Rotas do Tráfico de Cocaína Conforme as Apreensões de 2016-2022
Fonte: ONU, 2022a, p. 26.

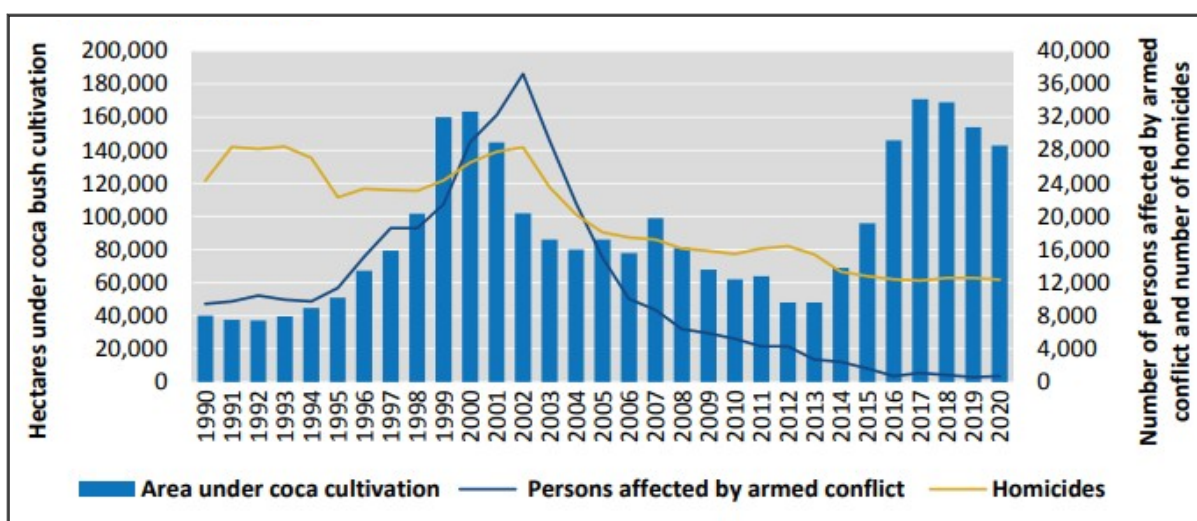


FIGURA 15 – Área Plantada de Coca, Números de Homicídios e Pessoas Afetadas pelo Conflito Armado na Colômbia, 1990-2020

Fonte: ONU, 2022, p. 65.

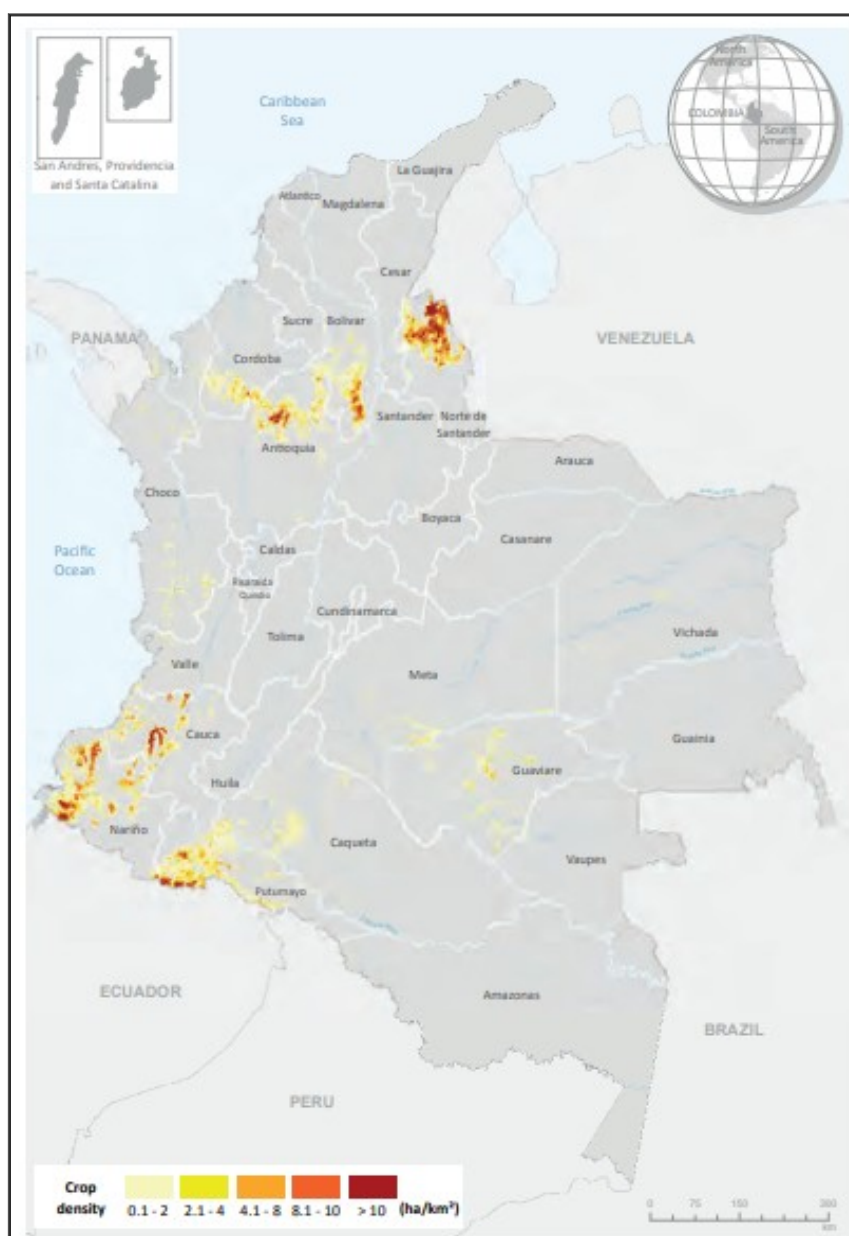


FIGURA 16 – Densidade do Cultivo da Coca na Colômbia, 2020
Fonte: ONU, 2022a, p. 17.



FIGURA 17 – Rota do Tráfico de Cocaína para a Europa
Fonte: MCDERMOTT, 2021, p. 3.

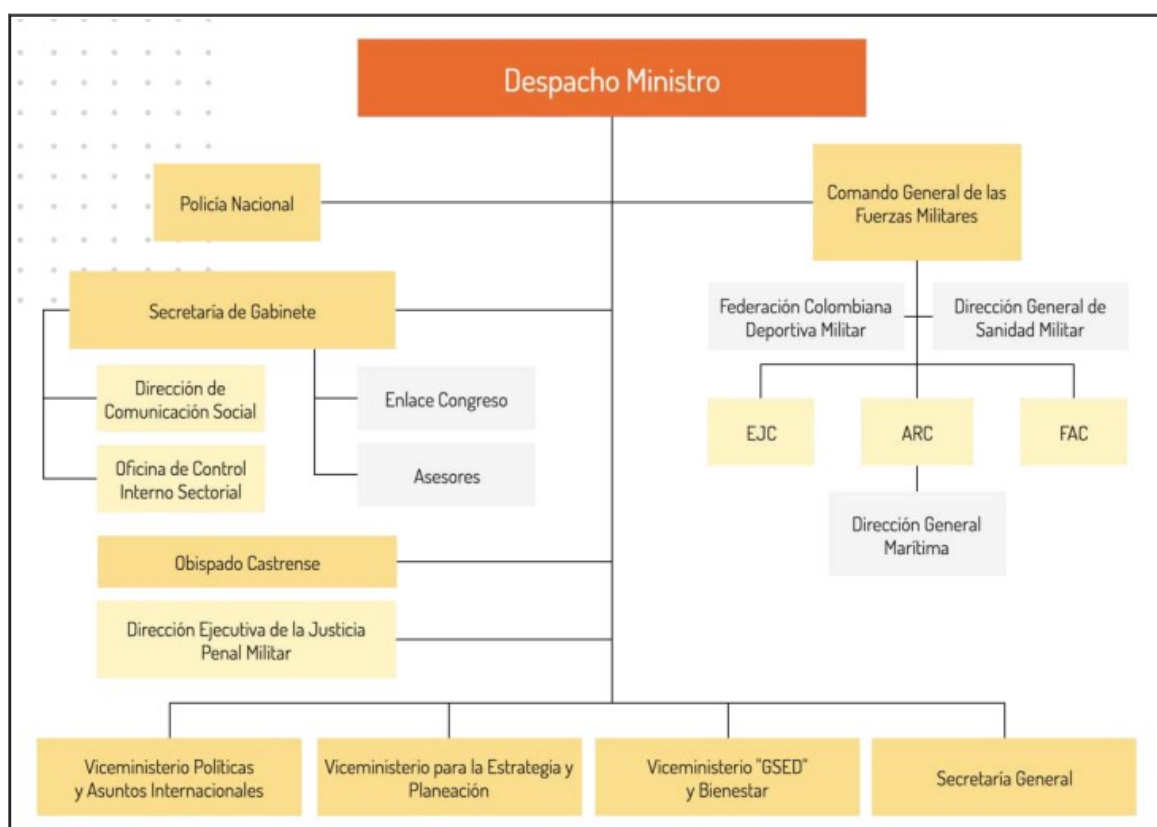


FIGURA 18 – Organograma do Ministério da Defesa da Colômbia
 Fonte: COLÔMBIA, 2023a, p.3.

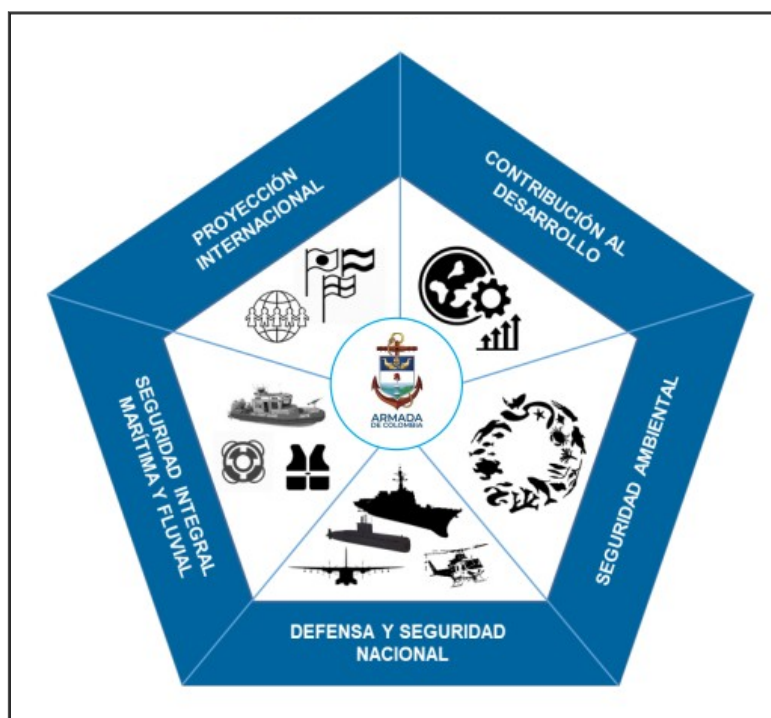


FIGURA 19 – Pentágono Naval
 Fonte: COLÔMBIA, 2020. p. 34.

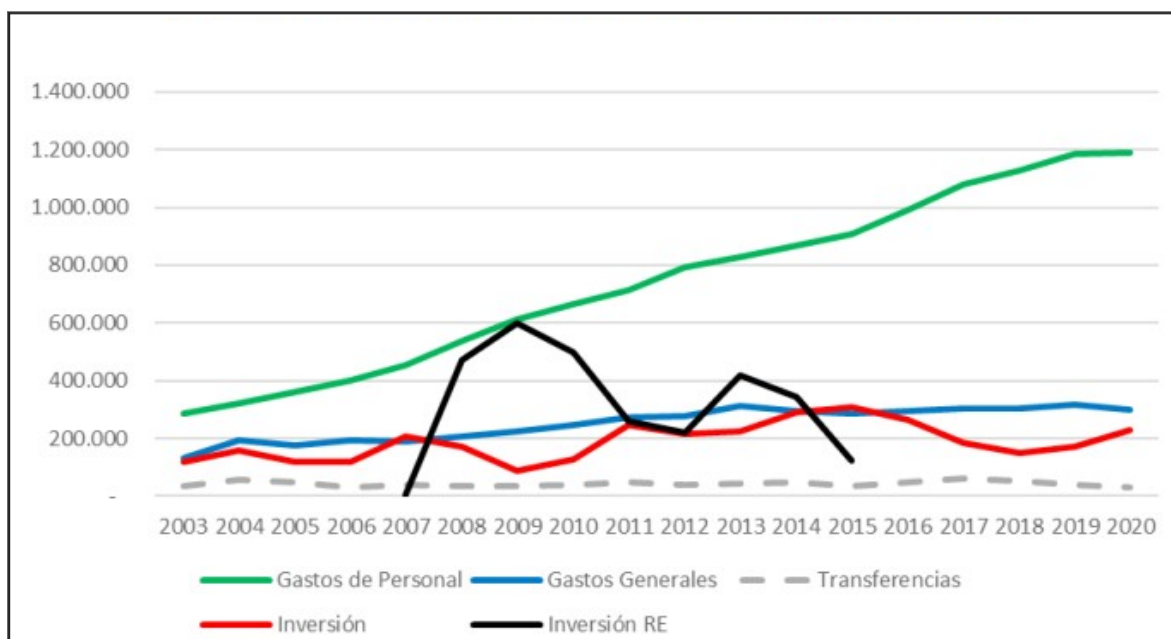


FIGURA 20 – Orçamento Armada Nacional por Componentes de Despesas 2002-2020
 Fonte: COLÔMBIA, 2020, p. 45.

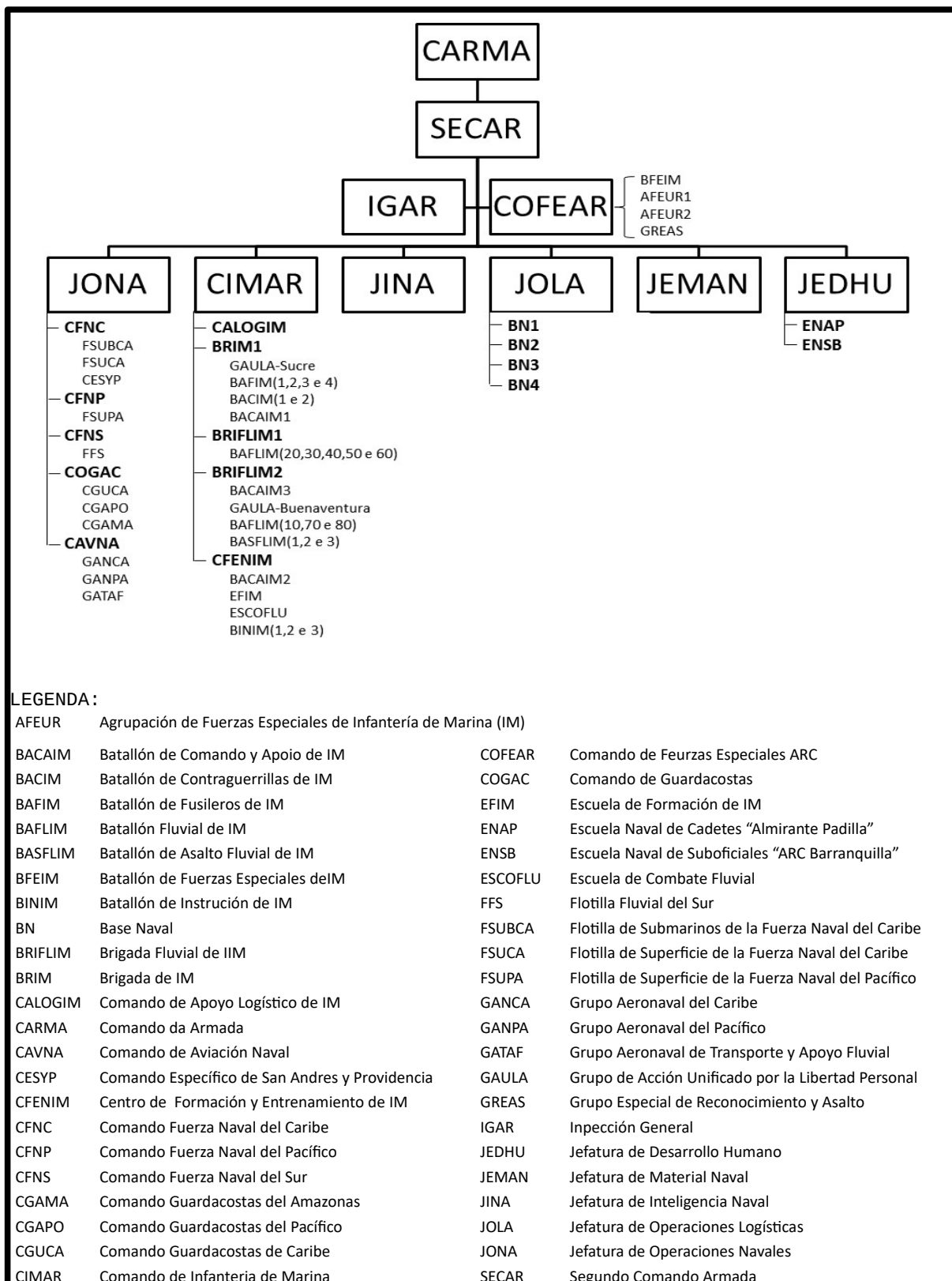


FIGURA 21 – Organograma Simplificado da ARC em 2004

Fonte: COLÔMBIA, 2004. Dados consolidados pelo autor.

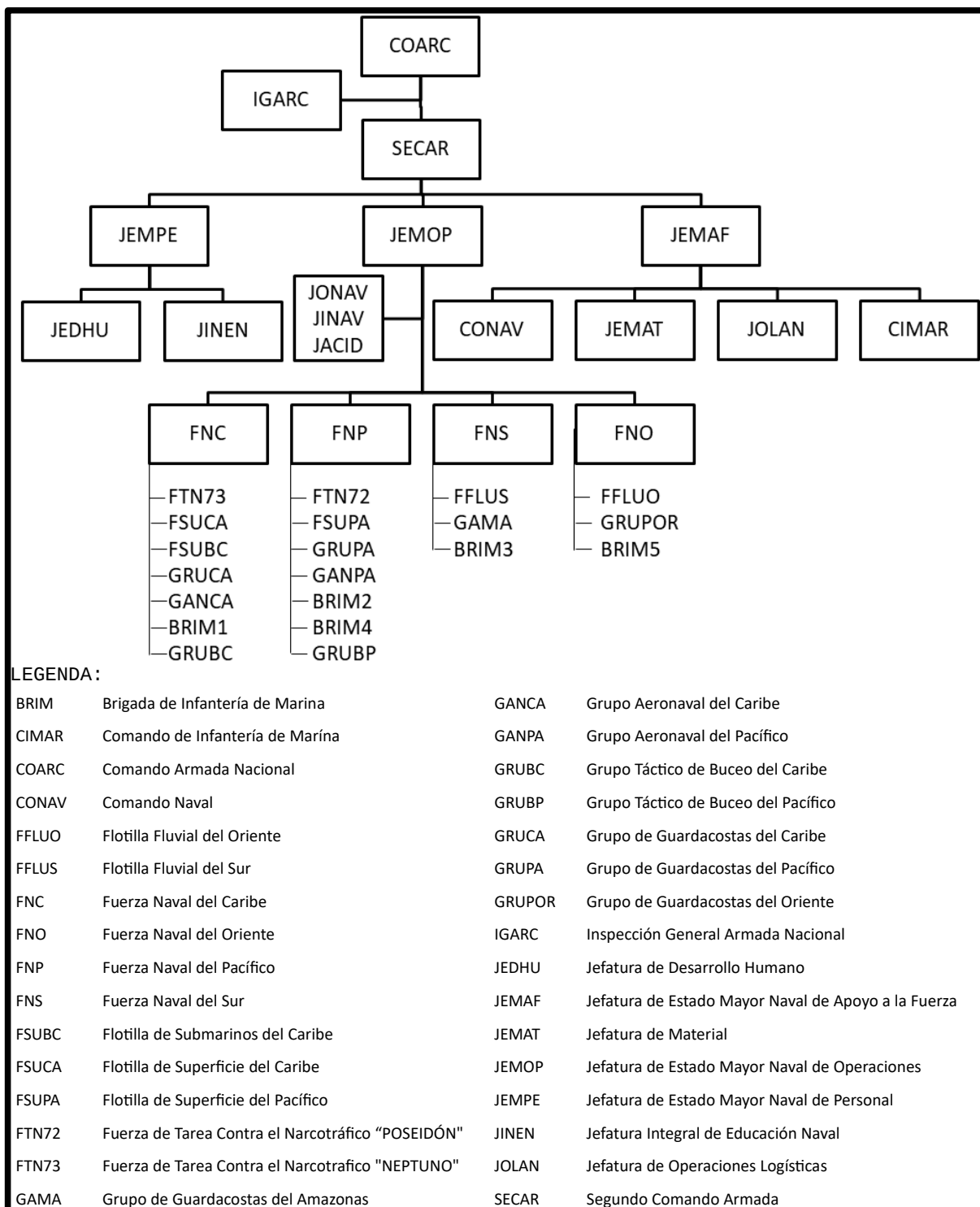


FIGURA 22 – Organograma Simplificado da ARC em 2021

Fonte: COLÔMBIA, 2021. Dados consolidados pelo autor.

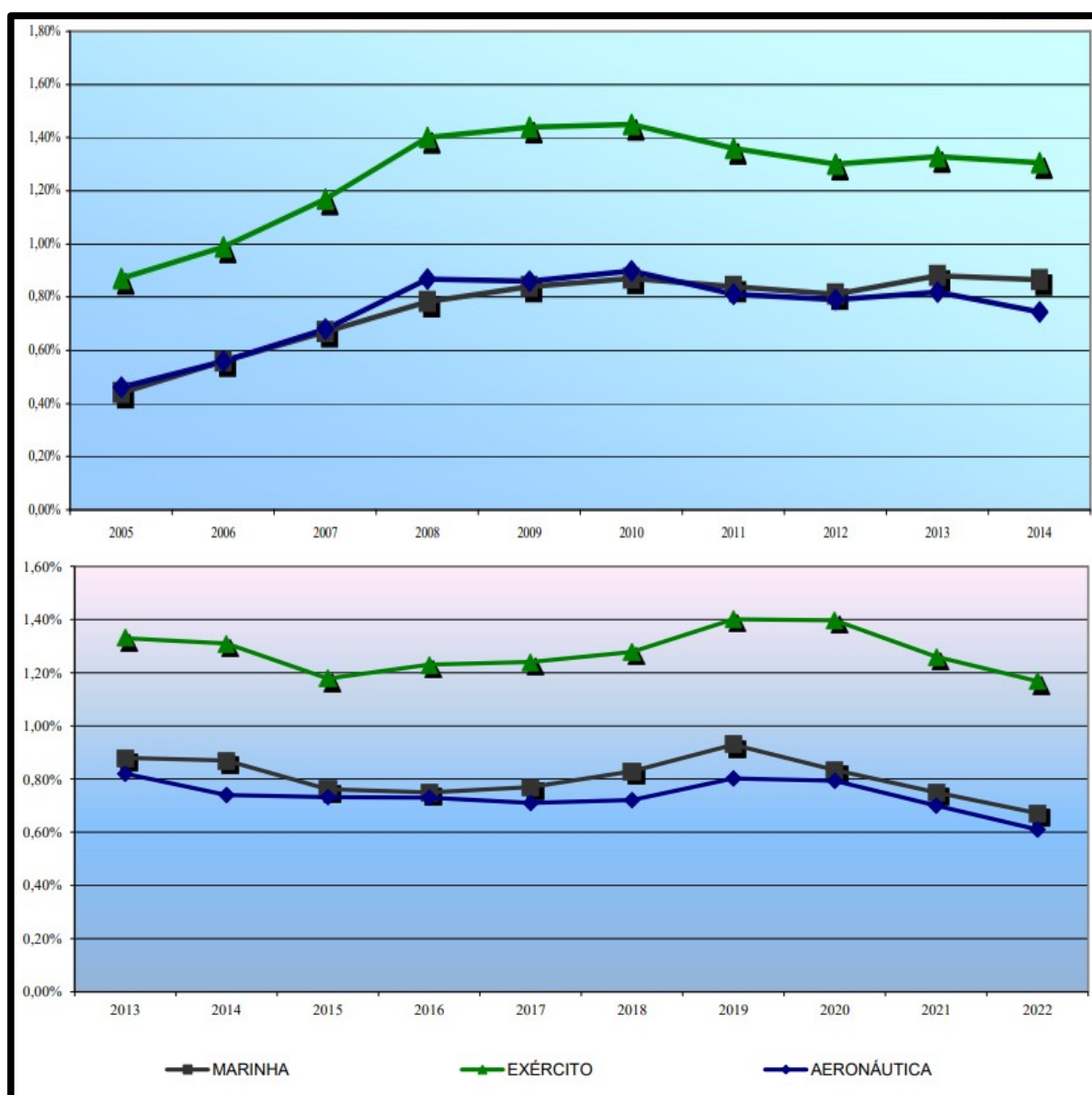


FIGURA 23 – Distribuição de Recursos Orçamentários da União Destinados às Forças Armadas 2005 – 2022

Fontes: a) Anuário Estatístico da Marinha 2013 – ANEMAR 2013. p. 201; e
b) Anuário Estatístico da Marinha 2021 – ANEMAR 2021. p. 210.

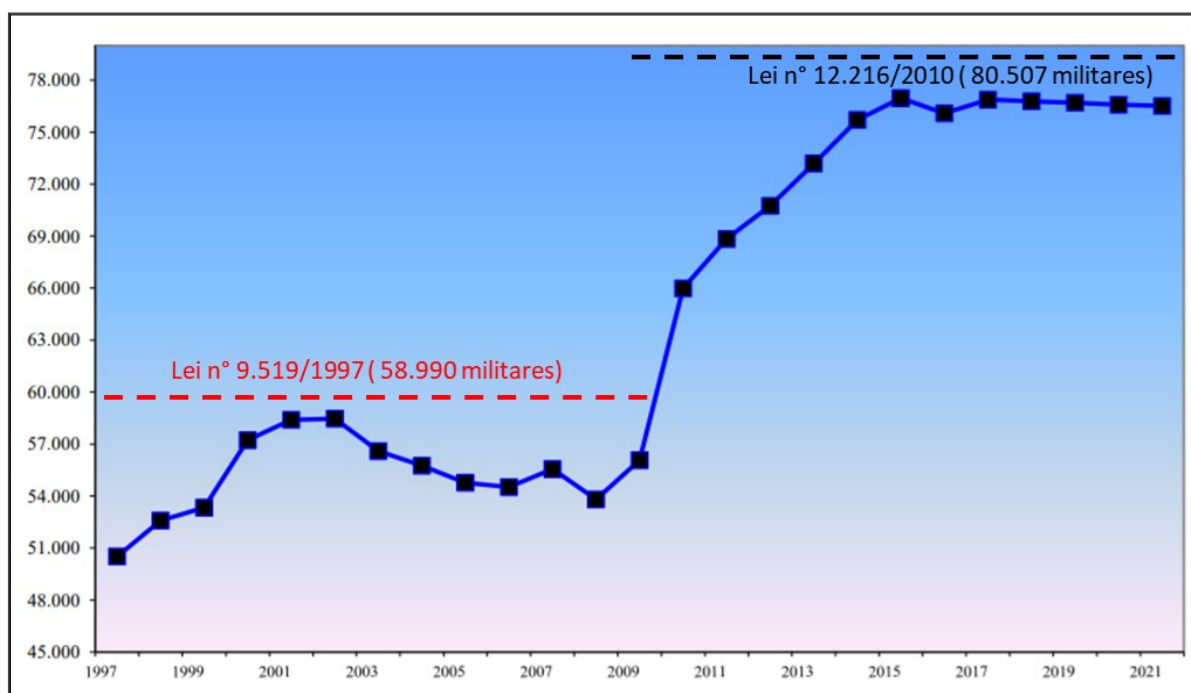


FIGURA 24 – Evolução do Número de Militares da MB – 1997-2021

Fontes: Anuário Estatístico da Marinha 2021 – ANEMAR 2021. p. 2.

ANEXO B

TABELAS

TABELA 1

Convenções das Nações Unidas sobre o Controle de Drogas

CONVENÇÃO	ANO	CARACTERÍSTICAS
Convenção Única sobre Entorpecentes	1961	Tem o objetivo de combater uso abusivo de drogas por meio de ações internacionais coordenadas. Existem duas formas de intervenção e controle que trabalham juntas: a primeira é a limitação da posse, do uso, da troca, da distribuição, da importação, da exportação, da manufatura e da produção de drogas exclusivas para uso médico e científico; a segunda é combater o tráfico de drogas por meio da cooperação internacional para deter e desencorajar os traficantes.
Convenção sobre Substâncias Psicotrópicas	1971	Estabelece um sistema de controle internacional para substâncias psicotrópicas, e é uma reação à expansão e diversificação do espectro do uso abusivo de drogas. A convenção criou ainda formas de controle sobre diversas drogas sintéticas de acordo, por um lado, a seu potencial de criar dependência, e por outro lado, a poder terapêutico.
Convenção Contra o Tráfico Ilícito de Entorpecentes e Substâncias Psicotrópicas	1988	Fornece medidas abrangentes contra o tráfico de drogas, inclusive métodos contra a lavagem de dinheiro e o fortalecimento do controle de percussores químicos. Ela também fornece informações para uma cooperação internacional por meio, por exemplo, da extradição de traficantes de drogas, seu transporte e procedimentos de transferência.

Fonte: Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC). Disponível em: <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/drogas/marco-legal.html>. Acesso em: 28 jun. 2023. Dados consolidados pelo autor.

TABELA 2

Preços da Cocaína por Países em 2020

PAÍS	PREÇO (US\$) DA COCAÍNA POR Kg
Austrália	200.000
Áustria	45.600
Croácia	45.200
Alemanha	42.900
Itália	42.900
Reino Unido	40.600
Holanda	39.536
Portugal	39.536
Espanha	39.500
Canadá	37.210
Eslovênia	37.200
França	35.017
EUA	32.000
Bélgica	30.500
México	17.500
República Dominicana	11.000
Costa Rica	8.000
Brasil	7.000
Chile	7.000
Panamá	6.000
Equador	4.500
Colômbia	1.375

Fonte: Cocaine Market Analysis 2020. Disponível em: <http://www.ameripol.org/portaIAmeripol/ShowBinary?nodeId=/WLP%20Repository/116171//archivo>. Acesso em: 6 jul. 2023.

TABELA 3

Assistência Financeira de Defesa e Segurança dos EUA à Colômbia (2000-2023)

ANO	Valor (US\$)
2000	999.575.846,00
2001	229.525.231,00
2002	514.098.431,00
2003	754.593.589,00
2004	789.470.130,00
2005	724.811.612,00
2006	737.040.053,00
2007	1.435.439.405,00
2008	699.304.727,00
2009	471.470.106,00
2010	437.324.860,00
2011	370.792.537,00
2012	247.859.979,00
2013	259.325.132,00
2014	246.040.931,00
2015	218.463.613,00
2016	239.890.000,00
2017	260.630.000,00
2018	203.984.000,00
2019	240.172.000,00
2020	248.308.000,00
2021	61.375.000,00
2022	237.850.000,00
Média Anual (2000-2022)	462.058.486,17
Total (2000-2022)	10.627.345.182,00

Fonte: Security Sector Assistance. Disponível em: <https://securityassistance.org/security-sector-assistance/>. Acesso em: 8 jul. 2023.

TABELA 4

Presidentes da Colômbia e dos EUA (2000-2023)

ANO	PRESIDENTES	
	COLÔMBIA	EUA
2000	Andrés Pastrana (1998-2002)	Bill Clinton (1993-2001)
2001		
2002	Álvaro Uribe (2002-2010)	George W. Bush (2001-2009)
2003		
2004		
2005		
2006		
2007		
2008		
2009		
2010		
2011	Juan Manuel Santos (2010-2018)	Barack Obama (2009-2017)
2012		
2013		
2014		
2015		
2016		
2017		
2018	Iván Duque (2018-2022)	Donald Trump (2017-2021)
2019		
2020		
2021	Gustavo Petro (a partir de 2022)	Joe Biden (a partir de 2021)
2022		
2023		

Fonte: própria.

TABELA 5

Produto Interno Bruto Brasil e Colômbia (2000-2022)

ANO	BRASIL				COLÔMBIA			
	US\$ corrigido para 2021 (milhões)	US\$ sem correção (milhões)	R\$ sem correção (milhões)	% PIB	US\$ corrigido para 2021 (milhões)	US\$ sem correção (milhões)	Pesos sem correção (milhões)	% PIB
2000	13696,90	11344,00	20753,00	1,73	4338,10	3027,90	6322000,00	3,03
2001	15864,80	10930,20	25682,00	1,95	4771,10	3264,40	7507000,00	3,32
2002	16076,60	9664,60	28224,00	1,90	5009,70	3347,50	8383000,00	3,42
2003	12825,20	8392,90	25829,00	1,50	5262,50	3278,40	9434000,00	3,46
2004	13325,90	9780,10	28680,00	1,46	5617,10	4056,90	10664000,00	3,47
2005	14418,60	13588,60	33080,00	1,52	5718,50	4914,20	11405000,00	3,37
2006	14929,80	16404,90	35686,00	1,48	6046,50	5326,70	12577000,00	3,30
2007	16101,10	20485,80	39887,00	1,47	6414,40	6775,80	14082000,00	3,29
2008	17128,20	24452,90	44841,00	1,44	7582,00	9051,10	17810000,00	3,74
2009	18676,00	25648,80	51283,00	1,54	7965,10	9033,20	19496000,00	3,89
2010	20739,60	34002,90	59819,00	1,54	7904,40	10422,10	19787000,00	3,64
2011	20089,10	36936,20	61788,00	1,41	7357,90	10306,60	19048000,00	3,08
2012	20475,40	33987,00	66379,00	1,38	7875,80	11706,30	21035000,00	3,16
2013	20586,80	32874,80	70881,00	1,33	8576,00	12503,80	23367000,00	3,27
2014	20998,50	32660,20	76874,20	1,33	8457,80	11846,00	23713000,00	3,11
2015	20511,80	24617,70	81873,50	1,37	8501,70	9127,20	25025600,00	3,11
2016	19470,60	24224,70	84509,00	1,35	8382,30	8676,00	26527877,00	3,07
2017	20739,80	29261,80	93120,10	1,41	8944,90	10018,00	29529600,00	3,21
2018	22116,00	28177,40	102938,30	1,47	8791,00	10134,70	29962000,00	3,03
2019	21162,30	25906,90	102176,70	1,38	9450,90	10167,50	33346100,00	3,15
2020	20258,40	19591,20	100953,50	1,33	9755,40	9554,10	35290000,00	3,53
2021	19187,10	19187,10	103552,90	1,16	10180,10	10180,10	38113700,00	3,24
2022	17675,10	20210,80	104367,90	1,05	10295,30	9937,70	42302296,00	3,08

Fonte: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 26 jul. 2023. Dados consolidados pelo autor.

TABELA 6

Orçamento do Ministério da Defesa e da ARC (2000-2022)

ANO	VALORES EM MILHÕES DE PESOS COLOMBIANOS				% da ARC na Defesa	% gasto com pessoal na ARC
	ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	ORÇAMENTO DA ARC	ORÇAMENTO DA ARC (Corrigido a valores 2022)	ARC GASTOS COM PESSOAL		
2000	\$ 6.322.000,00	\$ 343.325,00	\$ 963.378,48	\$ 182.549,12	5,4%	53,2%
2001	\$ 7.507.000,00	\$ 416.500,00	\$ 1.070.050,68	\$ 217.123,13	5,5%	52,1%
2002	\$ 8.383.000,00	\$ 463.800,00	\$ 1.103.613,45	\$ 254.126,09	5,5%	54,8%
2003	\$ 9.434.000,00	\$ 530.200,00	\$ 1.186.283,44	\$ 298.120,03	5,6%	56,2%
2004	\$ 10.664.000,00	\$ 590.500,00	\$ 1.233.268,22	\$ 297.200,34	5,5%	50,3%
2005	\$ 11.405.000,00	\$ 629.727,00	\$ 1.241.921,07	\$ 325.400,38	5,5%	51,7%
2006	\$ 12.577.000,00	\$ 693.327,57	\$ 1.301.619,64	\$ 375.798,26	5,5%	54,2%
2007	\$ 14.082.000,00	\$ 847.961,34	\$ 1.526.437,44	\$ 416.936,00	6,0%	49,2%
2008	\$ 17.810.000,00	\$ 1.450.741,00	\$ 2.474.198,87	\$ 488.868,00	8,1%	33,7%
2009	\$ 19.496.000,00	\$ 1.526.857,11	\$ 2.433.656,83	\$ 566.154,78	7,8%	37,1%
2010	\$ 19.787.000,00	\$ 1.496.951,93	\$ 2.289.818,59	\$ 607.072,22	7,6%	40,6%
2011	\$ 19.048.000,00	\$ 1.404.109,16	\$ 2.100.128,36	\$ 664.698,40	7,4%	47,3%
2012	\$ 21.035.000,00	\$ 1.477.102,35	\$ 2.136.244,83	\$ 743.930,77	7,0%	50,4%
2013	\$ 23.367.000,00	\$ 1.744.859,79	\$ 2.445.949,79	\$ 794.118,00	7,5%	45,5%
2014	\$ 23.713.000,00	\$ 1.838.313,47	\$ 2.525.929,67	\$ 867.657,00	7,8%	47,2%
2015	\$ 25.025.600,00	\$ 1.656.016,00	\$ 2.211.316,15	\$ 916.315,00	6,6%	55,3%
2016	\$ 26.527.877,00	\$ 1.561.476,98	\$ 1.985.975,83	\$ 980.997,98	5,9%	62,8%
2017	\$ 29.529.600,00	\$ 1.501.165,00	\$ 1.775.897,68	\$ 1.024.820,00	5,1%	68,3%
2018	\$ 29.962.000,00	\$ 1.603.925,41	\$ 1.819.062,97	\$ 1.151.626,41	5,4%	71,8%
2019	\$ 33.346.100,00	\$ 1.717.231,10	\$ 1.886.445,72	\$ 1.188.853,00	5,1%	69,2%
2020	\$ 35.290.000,00	\$ 1.750.349,00	\$ 1.857.444,97	\$ 1.190.582,00	5,0%	68,0%
2021	\$ 38.113.700,00	\$ 1.896.758,00	\$ 1.963.144,53	\$ 1.295.644,00	5,0%	68,3%
2022	\$ 42.302.296,00	\$ 1.947.702,00	\$ 1.947.702,00	\$ 1.328.627,00	4,6%	68,2%

Fonte: Própria, com informações consolidadas de:

(1) Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). Disponível em: <https://milex.sipri.org/sipri>. Acesso em: 26 jul. 2023.

(2) Armada de Colombia. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/es/content/presupuesto-armada-nacional>. Acesso em: 26 jul. 2023.

TABELA 7

Efetivo das Forças Armadas Colombianas (2002-2022)

AÑO	EJC	ARC	FAC	TOTAL EFECTIVOS
2.002	157.564	18.920	7.945	184.429
2.003	179.589	20.740	8.041	208.370
2.004	191.025	25.070	8.184	224.279
2.005	197.567	26.641	8.421	232.629
2.006	211.083	26.436	8.747	246.266
2.007	214.290	28.625	9.019	251.934
2.008	227.597	30.192	10.024	267.813
2.009	219.774	31.693	10.512	261.979
2.010	217.826	31.807	10.389	260.022
2.011	226.470	31.448	10.688	268.606
2.012	225.076	31.480	10.910	267.466
2.013	229.701	30.743	11.427	271.871
2.014	227.433	29.944	10.957	268.334
2.015	212.835	28.077	10.027	250.939
2.016	194.748	27.562	10.519	232.829
2.017	193.115	28.428	10.308	231.851
2.018	207.537	27.733	10.229	245.499
2.019	199.390	27.321	10.150	236.861
2.020	187.282	27.092	8.895	223.269
2.021	187.292	27.901	9.983	225.176
2.022	187.386	27.737	9.363	225.280

Fonte: COLÔMBIA, 2022a, p.2.

TABELA 8

Principais Alterações na Estrutura Organizacional da ARC (2004-2021)

ANO	TIPO DE MODIFICAÇÃO	
2005	Criação	Dirección de Doctrina Naval (DIDOC)
		Dirección Administrativa de Material Naval (DIAMA)
2006	Extinção	Grupo de Reconocimiento y Asalto (GREAS) do Comando de Fuerzas Especiales
2007	Criação	Jefatura de Incorporación y Educación Naval (JIEN)
		Centro de Especialistas de Infantería de Marina
		Batallón de Asalto Fluvial de Infantería de Marina n° 4 (BASFLIM4)
2008	Criação	Batallón de Asalto Fluvial de Infantería de Marina n° 5 (BASFLIM5)
2010	Criação	Jefatura de Planeación Naval (JEPLAN)
		Brigada Fluvial de Infantería de Marina n° 3 (BRIFLIM3)
		Batallón Fluvial de Infantería de Marina n° 90 (BAFLIM90)
		Batallón Fluvial de Infantería de Marina n° 100 (BAFLIMI00)
2011	Criação	Brigada de Infantería de Marina n° 4 (BRIM4)
		Batallón de Comando y Apoyo de Infantería de Marina n° 4 (BACAIM4)
		Batallón de Movilidad de Infantería de Marina n° 1 (BAMIM1)
	Alteração	Brigada Fluvial de Infantería de Marina n° 1 (BRIFLIM1) por Brigada de Infantería de Marina n° 5 (BRIM5)
		Brigada Fluvial de Infantería de Marina n° 2 (BRIFLIM2) por Brigada de Infantería de Marina n° 2 (BRIM2)
		Brigada Fluvial de Infantería n° 3 (BRIFLIM3) por Brigada de Infantería de Marina n° 3 (BRIM3)
		Centro de Especialistas de Infantería de Marina (CESIM) por Centro Internacional de Entrenamiento Anfibio (CIAN)
	2012	Criação
Base Naval n° 5 "ARC ORINOQUIA" (BN5)		
Flotilla Fluvial del Oriente (FFO)		
2013	Alteração	Comando de Fuerzas Especiales Navales (COFEN) orgânico da Jefatura de Operaciones Navales
2015	Criação	Dirección de Cibernética Naval (DICIB) na Jefatura de Inteligencia Naval (JINA)
		Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico "NEPTUNO" (FTCN-73)
2016	Criação	Agrupación de Explosivos y Desminado de Infantería de Marina
		Comando Logístico Naval (COLOGNA)
		Base Naval n° 6 "ARC BOGOTÁ" (BN6),
2017	Alteração	Comando Especifico de San Andrés y Providencia (CESYP) passa ao controle operacional da ARC (Resolución Ministerial n° 8305)
2019	Criação	Fuerza de Tarea Contra el Narcotráfico "POSEIDÓN" (FTCN72)

Fonte: Própria, com informações consolidadas da *Disposición n°127*, 30 de jul 2021, da *Armada Nacional*. Disponível em: <https://www.armada.mil.co/es>. Acesso em: 27 jul. 2023.

TABELA 9

Evolução dos Meios Navais da ARC (2000-2021)

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Submarino	SS 20 - Intrépido	70	x	x	x	0	0
Submarino	SS 21 - Indomable	70	x	x	x	0	0
Submarino	SS 28 - Pijao	1306	x	x	x	x	x
Submarino	SS 29 - Tayrona	1306	x	x	x	x	x
Submarino	SS 23 - Intrépido	498	0	0	0	x	x
Submarino	SS 24 - Indomable	498	0	0	0	x	x
Escolta	CM 51 - Almirante Padilla	2134	x	x	x	x	x
Escolta	CM 52 - Caldas	2134	x	x	x	x	x
Escolta	CM 53 - Antioquia	2134	x	x	x	x	x
Escolta	CM 54 - Independiente	2134	x	x	x	x	x
Escolta	CM 55 - Nariño	1093	0	0	0	x	x
Escolta	CM 56 - Tomo	1093	0	0	0	0	x
Patrulha Marítima	PM 41 - Espartana	2860	x	x	x	0	0
Patrulha Marítima	PO 42 - Cap pablo José de Porto	303	0	x	x	0	0
Patrulha Marítima	PO 43 - Cap Jorge Enrique M Duran	303	0	x	x	0	0
Patrulha Marítima	PM 102 - Rafael del Castillo y Rada	117	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 103 - TN José Maria Palas	101	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 104 - Medaro Monzon Coronado	101	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 105 - S2 Jaime Gómez Castro	42	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 106 - S2 Juan Nepomuceno Peña	42	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 107 - Jayme Rosa	42	x	0	0	0	0
Patrulha Marítima	PM 108 - Manuela Soares	42	x	0	0	0	0
Patrulha Marítima	PM 110 - Bocachica	42	x	0	0	0	0
Patrulha Marítima	PM 112 - Quitasueño	225	x	x	x	x	0
Patrulha Marítima	PM 113 - José Maria Garcia y Toledo	144	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 114 - Juan Nepomuceno Eslava	144	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 115 - TECM Jama E Cárdenas Gomez	117	x	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PM 116 - Edgar Romero	393	x	0	0	0	0
Patrulha Marítima	PM 117- Jorge Marquez	393	x	0	0	0	0
Patrulha Marítima	PC 141 - Cabo Corrientes	60	0	x	x	x	0
Patrulha Marítima	PC 142 - Cabo Manglares	60	0	x	x	x	x

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Patrulha Marítima	PC 143 - Cabo Tiburon	60	0	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PC 144 - Cabo de la Vela	60	0	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PC 145 - 11 de Noviembre	245	0	0	0	x	x
Patrulha Marítima	PC 146 - Punta Espada	284	0	0	0	x	x
Patrulha Marítima	PC 147 - Punta Soldado	284	0	0	0	x	x
Patrulha Marítima	PC 148 - Punta Ardita	284	0	0	0	x	x
Patrulha Marítima	PO 44 - Valle del Cauca	1147	0	x	x	x	x
Patrulha Marítima	PO 45 - San Andrés	1051	0	0	x	x	x
Patrulha Marítima	PO 46 - 20 de Julio	1828	0	0	0	x	x
Patrulha Marítima	PO 47 - 7 de Agosto	1828	0	0	0	x	x
Patrulha Marítima	PO 48 - Victoria	1828	0	0	0	0	x
Rebocador de Mar	RM 72 - Pedro de Heredia	1260	x	0	0	0	0
Rebocador de Mar	RM 73 - Sebastian de Belat Calzar	1260	x	0	0	0	0
Rebocador de Mar	RM 74 - Rodrigo de Bastidas	1589	x	0	0	0	0
Canhoneira Fluvial	CF 135 - Riohacha / PF	184	x	x	x	0	0
Canhoneira Fluvial	CF 136 - Leticia / PF	279	x	x	x	x	x
Canhoneira Fluvial	CF 137 - Arauca / PF	279	x	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	Série PRF 176 a 180 (5 un)	7	5	5	0	0	0
Embarcação Fluvial	Série LR/PF 121 a 128 (7 un)	85	7	7	7	6	5
Embarcação Fluvial	Série LR 129 e 130 (2 un)	9	2	2	2	0	0
Embarcação Fluvial	Série LR/PRF 181 a 189 (9 un)	12	9	9	1	0	0
Embarcação Fluvial	Série PRF 190 a 195 (6 un)	7	0	6	0	0	0
Embarcação Fluvial	PAF 601 - Fifigonio Hichamón	60	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 602 - SSIM Manuel Antonio Moyar	60	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 603 - Igaraparana	120	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 604 - SSIM Julio Correa	60	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 605 - Manacacias	120	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 606 - Cotuhe	120	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 607 - SSCIM Senen Alberto Araujo	376	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 608 - Guillermo Londoño Vargas	376	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 609 - Ariari	85	0	x	x	x	x
Embarcação Fluvial	NF 131 - Socorro	190	0	x	0	0	0
Embarcação Fluvial	NF 132 - Hernando Gutiérrez	190	0	x	0	0	0
Embarcação Fluvial	PAF 610 - Mario Vilegas	376	0	0	x	x	x

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Embarcação Fluvial	PAF 611 - Tony Pastrana Contreras	376	0	0	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 612 - CTCIM Jorge Moreno Salazar	376	0	0	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 613 - Juan Ricarda Oyola Vera	376	0	0	x	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 614 - Alexander Pérez Rodriguez	376	0	0	0	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 615 - Cristian Reyes Holguín	376	0	0	0	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 616 - Alejandro Ledesma Ortiz	116	0	0	0	x	x
Embarcação Fluvial	PAF 617 - Harrys Tous Cataño	116	0	0	0	x	x
Lancha Marítima	Série PG 401 a 405 (5 un)	6	0	5	5	4	4
Lancha Marítima	Série PB-410/490/500/700 (24 un)	6	0	24	24	0	0
Lancha Marítima	Série PB 472-473-474 (3 un)	5.5	0	3	3	0	0
Lancha Marítima	Série PB 420/430/440 (26 un)	5	0	26	20	20	20
Lancha Marítima	Série PC 450/460 (15 un)	6,2	0	15	15	15	15
Auxiliar	BO/BH/BHM 153 - Quindío	600	x	x	x	x	0
Auxiliar	BO 154 - Gorgona / BB 31 Gorgona	583	x	x	x	x	x
Auxiliar	BO 155 - Providencia (pesquisa mar)	1176	x	x	x	x	x
Auxiliar	BO 156 - Malpeio (pesquisa mar)	1176	x	x	x	x	x
Auxiliar	BB 32 - Capitán Binney	161	0	x	0	0	0
Auxiliar	BD 33 - Socorro/ BO 33 - Abadía Medéz	151	x	x	x	x	0
Auxiliar	BB 34 - Ciénaga de Mayorquin	161	x	x	x	x	0
Auxiliar	BD 35 - H Guterrez / BO 35 - Isla Palma	151	x	x	x	x	0
Doca Flutuante	DF 41 - Mayor Jayme Arias / DF 170	700	x	x	x	0	0
Rebocador	Série RM 75 a 80 (6 un)	43	2	4	6	5	3
Rebocador Fluvial	Série RR/RF 81 a 92 (9 un)	12	9	9	7	5	4
Rebocador Fluvial	Série RR/RF 93 a 98 (6 un)	132	6	3	3	2	1
Auxiliar	TM 101 - Pedro David Salas	30	x	0	0	0	0
Trasporte Marítimo	TM 44 - Teló	125	x	0	0	0	0
Trasporte Marítimo	TM 49 - Colima	30	x	0	0	0	0
Trasporte Marítimo	TM 62 - Sirius	30	x	0	0	0	0
Auxiliar	Série NF 141 a 144 (4 un)	190	4	0	0	0	0
Trasporte Marítimo	TM/LD 240 - Bahía Zapurro	125	x	x	0	0	0
Navios Anfíbios	Série BDA 240 a 244 (5 un)	575	0	0	1	1	5
Navios Anfíbios	TM/LD 246 - Morrosquilo	347	x	x	x	x	0
Navios Anfíbios	TN 247 - Urabu	347	x	0	0	0	0
Navios Anfíbios	TM/LD 248 - Bahía Honda	353	x	x	x	x	x
Navios Anfíbios	TM/LD 249 - Bahía Portete	347	x	x	x	x	0
Navios Anfíbios	TM/LD 251 - Bahía Solano	353	x	x	x	x	x

Navios Anfíbios	TM/LD 249 - Bahía Portete	347	x	x	x	x	0
Navios Anfíbios	TM/LD 252 - Bahia Cupica	353	x	x	x	x	x
Navios Anfíbios	TM/LD 253 - Bahia Utría	353	x	x	x	x	x
Navios Anfíbios	TM/LD 254 - Bahia Malaga	347	x	x	x	x	0
Auxiliar	BL 161 - Cartagena de Indias	3483	0	x	x	x	0
Auxiliar	BL 162 - Buenaventura	3483	0	x	x	x	0
Auxiliar	ETG/TM 501 - Bocachica	196	0	x	x	x	0
Auxiliar	ETG/TM 502 - Arturus	30	0	x	x	x	0
Auxiliar	ETG 503 - Pedro Davis Salas / TM 101	30	0	x	x	x	0
Auxiliar	ETG 504 - Sirius / TM 62	30	0	x	x	x	0
Auxiliar	TM 506 - Tofú	300	0	x	0	0	0
Auxiliar	ETG 507 - Calima / TM 49	30	0	x	x	x	0
Auxiliar	Série ETG/TM 508 a 513 (6 un)	3	0	6	3	3	0
Auxiliar	ETG/TB 542 - Playa Blanca	10	0	x	x	x	0
Auxiliar	ETG/TB 543 - Tierra Bomba	10	0	x	x	x	0
Auxiliar	ETG/TB 544 - Bell Salter	87	0	x	x	x	0
Auxiliar	Série TB/ETG 545 a 560 (12 un)	10	0	9	2	4	0
Auxiliar	BHM 152 - Caribe	600	0	0	0	0	x
Auxiliar	BHM 153 - Roncador	600	0	0	0	0	x
Treinamento	BE 160 - Gloria	1270	x	x	x	x	x
Treinamento	YT 230 - Comodoro	15	0	x	x	x	0
Treinamento	YT 231 - Tridente	16	0	x	x	x	0
Treinamento	YT 232 - Cristina	18	0	x	x	x	0
Treinamento	YT 233 - Albatros	12	0	0	x	x	0
Treinamento	YT 234 – Poseidon	16	0	0	x	x	0
Total de Embarcações			94	176	143	144	115
Total de Embarcações acima 10 Ton			87	101	95	96	77
Total de Embarcações acima 100 Ton			54	61	53	60	56
Total de Embarcações acima 250 Ton			28	29	34	40	43
Total de Embarcações acima 400 Ton			16	16	18	21	26
Toneladas de Deslocamento			32554	37947	39848	42960	39161

Fonte: Própria, com informações consolidadas de:

- (1) SHARPE, 1999.
- (2) SAUNDERS, 2004.
- (3) SAUNDERS, 2009.
- (4) SAUNDERS, 2015.
- (5) SAUNDERS, 2020.

TABELA 10

Operações de GLO e Relacionadas à GLO Realizadas pela MB (1992 a 2022)

TIPO		MB
GLO	Violência Urbana	5
	Greve PM	4
	Eventos	11
	Garantia da Votação e Apuração	7
	TOTAL	27
Não GLO	Apoio Logístico	8
	Prorrogação / Repetição de ação conflagrada	11
	TOTAL	19
TOTAL GLO e NÃO GLO		46

Fonte: HISTÓRICO DE OPERAÇÕES DE GLO 1992-2022 (BRASIL, 2022, p. 2).

Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1-metodologia-de-estudo.pdf

TABELA 11

Orçamento do Ministério da Defesa e da MB (2013-2022)

Ano	Orçamento MD	Orçamento MB	% da MB	Despesas de pessoal na MB	% da MB com pessoal
2022	R\$ 107.277.980.120,00	R\$ 29.329.575.952,00	27,34%	R\$ 24.569.587.395,00	83,77%
2021	R\$ 117.058.359.189,94	R\$ 31.233.710.451,00	26,68%	R\$ 23.609.955.503,00	75,59%
2020	R\$ 114.622.097.139,00	R\$ 29.753.786.798,00	25,96%	R\$ 21.907.339.044,00	73,63%
2019	R\$ 102.474.909.871,98	R\$ 30.327.623.114,00	29,60%	R\$ 20.758.410.308,00	68,45%
2018	R\$ 99.380.522.289,00	R\$ 29.062.079.395,00	29,24%	R\$ 19.798.812.618,00	68,13%
2017	R\$ 93.335.452.294,02	R\$ 26.290.328.933,00	28,17%	R\$ 18.632.405.260,00	70,87%
2016	R\$ 80.389.725.048,00	R\$ 22.258.159.490,00	27,69%	R\$ 16.121.241.422,00	72,43%
2015	R\$ 81.773.573.157,99	R\$ 22.833.887.229,99	27,92%	R\$ 14.776.073.470,99	64,71%
2014	R\$ 74.017.108.772,00	R\$ 20.637.578.940,00	27,88%	R\$ 13.341.433.317,00	64,65%
2013	R\$ 66.383.573.219,00	R\$ 18.828.348.464,00	28,36%	R\$ 12.079.809.035,00	64,16%

Fonte: Anuário Estatístico da Marinha (ANEMAR) – período de 2021 a 2013.

TABELA 12

Efetivo da MB em 2021 – Fuzileiros Navais e Setor Operativo

	Total da MB	Fuzileiros Navais	% FN	Operativo (setor ComOpNav)	% Operativo
Oficiais	12.371	1.066	8,62%	5.387	43,55%
Praças	62.670	16.168	25,80%	45.288	72,26%
TOTAL	75.041	17.234	22,97%	50.675	67,53%

Fonte: Anuário Estatístico da Marinha 2021 (ANEMAR 2021).

TABELA 13

Evolução dos Meios Navais da MB (2000-2021)

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Submarino	S 21 - Tonelero	2410	1	0	0	0	0
Submarino	S 30 - Tupi	1590	1	1	1	1	1
Submarino	S 31 - Tamoio	1590	1	1	1	1	1
Submarino	S 32 - Timbira	1590	1	1	1	1	1
Submarino	S 33 - Tapajó	1590	1	1	1	1	1
Submarino	S 34 - Tikuna	1586	0	1	1	1	1
Submarino	S 40 - Riachuelo	1870	0	0	0	0	1
Submarino	S 41 - Humaitá	1870	0	0	0	0	0
Submarino	S 42 - Tonelero	1870	0	0	0	0	0
Submarino	S 43 - Angostura	1870	0	0	0	0	0
Aeródromo	A 11 - Minas Gerais	19890	1	0	0	0	0
Aeródromo	A 12 - São Paulo	33673	1	1	1	0	0
Aeródromo	A 140 - Atlântico	22107	0	0	0	0	1
Escolta	D 27 - Pará	3560	1	1	0	0	0
Escolta	D 28 - Paraíba	3560	1	0	0	0	0
Escolta	D 29 - Paraná	3560	1	0	0	0	0
Escolta	D 30 - Pernambuco	3560	1	1	0	0	0
Escolta	F 40 - Niteroi	3707	1	1	1	1	0

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Escolta	F 41 - Defesensora	3707	1	1	1	1	1
Escolta	F 42 - Constituição	3707	1	1	1	1	1
Escolta	F 43 - Liberal	3707	1	1	1	1	1
Escolta	F 44 - Independência	3707	1	1	1	1	1
Escolta	F 45 - União	3707	1	1	1	1	1
Escolta	F 46 - Greenhalgh	4731	1	1	1	1	1
Escolta	F 47 - Dodsworth	4731	1	1	0	0	0
Escolta	F 48 - Bosisio	4731	1	1	1	1	0
Escolta	F 49 - Rademaker	4731	1	1	1	1	1
Escolta	V 30 - Inhaúma	2140	1	1	1	1	0
Escolta	V 31 - Jaceguai	2140	1	1	1	1	0
Escolta	V 32 - Julio de Noronha	2140	1	1	1	1	1
Escolta	V 33 - Frontin	2140	1	1	1	1	0
Escolta	V 34 - Barroso	2350	1	1	1	1	1
Navios Anfíbios	G 25 - Almirante Saboia	6700	0	0	1	1	1
Navios Anfíbios	G 40 - Bahia	12599	0	0	0	1	1
Navios Anfíbios	G 26 - Duque de Caxias	7800	1	0	0	0	0
Navios Anfíbios	G 28 - Mattoso Maia	8757	1	1	1	1	1
Navios Anfíbios	G 29 - Garcia d'Avila	8585	0	0	1	1	0
Navios Anfíbios	G 30 - Ceará	12150	1	1	1	1	0
Navios Anfíbios	G 31 - Rio de Janeiro	12150	1	1	1	0	0
Navios Anfíbios	L 10 - Guarapari	390	1	1	1	1	1
Navios Anfíbios	L 11 - Tambaú	390	1	1	1	1	1
Navios Anfíbios	L 12 - Camboriú	390	1	1	1	1	1
Navios Anfíbios	L 20 - Marambaia	762	0	0	0	1	1
Patrulha	V 15 - Imperial Marinheiro	1025	1	1	1	0	0
Patrulha	V 19 - Caboclo	1025	1	1	1	1	1
Patrulha	V 20 - Angostura	1025	1	0	0	0	0
Patrulha	V 21 - Bahiana	1025	1	0	0	0	0
Patrulha	V 22 - Mearim	1025	1	0	0	0	0
Patrulha	V 23 - Purus	1025	1	0	0	0	0
Patrulha	V 24 - Solimões	1025	1	0	0	0	0
Patrulha	LP 01 - Marlim	40	0	0	1	1	1
Patrulha	LP 02 - Barracuda	40	0	0	1	1	1

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Patrulha	LP 03 - Dourado	40	0	0	1	1	1
Patrulha	LP 04 - Albacora	40	0	0	1	1	1
Patrulha	LP 05 - Anequim	40	0	0	0	1	1
Patrulha	P 10 - Piratini	146	1	1	1	1	1
Patrulha	P 11 - Pirajá	146	1	1	1	1	1
Patrulha	P 12 - Pampeiro	146	1	1	1	1	1
Patrulha	P 13 - Parati	146	1	1	1	1	1
Patrulha	P 14 - Penedo	146	1	1	1	1	1
Patrulha	P 15 - Poti	146	1	1	1	1	1
Patrulha Fluvial	P 20 - Pedro Teixeira	900	1	1	1	1	1
Patrulha Fluvial	P 21 - Raposo Tavares	900	1	1	1	1	1
Patrulha Fluvial	P 30 - Roraima	340	1	1	1	1	1
Patrulha Fluvial	P 31 - Rondônia	340	1	1	1	1	1
Patrulha Fluvial	P 32 - Amapá	340	1	1	1	1	1
Patrulha	P 40 - Grajaú	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 41 - Guaíba	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 42 - Graúna	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 43 - Goiana	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 44 - Guajará	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 45 - Guaporé	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 46 - Gurupá	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 47 - Gurupi	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 48 - Guanabara	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 49 - Guarujá	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 50 - Guaratuba	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 51 - Gravataí	217	1	1	1	1	1
Patrulha	P 60 - Bracuí	890	1	1	1	1	1
Patrulha	P 61 - Benevente	890	1	1	1	1	1
Patrulha	P 62 - Bocaina	890	1	1	1	1	1
Patrulha	P 63 - Babitonga	890	1	1	1	1	1
Patrulha	P 70 - Macaé	500	0	0	1	1	1
Patrulha	P 71 - Macau	500	0	0	0	1	1
Patrulha	P 72 - Maracanã	500	0	0	0	0	1
Patrulha	P 73 - Mangaratiba	500	0	0	0	0	1

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Patrulha	P 120 - Amazonas	2286	0	0	0	1	1
Patrulha	P 121 - Apa	2286	0	0	0	1	1
Patrulha	P 122 - Araguari	2286	0	0	0	1	1
Minagem	M 15 - Aratú	284	1	1	1	1	1
Minagem	M 16 - Anhatomirim	284	1	1	1	1	0
Minagem	M 17 - Atalaia	284	1	1	1	1	1
Minagem	M 18 - Araçatuba	284	1	1	1	1	1
Minagem	M 19 - Abrolhos	284	1	1	1	0	0
Minagem	M 20 - Albardão	284	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 10 - Rio Branco	610	0	0	0	1	1
Hidrográfico	H 12 - Rio Tocantins	140	0	0	0	1	1
Hidrográfico	H 13 - Rio Xingu	140	0	0	0	1	1
Hidrográfico	H 14 - Rio Solimões	140	0	0	0	1	1
Hidrográfico	H 15 - Rio Negro	140	0	0	0	1	1
Hidrográfico	H 18 - Comandante Varella	420	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 19 - Tenente Castelo	420	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 20 - Comandante Manhães	420	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 21 - Sirius	1885	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 24 - Castelhanos	173	1	0	0	0	0
Hidrográfico	H 25 - Tenente Boanerges	420	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 26 - Faroleiro Mário Seixas	294	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 27 - Faroleiro Arêas	173	1	0	0	0	0
Hidrográfico	H 30 - Faroleiro Nascimento	1025	1	0	0	0	0
Hidrográfico	H 31 - Argus	343	1	1	0	0	0
Hidrográfico	H 32 - Orion	343	1	0	0	0	0
Hidrográfico	H 34 - Almirante Graça Aranha	2440	1	1	1	1	1
Hidrográfico Fluvial	H 35 - Amorim do Valle	890	1	1	1	1	1
Hidrográfico Fluvial	H 36 - Taurus	890	1	1	1	1	1
Hidrográfico Fluvial	H 37 - Garnier Sampaio	890	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 38 - Cruzeiro do Sul	2100	0	0	1	1	1
Pesquisa	H 39 - Vital de Oliveira	4400	0	0	0	1	1
Pesquisa	H 40 - Antares	1248	1	1	1	1	1
Hidrográfico	H 41 - Almirante Câmara	1370	1	0	0	0	0
Pesquisa Polar	H 42 - Barão de Teffé	5500	1	0	0	0	0

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Pesquisa Polar	H 44 - Ary Rongel	3628	1	1	1	1	1
Pesquisa Polar	H 45 - Almirante Maximiano	5450	0	0	1	1	1
Pesquisa	U 14 - Aspirante Moura	653	0	0	0	1	1
Transporte Fluvial	G 15 - Paraguassú	285	1	1	1	1	1
Transporte Fluvial	G 16 - Almirante Leverger	285	0	0	0	1	1
Transporte Fluvial	G 17 - Potengi	594	1	1	1	1	1
Transporte	G 20 - Custódio de Mello	9464	1	0	0	0	0
Transporte	G 21 - Ary Parreiras	9464	1	1	1	0	0
Transporte	G 22 - Soares Dutra	9464	1	0	0	0	0
Navio-Tanque	G 23 - Almirante Gastão Motta	10320	1	1	1	1	1
Navio-Tanque	G 27 - Marajó	15110	1	1	1	0	0
Auxiliar	G 150 - Mearim	3738	0	0	0	0	1
Auxiliar	G 151 - Iguatemi	3738	0	0	0	0	1
Auxiliar	G 152 - Purus	3738	0	0	0	0	1
Resgate Submarino	K 11 - Felinto Perry	4107	1	1	1	1	1
Resgate Submarino	K 12 - Guillobel	5700	0	0	0	0	1
Rebocador	R 21 - Tritão	1680	1	1	1	1	1
Rebocador	R 22 - Tridente	1680	1	1	1	1	0
Rebocador	R 23 - Triunfo	1680	1	1	1	1	1
Rebocador	R 24 - Almirante Guilhem	2735	1	1	1	1	0
Rebocador	R 25 - Almirante Guillobel	2735	1	1	1	1	0
Rebocador	R 26 - Trindade	1308	0	1	0	0	0
Treinamento	U 10 - Aspirante Nascimento	136	1	1	1	1	1
Treinamento	U 11 - Guarda-Marinha Jansen	136	1	1	1	1	1
Treinamento	U 12 - Guarda-Marinha Brito	136	1	1	1	1	0
Transporte Fluvial	U 15 - Pará	1329	0	0	1	1	1
Hospital Fluvial	U 16 - Doutor Montenegro	347	1	1	1	1	1
Transporte Fluvial	U 17 - Parnaíba	720	1	1	1	1	1
Hospital Fluvial	U 18 - Oswaldo Cruz	490	1	1	1	1	1
Hospital Fluvial	U 19 - Carlos Chagas	490	1	1	1	1	1
Treinamento	U 20 - Cisne Branco	1038	0	1	1	1	1
Hospital Fluvial	U 21 - Soares de Meirelles	1388	0	0	0	1	1
Treinamento	U 27 - Brasil	3729	1	1	1	1	1
Hospital Fluvial	U 28 - Tenente Maximiano	160	0	0	0	1	1

Classe	Meio Naval	Ton	2000	2005	2010	2016	2021
Transporte Fluvial	U 29 - Piraím	91	1	1	1	0	0
Auxiliar	U 30 - Almirante Hess	91	1	1	1	1	1
Total de Embarcações			115	100	105	115	111
Total de Embarcações acima 10 Ton			115	100	105	115	111
Total de Embarcações acima 100 Ton			113	98	99	109	105
Total de Embarcações acima 250 Ton			90	77	78	83	80
Total de Embarcações acima 400 Ton			73	61	63	68	66
Total de Embarcações acima 1000 Ton			56	44	45	46	42
Toneladas de Deslocamento			287871	221946	233268	190286	189014
Toneladas de Deslocamento por navio			2503,2	2219,5	2221,6	1654,6	1702,8

Fonte: Própria, com informações consolidadas de:

- (1) SHARPE, 1999.
- (2) SAUNDERS, 2004.
- (3) SAUNDERS, 2009.
- (4) SAUNDERS, 2015.
- (5) SAUNDERS, 2020.

TABELA 14

Efetivo da MB em 2009 – Fuzileiros Navais e Setor Operativo

	Total da MB	Fuzileiros Navais	% FN	Operativo (setor ComOpNav)	% Operativo
Oficiais	8.277	823	9,94%	3.924	47,41%
Praças	47.791	14.960	31,30%	35.166	73,58%
TOTAL	56.068	15.783	28,15%	39.090	69,72%

Fonte: Anuário Estatístico da Marinha 2009 (ANEMAR 2009).

TABELA 15

Proposta de Novas Ações Estratégicas Navais

OBNAV 5 – APOIAR A POLÍTICA EXTERNA		
EN 5.3 – CAPACITAÇÃO DE MARINHAS AMIGAS		
Esta Estratégia visa a modelar as Marinhas Amigas com as capacidades e posturas de interesse do Poder Naval Brasileiro.		
AEN – POLÍTICA EXTERNA-3: Estabelecer Missões de Assessoria Naval.	Descrição: Capacitar as Marinhas Amigas de forma integrada e nas áreas de interesse, otimizando o emprego de efetivo militar desdobrado no País Amigo em proveito das ações da diplomacia naval.	Responsável: EMA.
OBNAV 11 – APRIMORAR A GESTÃO DE PESSOAS		
EN 11.1 – READEQUAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO		
Esta Estratégia visa otimizar a força de trabalho, com foco na redução de gastos com pessoal, pela transformação dos processos e das atividades gerenciais de cunho administrativo.		
AEN – PESSOAL-6: Transformação da Força de Trabalho pela Eficiência Administrativa.	Descrição: Introduzir melhoras na eficiência administrativa, por meio de soluções multidisciplinares, abarcando desde o uso de tecnologias e ferramentas de gestão a substituição da mão de obra de militares de carreira, seja pela terceirização, pelo uso de servidores públicos estatutários, militares temporários ou prestando TTC, ou quaisquer outras que reduzam efetivos, eliminem redundâncias, minimizem erros e agilizem o processo decisório nas atividades administrativas.	Responsável: EMA.

Fonte: Própria.